UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)

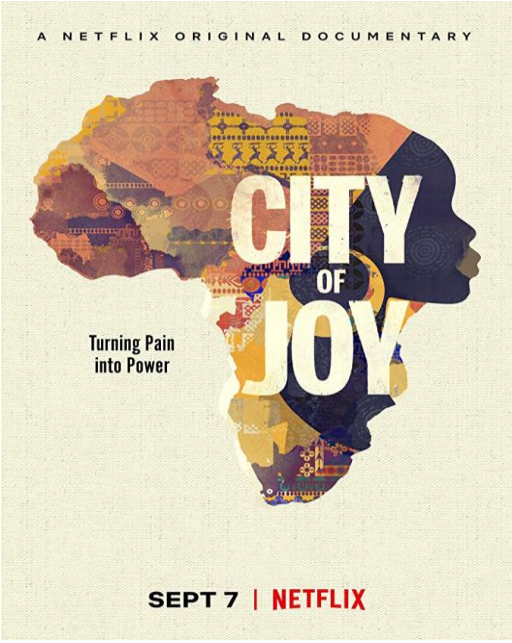
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-

MESTRADO PROFISSIONAL – PPGH-MP

ACÁCIA KAIRANE SANTOS DE ALENCAR

Ilustração 1_ Extraída do site Filmow



Fonte: https://www.netflix.com/br/login

Aprendizagens sobre o corpo: uma análise do documentário City of Joy (2016) sobre a violência contra as mulheres congolesas

CATALÃO – GO
2021

UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

[x] Dissertação [ ] Tese

2. Nome completo do autor

Acácia Kairane Santos de Alencar

3. Título do trabalho

Aprendizagens sobre o corpo: uma análise do documentário City of Joy(2016) sobre a violência contra as mulheres congolesas

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:
a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **REGMA MARIA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 21/12/2021, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ACACIA KAIRANE SANTOS DE ALENCAR, Discente**, em 21/12/2021, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do

Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2588878** e o código CRC **9FA93C38**.

ACÁCIA KAIRANE SANTOS DE ALENCAR

APRENDIZAGENS SOBRE O CORPO: UMA ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO CITY OF JOY (2016) SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES CONGOLESAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unidade Acadêmica de História e Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG)/ Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em implantação, como requisito para obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores. Linha de pesquisa: Cultura, Linguagens e Ensino de História

Orientadora: Professora Dra. Regma Maria dos Santos

CATALÃO – GO
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Alencar , Acácia Kairane Santos de
APRENDIZAGENS SOBRE O CORPO : UMA ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO CITY OF JOY (2016) SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES CONGOLESAS / Acácia Kairane Santos de Alencar . - 2021.
110, CX f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Regma Maria dos Santos .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação em História, Catalão, 2021.
Bibliografia.
Inclui abreviaturas, lista de figuras.

1. City of Joy . 2. Imperialismo. 3. Patriarcado. I. Santos , Regma Maria dos , orient. II. Título.

CDU 94

UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **101** da sessão de Defesa de Dissertação de **Acácia Kairane Santos de Alencar**, que confere o título de Mestra em História – nível Mestrado Profissional, na área de concentração em História.

Aos **vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte um**, a partir da(s) **14h00m**, **remotamente**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: **City of Joy (2018) - Uma leitura cinematográfica da violência contra as mulheres congolesas: aprendizagens sobre o corpo.** Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Regma Maria dos Santos - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em transição)** "cuja participação ocorreu por meio de videoconferência" com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Saulo Sandro Alves Dias - (USP)** membro titular externo "cuja participação ocorreu por meio de videoconferência" e a Professora Doutora **Lilian Marta Grisolio - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em transição)**, membra titular interna "cuja participação ocorreu por meio de videoconferência". Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho de forma a estabelecer melhor vínculo com o conteúdo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sida a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professora Doutora **Regma Maria dos Santos** , Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte um.**

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Aprendizagens sobre o corpo: uma análise do documentário City of Joy(2016) sobre a violência contra as mulheres congolesas

Documento assinado eletronicamente por **REGMA MARIA DOS SANTOS, Usuário Externo,** em 21/12/2021, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Saulo Sandro Alves Dias, Usuário Externo,** em 21/12/2021, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Lilian Marta Grisolio, Professora do Magistério Superior,** em 21/12/2021, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2493348** e o código CRC **7EEDD8DF**.

Referência: Processo nº 23070.061404/2021-84 SEI nº 2493348

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha família por sempre ficar ao meu lado. Minha mãe por sua determinação em me fazer continuar pesquisando e acreditando em meu trabalho. Ao meu pai por seu suporte e companheirismo. Graças aos dois pude estudar e entender a importância disso, mais do que isso, a necessidade da educação para todos, mas principalmente para famílias sem privilégios financeiros. Sou grata ao meu irmão, que além de uma sensibilidade notável, também possui muito talento, e graças a sua generosidade os doou para desenvolver os desenhos que abrem dois capítulos deste trabalho.

Aos meus professores, tanto da graduação, quanto do mestrado. Cada um desses profissionais, Regma, Lílian, Eliane, Luzia, Cláudio, Cássio, Rogério, dentre outros, foram fundamentais para minha formação, pois através de suas aulas percebi a necessidade de um ensino honesto e mais humano.

Minha orientadora, Dra. Regma Maria dos Santos, que através de discussões e trocas me possibilitou refletir sobre os rumos tomados neste texto. Me instruiu e compreendeu quando precisei.

À Universidade e a todos os profissionais que fazem o Mestrado Profissional em História possível. As instituições de ensino, assim como a ciência, vêm sofrendo severos ataques, porém, mesmo em meio a desvalorização e a imagem deturpada vinculada as universidades e todos que a compõe ela se mantém produzindo, criando e questionando. Sou grata por ter a oportunidade de fazer parte disso.

Sempre serei grata a todos vocês que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

O documentário *City Of Joy: onde vive a esperança*, distribuído pela Netflix em 2018, apresenta um centro de recuperação para mulheres que sofreram violência sexual na República Democrática do Congo por milícias armadas que atuam no país. Este trabalho busca analisar a leitura cinematográfica realizada pelo documentário sobre os conflitos vigentes no país, mas principalmente como a atual conjuntura na República Democrática do Congo afeta as mulheres congolesas. O uso do estupro como arma de guerra é recorrente e tornou-se um mecanismo de dominação territorial de milícias financiadas por países ricos com ambições capitalistas. Nesse sentido, no presente texto é realizado um debate que discorre sobre neocolonialismo, imperialismo e patriarcado, objetivando compreender o percurso traçado por *city of joy: onde vive a esperança.* Assim como discutir que no documentário é possível observar o processo de aprendizagem sobre o corpo realizado pelas congolesas no centro denominado cidade da alegria, lugar onde tais mulheres recebem tratamento médico e participam de aulas e dinâmicas que visam leva-las a compreender a si mesmas.

Palavras chave: City of joy, imperialismo, patriarcado.

ABSTRACT

City of joy, a documentary released by Netflix in 2018, presents the audience to a recovery center in the Democratic Republic of Congo that helps women who were sexually assaulted by members of the militias. This research analyses how the documentary depicts the armed conflicts all over the country and how the current events in the country affect Congolese women. The use of rape as a weapon of war is recurrent and it became a turf domination mechanism used by the militias sponsored by wealthy countries with capitalist ambitions. Considering the aforementioned topics, this work promotes a debate on neocolonialism, imperialism, and patriarchy, with the intention of comprehending the path *City of joy* sets in its narrative, and of discussing that it is noticeable in the documentary that Congolese women endure a learning process about their bodies and themselves through classes and activities in the City of Joy center, where they also receive proper medical care.

Keywords: *City of joy*, imperialism, patriarchy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 imagem da Capa extraída do documentário 1
Ilustração 2 imagem de membro de milícia armada extraído do documentário 25
Ilustração 3 imagem de Christine Schuler- Deschryver extraída do documentário 29
Ilustração 4 imagem da entrada da Cidade da alegria extraída do documentário 38
Ilustração 5 desenho Senhores de chão escarlate 60
Ilustração 6 mapa extraído do documentário 68
Ilustração 7 imagem de um menino segurando uma arma extraída do documentário 75
Ilustração 8 imagem de Denis Mukwege extraída do documentário 81
Ilustração 9 desenho congolesas 85
Ilustração 10 imagem de Jane extraída do documentário 88
Ilustração 11 imagem de Eve Ensler com as mulheres extraída do documentário 89
Ilustração 12 desenho 1 de uma vagina extraído do documentário..... 93
Ilustração 13 desenho 2 de uma vagina extraído do documentário..... 93
Ilustração 14 desenho 3 de uma vagina extraído do documentário..... 94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8

1. IMPERIALISMO/ "IMPERIALIDADE" e NEOCOLONIALISMO NO DOCUMENTÁRIO *CITY OF JOY* 25

1. 1 Relatos da/sobre a colônia 29

2. *CITY OF JOY*: SIMBIOSE ENTRE PASSADO E PRESENTE 38

2. 1 A República Democrática do Congo 39

2. 2 A ditatura de Mobuto (1965-1997) 49

2. 3 O governo de Kabila 57

3. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO 61

3. 1 Patriarcado 61

3. 2 O estrupo como arma de guerra 68

3. 3 Crianças- soldado: a violência infligida 75

3. 4 Denis Mukwege 81

4. "OCUPE ESPAÇO E DIGA EM ALTO E BOM SOM 'VAGINA'": APRENDIZAGEM E RECONHECIMENTO SOBRE O CORPO FEMININO 86

4.1 Dinâmicas de aprendizagem sobre o corpo 89

4.2 Debates sobre o corpo e a sexualidade em sala de aula 94

CONSIDERAÇÕES FINAIS 100

REFERÊNCIAS 104

1. Fontes 104

2. Bibliografia 104

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa dá continuidade à discussão realizada no trabalho final do curso de graduação em História, que é fruto do anseio pessoal por pesquisar e debater temáticas acerca das mulheres africanas, conflitos internacionais e direitos humanos. A necessidade de abordar esse tema, é resultado da conjuntura social na qual estamos imersos, onde o patriarcado e o machismo produzem e reproduzem formas de subjugação e as mais variadas violências contra as mulheres. Nesse sentido, intenciono discutir tais sujeitos históricos, contextos e problemáticas procurando ressignificar os papeis impostos às mulheres na sociedade contemporânea.

Para isso, o tema de estudo desse trabalho é a interpretação da violência sofrida pelas mulheres congolesas realizada pelo documentário *City of Joy*. Utilizo como fonte de pesquisa o já citado documentário, traduzido para o português como "*City of Joy- onde vive a esperança*", distribuído pela Netflix em 2018.

De forma geral o documentário consiste na apresentação de City of Joy, um centro de reabilitação para mulheres que sofreram violência sexual na República Democrática do Congo. Neste local essas mulheres se recuperam de traumas emocionais e físicos. City of Joy, traduzido para o português "Cidade da alegria", foi criado pelo médico ginecologista congolês Denis Mukwege e dirigido em parceria com a ativista Christine Schuler- Deschryver.

No centro de reabilitação as mulheres recebem tratamento médico, psicológico, têm aulas de autodefesa e realizam dinâmicas de autoestima. O objetivo do local é amparar, fornecer tratamento e cuidar das mulheres que foram vítimas de estupro. Para além disso City of Joy (Cidade da alegria) busca motivar e incentivas tais mulheres a tornarem-se líderes em suas comunidades e dar continuidade ao processo de apoio a outras mulheres.

O documentário aborda a violência contra as mulheres, principalmente como às vítimas do abuso e da violação buscam superar o que fora vivenciado. Ele traça, por meio dos depoimentos de diversas mulheres, histórias que elucidam um contexto onde o estupro é usado como arma de guerra, como um meio para que determinados grupos de milícias armadas, na República Democrática do Congo tenham poder sobre regiões deste país.

O documentário aborda a questão das mulheres violentadas durante os conflitos no Congo, no entanto, sob uma perspectiva de apresentar a reabilitação delas em City of Joy. Ao longo do filme tem-se as narrativas do médico, Prêmio Nobel da Paz, e Co- fundador de *City of Joy*, Denis Mukwege, da ativista Christine Schuler- Deschryver, da dramaturga e ativista

Eve Ensler e de várias mulheres que foram vítimas de violência sexual e vivem no centro. Inicialmente o documentário discute que muitos países se envolveram na Guerra de 1996 no Congo, buscando a desordem no país para que pudessem suprir seus interesses de exploração dos recursos naturais do mesmo, em meio a isso, tinha-se a presença de inúmeros grupos de milícias que trabalhavam para multinacionais de países como: África do Sul, Suíça, Uganda, EUA, Tailândia, Reino Unido, Zimbábue, Emirados Árabes Unidos, Alemanha, França, Gana, H. Kong, dentre outros. Segundo o documentário utilizavam essas milícias porque elas conhecem as florestas e poderiam proteger as minas.

Machado discute que os recursos naturais funcionam como financiadores e motivadores dos confrontos armados, citando Humphreys, ela destaca que os recursos naturais e energéticos atuam como um incentivo para os Estados e corporações se engajarem ou incitarem disputas na África subsaariana. Nesse contexto, os conflitos também agem como uma distração para a extração internacional dos recursos naturais. Sendo assim, os interesses geopolíticos das grandes potências têm sido responsáveis pela interferência política, econômica e militar delas na África Subsaariana, influenciando nas guerras locais (MACHADO, 2012, p.23).

É destacado no documentário o uso do estupro como arma de guerra, sendo extenso o número de estupros em locais perto das minas, onde a violência sexual se apresenta como ferramenta dos grupos armados locais para dispersar a população das regiões de minério. Para Fontoura, em muitas partes da República Democrática do Congo o estupro do membro feminino de uma família é tido como desonra e vergonha, sendo que isso pode gerar a expulsão de uma menina ou mulher de casa, pois perdendo a virgindade dificilmente essa menina se casará com um homem que a sustente. A referida autora também acentua que há casos de famílias em situação de miséria venderem suas filhas para redes de prostituição (FONTOURA, 2009, p.164).

O documentário trabalha com a violência contra a mulher, principalmente a violência sexual, no entanto, destacando a readaptação das mesmas depois de tal violação. A partir disso é discutido, um pouco do contexto no qual a instrumentalização de mulheres em conflitos nacionais acontece. Em meio a isso surge a importância de trabalhar questões contemporâneas como essa. A História não lida apenas com o passado distante, pois partimos do presente para voltarmos ao que fora construído outrora buscando assim compreender as rupturas e continuidades de determinados processos que vivenciamos.

Nesse sentido, intencionamos debater acerca das mulheres congolesas, como o

documentário *City of joy* apresenta e faz uma leitura dos acontecimentos na República Democrática do Congo e de que forma essa conjuntura afeta tais mulheres. Através do documentário é possível perceber os resquícios históricos presentes no país, que tiveram influência na "composição" de conflitos internos, que por sua vez envolvem forçosamente as congolesas.

Desta forma, o objetivo é analisar o documentário e compreender a narrativa criada pelo longa. Por outro lado, pretendemos também discutir como *City of joy* aborda a influência e participação estrangeira nos acontecimentos na República Democrática do Congo, buscando discutir questões como neocolonialismo e imperialismo. Bem como o aspecto da ação pedagógica e educativa do centro para que as mulheres entendam o seu corpo e recuperem sua autoestima.

O doutor em História Social, Anderson Ribeiro Oliva, que possui experiência nos debates acerca dos estudos africanos, elucida que o ensino de História no Brasil passou por uma grande transformação nas duas últimas décadas, no entanto o mesmo não ocorreu de forma significativa com o estudo da História da África. Para o referido autor, da criação da primeira cátedra de História no país, em 1838, até 1970, as mudanças no ensino da disciplina foram limitadas devido ao modelo positivista. Entretanto, em 1980 e 1990 outras perspectivas teóricas, como o marxismo e a História Nova, ganharam espaço nos livros didáticos, o que levou a introdução de abordagens econômicas estruturais e temáticas dos conteúdos tratados ou determinados pelos currículos (OLIVA: 2003, p.424).

Em relação ao estudo da História da África após o processo de libertação africano, até os anos de 1970, houve uma expansão das pesquisas sobre a história do continente, feita por africanistas e por historiadores dos países recém-formados, no entanto, por causa de problemas internos e descaso externo, esses países sofreram algumas dificuldades em trazer para seus ensinos, as inovações feitas por seus estudiosos. Na Europa houve um novo perfil das pesquisas, até então desenvolvidas sob o olhar colonialista. Na América, principalmente nos Estados Unidos e no Brasil tinham-se esforços para o entendimento sobre a África, porém, quando comparados com os estudos de outras temáticas eram poucos (OLIVA, 2003, p.428). No Brasil foi sancionado uma lei que tornou obrigatório o ensino de História dos afro-brasileiros e da África nas escolas do Ensino Fundamental e Médio. Muitos professores, naquele período, nunca haviam tido contato com disciplinas específicas sobre a história da África, para além disso inúmeros livros didáticos usados não davam o espaço necessário para a África, deixando de se voltar para a produção historiográfica sobre o continente. Em meio a

isso, os alunos construíram estereótipos sobre ele e suas populações (OLIVA, 2003, p.428).

Em 2003 é sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 10. 639 que institui a obrigatoriedade no ensino fundamental e médio, público e particular, do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (PEREIRA; SILVA, 2012, p.1). A lei é fruto dos movimentos negros na década de 1970 e do esforço de simpatizantes da causa negra na década de 1980. Nesse período muitos intelectuais discutiam sobre a evasão de estudantes negros nas escolas, devido, dentre os motivos, a falta de conteúdos afrocêntricos, que trabalhassem a cultura negra de maneira positiva.

Ocorreram na década de 1990 fortes movimentos por todo país pela afirmação da identidade negra (PEREIRA; SILVA, 2012, p.2), esse período também é marcado pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 1996), e da criação, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), que buscavam fazer com que todos os estudantes tivessem direito ao exercício da cidadania plena (PEREIRA; SILVA, 2012, p. 6). Nos anos 2000 a causa negra consegue mais força e em 2003 ocorre a promulgação da lei 10. 639 (PEREIRA; SILVA, 2012, p.2).

Por meio do debate de Oliva é possível perceber que ao longo do tempo ocorreram várias mudanças, e a historiografia africana, nos últimos anos, tem sido caracterizada por estudos relacionados às epidemias, às novas tendências da economia e da ciência política, ao cotidiano, a importância regional, o gênero, a cultura política, a escravidão, e muitas outras temáticas. As pesquisas feitas pelos africanos e africanistas tem buscado desvelar e explicar a África de formas diversificadas (OLIVA: 441, p. 441).

Waldeci Ferreira Chagas, doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, realiza uma discussão sobre a condição da mulher na África tradicional, segundo o referido autor durante a antiguidade em África, precisamente no Egito Antigo, a mulher possuía uma posição de destaque pois a matrilinearidade era algo real naquela sociedade, o que destoava da experiência dos europeus. Por meio da matrilinearidade a mulher tinha poder de comando e decisão na organização social, política, administrativa e econômica do povo africano, sendo mantenedora das comunidades tradicionais (CHAGAS, 2011, p.2).

Entretanto, a distinção na organização social dos africanos em comparação aos europeus fez com que estudiosos afirmassem o patriarcado como um sistema de organização social e política superior, dado que este sistema vigorava na Europa, diferentemente disso o matriarcado fora tido como um estágio inferior e próprio dos africanos (CHAGAS, 2011, p.3).

Chagas esclarece que:

> Com base na hipótese formulada pelo pesquisador africano Cheikh Anta Diop, o matriarcado não foi uma prática de organização universal, mas uma decorrência das condições de vida do povo aonde tal prática veio a se desenvolver. Logo as condições de vida de cada povo foram importantes para a determinação do modelo de organização social que eles passaram a constituir, e neles a mulher exercia funções que foram definidoras da sua condição social. Ou seja, ela era ou não subvalorizada ou supervalorizada (CHAGAS, 2011, p.5).

Na Antiguidade africana é compreendido que as coisas materiais e espirituais, e as pessoas não se separam, pois ao contrário disso, formam uma unidade, onde se complementam, nesse sentido mulher e homem partilhavam o poder. No Egito antigo por exemplo homem e mulher dirigiam a sociedade no aspecto administrativo e espiritual. (CHAGAS, 2011, p. 6-7).

Portanto, são perceptíveis o espaço e as posições importantes ocupados por mulheres em determinados lugares de África, o que de certa forma destoava da organização patriarcal europeia. Retomando a discussão acerca da violência sexual, Natália Rayol Fontoura, mestre em Relações Internacionais, e especialista em questões de gênero e em segurança internacional contemporânea, discute que a violência sexual é um fenômeno multifacetado, que possui diversos atos de violência não consentidos ligados a sexualidade humana, dentre eles: prostituição forçada, escravidão sexual, mutilação genital, exposição ou participação forçada em pornografia. O conceito de violência sexual está relacionado ao maior ato de violência com conotações sexuais realizado sob coerção, o estupro (FONTOURA: 2009, p. 20-21). Nesse sentido Fontoura afirma que:

> Assim, grande parte da produção acadêmica sobre a prática do abuso sexual em períodos de guerra tem como foco a transculturalidade de tal prática, cuja presença constante em conflitos armados independe de localização geográfica, período histórico, ou especificidades culturais (Skjelsbæk, 2001; DeGroot, 2001). O reconhecimento da violência sexual como crime de guerra e crime contra a humanidade pelo Estatuto de Roma, em 2002, acabou por enfatizar ainda mais o estupro como a representação principal do abuso sexual, especialmente em períodos de conflito armado (FONTOURA: 2009, p. 20-21).

As novas formas de violência, desenvolvidas do pós-Guerra Fria têm como elemento constitutivo a grande escala de violações dos direitos humanos contra civis, nas nomeadas "novas guerras" a morte de civis não aparece mais como um efeito colateral das guerras, mas

sim o resultado de uma estratégia dos grupos armados (FONTOURA: 2009, p.23). É discutido por Fontoura os resultados dos conflitos armados para determinados grupos:

> Ainda que situações de conflito levem sofrimento a toda a população envolvida, as mulheres e as crianças são particularmente afetadas pelos efeitos de curto e longo-prazo das guerras. [...], o estupro, frequentemente utilizado como arma de guerra, é responsável por diversos efeitos negativos na vida das mulheres: estigmatização, isolamento, alienação, trauma emocional prolongado, aumento de doenças sexualmente transmissíveis como o HIV, e gravidez indesejada, (que, frequentemente, resulta em crianças abandonadas) (FONTOURA: 2009, p. 24).

A violência sexual contra as mulheres tem sido usada como instrumento operacional por milícias armadas no Congo. As mulheres aparecem como um meio para que esses grupos desenvolvam suas ações e dominem regiões e as populações locais. No Congo grupos armados agem nas proximidades das minas, com o intuito de proteção e exploração dos recursos naturais de tais locais, onde em suas proximidades vivem civis, nesse sentido os ataques às mulheres e suas comunidades faz com que essas pessoas se locomovam de determinadas áreas, migrando para outras.

Portanto, essa pesquisa visa analisar o documentário "*City of Joy*", buscando assim compreender como são apresentados os sujeitos e contextos históricos ali abordados, intencionando discutir temáticas contemporâneas que apresentam as continuidades de determinados períodos históricos. Na realização dessa pesquisa, em relação à metodologia, consideramos que a partir do início da Escola dos Annales, os objetos de estudo da História vêm se transformando, necessitando assim de novas fontes documentais que compreendam esses novos temas e fazendo com que o conceito de documento se amplie. Com essa ampliação das fontes, as imagens, especialmente os filmes tem tido espaço na historiografia recente (PINTO, 2004, p. 1).

Luciana Pinto, citando Ferro, afirma que "todo filme é um documento", a referida autora discorre que toda imagem histórica, sendo produto de seu tempo, traz consigo as ideologias, mentalidades, costumes, rituais e os universos do período em que foi feito (PINTO, 2004, p.5).

Nesse sentido, será realizada a análise da fonte de pesquisa, o documentário *City of Joy-Onde vive a esperança*, que tem como países de origem os EUA e a República Democrática do Congo, buscando compreender os principais pontos levantados no filme, a interpretação que ele realiza da atual situação das mulheres que foram violadas na República Democrática do Congo.

Em termos metodológicos podemos nos perguntar qual a relevância e pertinência do filme para a História? O quão plausível é o uso de obras cinematográficas em pesquisas e investigações realizadas por historiadores? Tais questionamentos aos poucos foram tomando lugar em um espaço amplamente ocupado pela busca por veracidade e neutralidade.

No final do século XVIII e início do XIX a História desenvolve métodos de análise e crítica das fontes, e reclama para si a condição de ciência. A confiança destinada ao método resultava da ideia de verdade como objetivo para diferenciar a História da ficção, que por sua vez não buscava a narrativa de fatos que realmente ocorreram (GRESPAN, 2008, p.291-292).

Entretanto, a história para a Escola Histórica não seria elaborada pelo método do historiador, pois na concepção desta, a forma já existiria e organizava o conteúdo histórico, sendo trabalho do historiador apenas encontrá-la e apresentá-la. O professor de História Jorge Grespan destaca que a Escola Histórica defendia a neutralidade do saber como esvaziamento da subjetividade do cientista, pois só por meio dessa ação seria possível contar de forma congruente o objeto (GRESPAN, 2008, p. 293).

> Ou seja, o sujeito do conhecimento deve empregar o método para descobrir o conteúdo verdadeiro e a forma em que este último se articula na realidade, e não para impor a sua visão de como deveria ser ou se articular o seu objeto. Só mediante a neutralização da subjetividade é que seria possível um conhecimento verdadeiro como conhecimento objetivo. Em todas as prescrições metodológicas encontram-se, assim, as formas de obter a objetividade por meio da neutralização do sujeito. (GRESPAN, 2008, p. 293).

Percebe-se a busca pelo distanciamento do pesquisador com seu objeto de estudo, objetivando a isenção de posicionamento do intelectual com a temática abordada. Nesse sentido, dentre as funções do historiador era combatida a de indivíduo que interpreta e, através de sua experiência em determinado contexto e sociedade, apresenta uma leitura individual e própria. Nessa linha de raciocínio o documento “informa por si só”, anulando assim parte necessária do trabalho do historiador, a análise e a crítica.

A História foi desprendendo-se dessas concepções metodológicas que se desenvolveram até o início do século XX. Houve então a percepção de impossibilidade na ideia de neutralidade perante o objeto. Pois as hipóteses sobre os documentos guiavam a pesquisa, a coleta, reunião e estudo do material (GRESPAN, 2008, p.294).

Nesse sentido, o sujeito enquanto construtor de conhecimento, desenvolvendo um trabalho que está para além de mero transmissor de informação que contém em si mesma a verdade absoluta, começa a aparecer. O historiador como indivíduo incapaz de anular sua

subjetividade, o pesquisador que se debruça sob suas fontes a partir de seu contexto e experiência toma forma.

Nos anos de 1930 e 1980 houve o desabrochar do legado da escola dos Annales, a ampliação de correntes do marxismo e a renovação realizada nos métodos e temas para a história quantificada e quantitativa (ARÓSTEGUI, 2006, p. 138). A história quantitativista, a historiografia marxista e a escola dos Annales irromperam e se consolidaram ao redor de centros de interesses plurais, manifestando distintos níveis de homogeneidade e coesão (ARÓSTEGUI, 2006, p. 140).

Para o historiador espanhol Julio Aróstegui, apesar de 1929 ser entendido como o ano de nascimento da corrente "Escola dos Annales", o historiador destaca que no âmbito de sua difusão o ano de 1950 seria mais adequado, pois nessa data ocorre em Paris o IX Congresso Mundial de Ciências Históricas, no qual as novas formulações historiográficas são apresentadas mundialmente (ARÓSTEGUI, 2006, p. 141). Os Annales contribuíram para o aparecimento de novas temáticas, novas fontes, e uma atenção maior com relação às outras áreas do conhecimento (ARÓSTEGUI, 2006, p. 145).

Com o avanço dos Annales tem-se o desenvolvimento da "Nova História". A "nova história" transformaria significativamente a concepção de documento histórico e as maneiras de compreender a crítica documental. Aróstegui (ARÓSTEGUI, 2006, p. 146) destaca que: "Febvre havia assinalado que a História se fazia com documentos, como queria a escola metódica, mas também sem eles e com outros muitos tipos de evidências além das escritas".

Sheila Schvarzman, debate que a Nova História e seus novos objetos passaram a usar os filmes como fonte de pesquisa. Antes disso a Historiografia do cinema não atraia os historiadores, sendo o cinema visto apenas como entretenimento. Nas décadas de 1970 e 1980 pesquisadores voltados para o cinema procuraram métodos históricos de investigação e os historiadores, por sua vez, abraçaram o exercício historiográfico (SCHVARZMAN, 2007, p. 15).

Schvarzman pondera que:

> O cinema, antes visto com desconfiança ou desinteresse pelo historiador, por não passar de uma diversão popular, por construir justamente mundos autônomos, fantasiosos e de escape, ganha um outro relevo: é lugar das construções e projeções do imaginário, da aferição de sensibilidades e práticas sociais, lugar da representação [...] (SCHVARZMAN, 2007, p. 18).

É destacado por Schvarzman, que autores como Pierre Sorlin (1996), Robert Rosenstone (1995), Marc Ferro (1997) se atentaram para o fato fílmico e utilizaram o cinema como fonte e foco. A referida autora afirma que os estadunidenses já se voltavam para o fato cinematográfico desde os anos 1960 e 1970, preocupando-se com o contexto que estava para além do filme. Em 1950 também é possível encontrar textos da História social preocupando-se com o mesmo. Com a Escola de Birmingham, na Inglaterra no ano de 1960, a vertente de estudos sobre comunicação e mídia tem seu início, sendo que o fato cinematográfico se torna interesse tanto de historiadores como de sociólogos e outros estudiosos ligados a essa vertente (SCHVARZMAN, 2007, p. 18-19).

Para José D'Assunção Barros, há uma Inter relação entre cinema e História, na qual o cinema aparece enquanto sujeito que interfere na História, como fonte, como forma para representar a História, e também como linguagem e tecnologia que poderá ser utilizada pela História. Segundo Barros um dos pontos que possibilitou que o cinema se apresentasse como tecnologia, sujeito, fonte e meio de representação para a História foi o fato de que ele produz uma linguagem, tem uma indústria própria, e mantem sua intervenção na história contemporânea, transformando seu discurso e práticas juntamente com as transformações nessa história (BARROS, 2016, P. 18).

Como já destacado o uso do cinema na História é recente, assim como o uso de fontes não documentais ou textuais pela historiografia. Pois apenas na primeira metade do séc. XX há uma expansão do que se entende por fonte histórica. Para Barros, existe outra relação entre cinema e História, além do seu trabalho como tecnologia, representação e expressão. Que é justamente a ideia de que o cinema pode equivaler-se a uma "ação" que interfere na História, na história realizada pelos indivíduos na sua vida social, o real vivido. Pois o cinema pode ser dominado por poderes distintos que atuam na história, assim como também pode se mostrar como espaço de resistência aos poderes instituídos (BARROS, 2016, p.22).

É possível notar a flexibilidade do cinema, que pode se apresentar enquanto arte, máquina sujeita a manipulação, veículo ideológico, produto rentável, entretenimento, ferramenta de alienação, objeto de resistência. Representando, criando e distribuindo os mais variados discursos, projeções e símbolos na sociedade.

Dentre as variadas facetas do cinema, o historiador José D'Assunção Barros, elucida a seguinte:

> O Cinema apresenta-se como 'agente da história' seja através da Indústria Cultural, seja através das ações estatais e dos diversos usos políticos, seja

> através da difusão de diversificadas ideologias, ou seja, através da resistência a estas mesmas forças. Isto sem contar que – através de uma obra fílmica mais específica – diversos agentes estão frequentemente atuando de modo bastante significativo na História. Aqui, portanto, o Cinema assume – para muito além de sua dimensão como *meio* e como *objeto* de estudo – a função de *sujeito* da História (BARROS, 2016, p.23).

Barros, também afirma que o cinema é tanto agente da História, pois interfere nela, como produto da História, possuindo a capacidade de analisar a sociedade que o concebe e dá corpo a si mesmo. sendo assim todo filme possui características da sociedade que o gerou. É através desse raciocínio que os filmes devem ser compreendidos como fontes históricas relevantes e importantes para investigação das sociedades que produz obras cinematográficas (BARROS, 2016, p.26).

Como é destacado pela doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Miriam de Souza Rossini, presenciamos uma sociedade visual, estando rodeados de imagens (outdoors, cinema, televisão, dentre outros). Para Rossini o cinema possui uma função social enquanto propagador de ideias, anseios, sonhos. (ROSSINI, 1999, p. 118). Discutindo especificamente sobre os filmes de reconstituição histórica, a referida autora afirma que:

> podemos observar ainda a ação de salvamento de uma temporalidade passada no presente que o filme opera, pois, ao fazer reviver o passado, ele torna possível presentificar um ausente. E ao recriar as sensibilidades de outras épocas, traz para o presente as necessidades e as esperanças do passado, permitindo-nos confrontá-las com as nossas próprias necessidades e esperanças (ROSSINI, 1999, p. 118-119).

Há uma relação entre cinema e poder na qual o cinema aparece como relevante ferramenta de difusão ideológica, e como instrumento para propaganda e marketing. Isso traz o cinema como um importante objeto de estudo para a História política e não unicamente para a História cultural (BARROS, 2016 p.23).

Nos documentários, na ficção cinematográfica ou nos filmes de propaganda política o cinema tem sido usado como ferramenta de dominação e manipulação por partidos políticos, instituições governamentais, igrejas, dentre outros, no entanto, o cinema também se apresenta como contrapoder. Como mecanismo de resistência de variados indivíduos e grupos. Como é bem lembrado por Barros, em um único filme podem aparecer as relações do cinema enquanto instrumento de doutrinação política, como forma de alienação, assim como também de resistência e contrapoder, destilando críticas ao poder instituído. Isso, como destaca o autor, revela a complexidade da obra cinematográfica (BARROS, 2016 p.24-25).

Para Michèle Lagny o filme, quase sempre, é um produto cultural do tipo industrial. Sendo assim é necessário questionar o valor representativo do filme, as representações construídas pelo mesmo, como pondera a já mencionada autora (LAGNY, 2009, P.104).

> O cinema detém, por conseguinte, a vantagem de apreender simultaneamente o peso do passado e a atração do novo na história. No entanto, pouco útil para capturar as rupturas (salvo em caso excepcional) ele se torna competente quando se trata de compreender como estas se enraízam numa tradição e nas aspirações que a colocam em causa (LAGNY, 2009, p. 105).

Portanto, o filme enquanto fonte histórica, mostra-se um relevante documento para investigação e pesquisa, pois através dele é possível observar fragmentos e características específicas do meio que o concebe. Produzindo uma narrativa seja do passado, do presente ou de um possível por vir, tal obra cinematográfica está tomada pelas raízes da contemporaneidade de onde parte. As "imagens em movimento" que ora nos comove, ora nos indigna, esclarecem ou escurecem formulações e concepções sobre determinados contextos e indivíduos, estar a par disso é um processo rico e necessário em uma conjuntura onde as formulações baseiam-se na inversão, no questionamento não do conteúdo, mas do conhecimento em si, e no fazer ciência.

Para Edgar Morin (MORIN:2000) o cinema é uma arte que ensina a superar a indiferença, porque ele transforma em heróis os que não são enxergados na sociedade, fazendo com que sejam vistos de outra forma: "No cinema como na filosofia de Heráclito: 'Despertados, eles dormem'. Estamos adormecidos, apesar de despertos, pois diante da realidade tão complexa, mal percebemos o que se passa ao nosso redor"

Morin nos faz questionar como o cinema atinge sentimentos que por vezes a realidade não alcança. Como o espectador que se comove com o "vagabundo" interpretado por Charlie Chaplin, mas que por vezes fomenta a invizibilização de pessoas em situação de rua, não personagens fictícios, mas indivíduos reais. E é justamente nesse ponto que encontramos um dos mecanismos do cinema, a manipulação.

Não seria o personagem de Chaplin realizado justamente para comover, divertir e incomodar? O intuito é justamente chegar a esse receptor que consome não só a imagem, mas também a narrativa, as ideias, os ideais. Outra questão relevante para pensarmos é que esse espectador que se comove com o ficcional, mas de certa forma nega ou não percebe situações similares, porém reais, só estaria à mercê de tal sentimento devido ao fato de se identificar de certa forma com aquele personagem fictício, por encontrar algum aspecto que remeta a sua identidade, seu contexto e sua experiência.

No final do século XIX nos EUA e em boa parte da Europa houve uma demanda maior

de pesquisas para a produção de imagens em movimento. Nesse período, com a Revolução Industrial, a burguesia gera mudanças nas relações de trabalho, na sociedade e na produção. Tal burguesia cria inúmeras máquinas e técnicas que agiriam na manutenção de sua hegemonia e na acumulação de capital. Dentre as máquinas que chegam na sociedade (luz elétrica, avião, telefone, etc.) tem-se o cinema, que segundo Bernardet, é uma criação burguesa (BERNARDET,1980, p. 6-7).

Em 28 de dezembro de 1895 ocorreu em Paris a primeira exibição pública de cinema, onde apresentaram um pequeno filme mudo e em preto e branco, era a chegada de um trem na estação. A plateia ficou assustada, pois a imagem parecia real. Jean-Claude Bernardet afirma que era justamente na ideia de ilusão proporcionada pelo filme que se encontrava a novidade do cinema. O trem aparecendo na tela como se fosse verdadeiro, mesmo sabendo-se que era mentira (BERNARDET, 1980, p. 5). Bernardet referindo-se ao cinema pondera que:

> Um pouco como num sonho: o que a gente vê e faz num sonho não é real, mas isso só sabemos depois, quando acordamos. Enquanto dura o sonho, pensamos que é verdade. Essa ilusão de verdade, que se chama *impressão de realidade*, foi provavelmente a base do grande sucesso do cinema. O cinema dá a impressão de que é a própria vida que vemos na tela, brigas verdadeiras, amores verdadeiros. Mesmo quando se trata de algo que sabemos não ser verdade [...] (Bernardet, 1980, p. 5).

Essa analogia de entender a sensação causada pelo filme como um sonho evidencia o mergulho do espectador, onde ele submerge em uma profunda e densa interpretação e representação do real, que procura o convencer de que aquela é a verdade, e que em contrapartida, não consegue evitar a emersão desse indivíduo, que seria o despertar do sono, em que o acordar esclarece novamente que a ideia é justamente criar mecanismos para que essa mentira bem elaborada torne-se verdade, ou ao menos seja idêntica a ela, porque o cinema almeja a verossimilhança com o real, mesmo que a negue, pois todo filme nos remete a determinada conjuntura, a determinado período.

Segundo Rossini o maior motivo para a exclusão do cinema enquanto fonte histórica está ligado a própria natureza do cinema, que segundo a autora é a capacidade dele de substituir a verdade pela verossimilhança. O que põe em dúvida o projeto intelectual do historiador (ROSSINI, 1999, p.122):

> Diferentemente de outras artes, em que o referente é descrito, reconstruído por um artista, seja, por exemplo, na literatura, na pintura ou na escultura- ação

> essa que explica a ação artística sobre o real, pois por mais exaustiva que seja a descrição, por mais precisa que seja a figuração, este ato não reconstitui o objeto como tal-, no cinema o referente coincide com a representação. com isso, tem-se a ilusão de que a construção do objeto do discurso não partiu da imaginação de alguém. O que está representado é o próprio real; produz-se, assim, uma ilusão referencial chamada de efeito de real: a narrativa cinematográfica parece não descrever o real, mas sim apreendê-lo para apresentá-lo, intacto (ROSSINI, 1999, pg.122).

É através da ideia de verossimilhança que o efeito de real aparece no cinema produzindo seus sentidos. Tal efeito é criado pela característica técnica do cinema. A imagem cinematográfica recobra a concretude da realidade por meio da reprodução dos sons, cores e movimentos. Graças a essa sensação de real se tem a ilusão de experienciar o passado como o presente. Isso se dá porque o filme se apresenta como manipulação de sentimento e de conteúdo. Como destacado por Rossini: “A imagem cinematográfica parece ter um caráter ora ambíguo (é algo que insinua outra coisa além daquilo que mostra), ora ambivalente (ela é o real e o não real, é o representado e a representação)” (ROSSINI, 1999, p. 123).

Segundo a autora, para romper com isso é necessário separar o real de sua representação. Para ela o real é aquilo que é apreendido pela razão e pelos sentidos. O discurso cinematográfico de fato se refere ao real, mas ele não o exprime fielmente, pois isto não é possível (ROSSINI, 1999, p. 124).

> O real é inatingível na sua totalidade; o que nos possibilita "chegar a ele e reconstruir um conhecimento sobre ele são justamente as representações que eu construo como o meu discurso, utilizando-me de uma determinada linguagem. Com isso torna-se impossível confundir um filme de reconstituição histórica ou um filme documentário com o real em si: ambos, mesmo se referindo a um fato que efetivamente ocorreu ou a pessoas que têm ou tiveram existência real, não são o real. Essas produções cinematográficas são representações do real, ou, dito de outro modo, elas são uma das possibilidades de leitura do real, um dos olhares que se pode lançar sobre ele (ROSSINI, 1999, pag. 124).

A visão humana não consegue de fato ser representada pela imagem cinematográfica, porque a visão humana alcança todo o espaço ao redor e não apenas a tela; enxerga em cor, quando o cinema aparece é em preto e branco, e mesmo que colorido as cores são efeitos artificiais. A própria imagem cinematográfica não possui movimento, sendo uma grande ilusão. O que se tem são inúmeras fotografias de determinada figura com pequenos intervalos entre cada fotografia. O fato de os olhos não serem rápidos faz com que se mantenha a imagem por

mais de 1/24 de segundo, o que faz com que quando uma imagem surja a anterior continue nos olhos, deixando a sensação de movimento contínuo (BERNARDET,1980, p. 6-7).

No entanto, o cinema não pode ser lido apenas como uma máquina de registo do dia a dia, mas também como um meio que ordena determinado discurso, pois para além de exibir imagens em movimento, ele desenvolve um discurso que lhe é inerente (CODATO, 2010, p.49).

O doutor em comunicação social Henrique Codato pondera que:

> O cinema é uma representação de imagens em movimento, imagens que colocam em relação o real e o imaginário através de um mecanismo que permite uma dupla articulação da consciência, no qual o espectador percebe a ilusão, mas também o dinamismo da realidade. A imagem em movimento relativiza o tempo histórico, dando-lhe um caráter atemporal. Ela torna-se um suporte que conecta o espectador ao tempo do filme, enfatizando o vivido e buscando, para significá-lo, elementos do simbólico (CODATO, 2010, p.53).

É nesta perspectiva que esse debate toma corpo, partindo das discussões que entendem o cinema como arte que interpreta, apresenta e representa ideias, valores, símbolos; sendo o filme objeto de manipulação, produto de uma máquina dirigida por inúmeras pessoas, concebida em determinado espaço e tempo, buscando um semelhante com a realidade, difundindo discursos variados.

Como nesta dissertação o gênero cinematográfico com o qual trabalharemos é o documentário, é importante salientar que seus objetivos podem ser os mais diversos a inspirar o seu diretor/idealizador e seu tema e seu processo pode e inclui práticas que são algumas vezes associadas somente à ficção, como a criação de roteiro, a encenação, a interpretação, a escolha de determinadas tomadas e mesmo dos personagens.

Concordamos com Silva ao ponderar que:

> [...] é importante trabalharmos com a perspectiva de que o documentário, apesar de carregar uma impressão maior de realidade, ainda é um filme que carrega as marcas impressas por seus realizadores. Por sua estruturação, há quem aproxime o trabalho do cineasta documentarista ao do historiador e acreditamos que a comparação não seja vã. (SILVA,2021, p.16)

O filme "*City of joy"* cumpre um dos papeis que a arte pode desempenhar. O de ser subversão, denúncia, imersão politizada em determinado contexto. O documentário inusitadamente tem uma construção positiva e otimista, apesar de abarcar aspectos violentos experienciados pela população congolesa, principalmente pelas mulheres. O que é mostrado ao

espectador, para além da opressão e dominação é a resistência, a força, e como a própria tradução do título, para o português, do filme traz, a esperança.

O poder negado ou usurpado das mulheres na República Democrática do Congo é reconstruído pelas mesmas com o apoio do centro de reabilitação; os direitos violados, são compreendidos e reivindicados por elas e por quem trabalha em City of Joy. Os risos, as danças e as dinâmicas realizadas no centro e apresentadas no documentário são uma forma de mostrar que as congolesas estão lutando e conseguindo aos poucos se recuperarem.

Ao interpretar a leitura cinematográfica realizada por *City of joy* é possível observar a construção de um filme que se preocupa em exibir vida e não morte ou subjugação, apesar de debater que o processo para se chegar a esse ponto passou por tudo isso no percurso. No documentário é possível analisar sofrimento, alegria, violência infligida e esperança, mas ainda assim a expectativa e a força se sobressaem. *City of joy* não omite que o ideal é que essas mulheres que sofreram diversas violências não tivessem que ser fortes, mas o desamparo do poder vigente, a invisibilização por parte das demais nações e a exploração capitalista as obrigou.

O documentário *City of joy*, nomeado em português para *City of joy*: onde vive a esperança ganhou sua estreia mundial no dia 11 de novembro[1] de 2016, possuindo 76 minutos de duração, com classificação indicativa para maiores de 16 anos, abarcando o gênero documentário, drama, guerra e tendo como países de origem a República Democrática do Congo e os Estados Unidos. O documentário foi dirigido e roteirizado por Madeleine Gavin, tendo como produtores Allyson Luchak, Amy Rao, Dan Cogan, Geralyn White Dreyfousl, Jenny Raskin, Regina K. Scully, Taylor Krauss e Wendy Schmidt. Na Netflix[2] a data de lançamento consta o ano de 2018, que provavelmente se refere a data em que é colocado na plataforma.

Sendo uma empresa famosa e rica a Netflix, sempre busca manter sua marca e conquistar credibilidade, para isso ela apresenta variados títulos e gêneros em sua plataforma com o intuito de ampliar seu público, dentre estes títulos encontra-se o documentário *City of joy*, que faz uma leitura dos acontecimentos sociopolíticos na República Democrática do Congo

[1]As informações sobre a ficha técnica do filme foram retiradas do site Filmow e da plataforma de streaming Netflix. Filmow:< https://filmow.com/city-of-joy-onde-vive-a-esperanca-t262903/ficha-tecnica/>. Acesso em 10 de nov de 2020. Plataforma de streaming Netflix:< https://www.netflix.com/br/login?nextpage=https%3A%2F%2Fwww.netflix.com%2Fbrowse>. Acesso em 10 de nov de 2020.

[2] A Netflix é uma plataforma de streaming por assinatura que possibilita as pessoas assistirem filmes, séries e desenhos por meio da internet, sendo possível baixar tais produtos audiovisuais. Inicialmente a Netflix atuava como locadora de DVDs online fazendo entregas pelos correios. A empresa que foi fundada no ano de 1997 nos EUA, toma o modelo de streaming em 2007, se internacionalizando em 2010, desde aí tem-se uma expansão mundial dela (CASTELLANO, NORONHA, PINHO, 2018, p.405).

e que afetam diretamente as mulheres daquele país.

No primeiro capítulo deste trabalho discutiremos sobre imperialismo e neocolonialismo relacionando com os aspectos referentes a esses conceitos que são destacados em *City of joy;* ao longo do documentário é perceptível como o imperialismo e o processo colonial violento vivido pela República Democrática do Congo marcaram a história do país e geraram uma série de problemáticas para ele, que nos dias atuais ainda sofre com a presença estrangeira que contribui para o desenvolvimento de conflitos internos.

No segundo capítulo nos preocupamos com aspectos políticos e contextuais da República Democrática do Congo, realizando uma apresentação sócio-histórica do país, procurando compreender o passado desta parte do Continente africano, fazendo um apanhado desde o período da colonização até a contemporaneidade, para em seguida vincular com o que é realizado no documentário *City of Joy*, onde há um retorno a esse passado do Congo para ler acontecimentos atuais, nesse sentido, o filme faz uma interpretação e representa este passado para os espectadores buscando responder questões que vigoram no país. Em meio a isso objetivamos discutir a relação passado e presente suscitada no documentário.

O terceiro capítulo, por sua vez, realiza um debate acerca da violência contra as mulheres congolesas, trabalhando com o conceito de patriarcado para discorrer sobre as formas de dominação masculina vigentes na sociedade. Trazemos para o debate a socióloga Heleieth Saffioti, que discorre sobre o poder exercido pelo homem na sociedade patriarcal, onde a referida autora destaca que para estes, alicerçados na ideologia dominante, o mais importante seria o seu próprio desejo, sendo ignorado o que a mulher, que é o objeto de seu desejo, anseia. Para Saffioti o estupro é o uso extremo do poder nas relações homem- mulher. Pois, o homem submetendo a mulher retira dela seu direito de escolha (SAFFIOTI, 2001, p.18). Também será trabalhado a discussão realizada pela historiadora Gerda Lerner. O intuito é trazer as ponderações das duas autoras para compreender as relações de dominação e poder que compõe a atuação das milícias armadas descritas no documentário *City of joy.*

Buscamos evidenciar nesse capítulo que a violência sexual aparece como uma arma de guerra, para exploração de territórios e manutenção do poder hegemônico sobre determinados locais. Destacando como tal violência é adotada/ imposta as crianças em áreas de conflito, que se tornam crianças soldados, dando continuidade e apoio as violações fomentadas por grupos armados. Também é discutido sobre a atuação do doutor Denis Mukwege, que tem se dedicado a luta pelos direitos das mulheres congolesas, aparecendo como um sujeito importante no documentário, devido sua atuação no centro de recuperação City of Joy.

Por fim, o quarto capítulo preocupa-se em discorrer sobre o trabalho desenvolvido no centro City of Joy, e como é apresentado pelo documentário. A maneira como as dinâmicas e aulas realizadas no centro preocupam-se em fazer com que as mulheres que ali estão conheçam a si mesmas e não temam isso. O capítulo também procura discutir sobre a importância de trabalhar temáticas como sexualidade nas escolas, objetivando fazer com que os alunos tenham suas dúvidas retiradas e angústias extirpadas. A ideia é que textos, vídeos, músicas, jogos alinhados com um trabalho sério e honesto deem suporte aos professores quando forem trabalhar tal temática.

É preciso salientar que ao longo do texto usaremos a abreviação RDC para nos referirmos a República Democrática do Congo, assim como também utilizaremos "Cidade da alegria" para denominar o centro de reabilitação, e *City of joy* quando mencionarmos o documentário, objetivando dessa forma evitar confusão quando mencionarmos ambos.

1. IMPERIALISMO/ “IMPERIALIDADE” e NEOCOLONIALISMO NO DOCUMENTÁRIO *CITY OF JOY*

Ilustração 2_ Membro de milícia armada na RDC_ imagem retirada de *City of Joy*

Fonte: https://www.netflix.com/br/login

A História da República Democrática do Congo é marcada pelo imperialismo e pelo processo de colonização. Portanto, discutir sobre *City of joy*, implica compreender tanto o imperialismo, como o colonialismo. No próprio documentário estudado nessa pesquisa é possível encontrar falas que remetem a esses processos. Principalmente nos relatos de Christine Schuler- Deschryver, que é filha de uma congolesa e de um belga, sendo seus avós paternos colonialistas.

Em seu livro *A era dos Impérios*, Eric J. Hobsbawm observa que as regiões da África e do Pacífico foram inteiramente divididas. Por volta de 1914, a África pertencia aos impérios francês, português, britânico, alemão, belga, e marginalmente espanhol, com exceção da Etiópia, Libéria e da parte do Marrocos que resistiu a conquista total (HOBSBAWM, 2020, p. 95-96).

Para Hobsbawm, o imperialismo está ligado com a repartição do mundo entre um pequeno número de Estados, onde ocorreu a divisão do planeta em fortes e fracos, em “avançados” e “atrasados”. O referido autor debate como grandes potências conseguiram expandir seu território entre os séculos XIX e XX:

> Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados. A Grã- Bretanha aumentou seus territórios em cerca de 10 milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de 9, a Alemanha conquistou mais de 2 milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. Os EUA conquistaram cerca de 250 mil, principalmente da Espanha, o Japão algo em torno da mesma quantidade à custa da China, da Rússia e da Coreia. As antigas colônias africanas de Portugal ampliaram em cerca de 750 mil quilômetros quadrados; a Espanha mesmo sendo uma perdedora liquida (para os EUA), ainda conseguiu tomar alguns territórios pedregosos no Marrocos e no Saara Ocidental (HOBSBAWM, 2020, p. 97).

A palavra imperialismo foi inserida na política na Grã- Bretanha, em 1870, sendo encarada como neologismo no fim da década. Ela passou a ser utilizada de forma generalizada nos anos 1900, período em que intelectuais passaram a escrever sobre o imperialismo, dentre eles estava o liberal britânico J.A. Hobson. Resumindo, era um termo novo, que apresentava um fenômeno novo. Porém, no debate ideológico acerca do imperialismo muitas escolas afirmavam que ele não era algo novo, mas que possivelmente era um remanescente pré-capitalista. Ainda assim, era sentido e debatido como novo (HOBSBAWM, 2020, p. 99).

Hobsbawm trabalha com a ideia de que grande parte das discussões sobre o imperialismo não tinha como tema o que ocorreu no mundo de 1875-1914, e sim o marxismo. A Análise de Lenin sobre o imperialismo primordial no marxismo revolucionário dos movimentos comunistas após 1917 e dos movimentos revolucionários de "Terceiro Mundo". Gradualmente a palavra imperialismo ganhou uma conotação pejorativa, quando comparado com palavras como "democracia", que possui conotações positivas, e até mesmo seus opositores a reivindicavam, o imperialismo, por sua vez, costuma ser reprovado, e sempre entendido como sendo feito por outros. Segundo Hobsbawm, em 1914 muitos políticos sentiam orgulho de denominarem-se imperialistas, mas no decorrer do tempo eles praticamente sumiram (HOBSBAWM, 2020, p. 99-100).

O desenvolvimento tecnológico europeu carecia de matérias-primas, que se encontravam em lugares remotos. Por exemplo, o motor de combustão interna, dependia de petróleo e borracha. O petróleo ainda vinha majoritariamente dos EUA e da Europa, entretanto, os campos petrolíferos do Oriente Médio já se tornavam motivo de confronto e conspirações diplomáticas. A borracha por sua vez, era extraída com extrema exploração de nativos nas florestas equatoriais do Congo e da Amazônia, sendo objeto de protestos anti-imperialistas. Com o decorrer do tempo foi muito cultivada na Malaia. Já o estanho vinha da América do Sul e da Ásia. O cobre tornou-se importante para as novas indústrias elétrica e de motores. Aqueles

países que no final do século XX eram denominados de “Terceiro Mundo”, possuíam as principais reservas e eram os maiores produtores desse metal. A África do Sul era a maior produtora de ouro nesse período e também possuía grande riqueza em diamantes. Hobsbawm afirma que as minas eram um dos pioneiros da abertura do mundo ao imperialismo, sendo que o lucro servia também para justificar a criação de ramais ferroviários (HOBSBAWM, 2020, p. 103-104).

Com a divisão do mapa da África/ Oceania pelas potências rivais, cada potência buscou impedir que uma porção maior fosse para outro poderio. A posse de colônias se tornou um símbolo de status em si, sem importar o seu valor. Se por um lado as grandes potências eram Estados que adquiriam colônias, por outro, as pequenas nações não possuíam “nenhum direito” a elas. Devido à Guerra Hispano- Americana de 1898, a Espanha perdeu a maior parte do que ainda tinha de império colonial. Foram debatidos planos de dividir remanescentes do Império Africano de Portugal entre os novos colonialistas. A Holanda ficou em silêncio quanto suas ricas e antigas colônias, o rei da Bélgica manteve domínio privado na África, mas para isso permitiu acesso aberto a todos, pois as grandes potências tinham interesse na grande bacia do rio Congo. África e Oceania possuíam as principais regiões que levavam a competição pela aquisição de terras (HOBSBAWM, 2020, p. 110-111).

Nesse sentido o continente africano atraiu o interesse de várias potências, sendo dividido entre as grandes nações e servindo como colônia para elas.

Para Hobsbawm na Era dos impérios, o imperialismo germinou a possibilidade da formação de uma elite social influenciada por uma educação ocidental.

> Contudo, a Era dos Impérios não foi apenas um fenômeno econômico e político, mas também cultural: a conquista do globo pelas imagens, ideias e aspirações de sua minoria “desenvolvida”, tanto pela força e instituições como por meio do exemplo e da transformação social. Nos países dependentes isto dificilmente afetou alguém fora das elites locais, embora, é claro, se deva lembrar que em algumas regiões, como a África subsaariana, foi o próprio imperialismo, ou o fenômeno associado das missões cristãs, que criou a possibilidade da existência de uma nova elite social baseada na educação de estilo ocidental. A divisão entre Estados africanos “francófonos” e “anglófonos” de hoje espelha exatamente a distribuição dos impérios coloniais francês e britânico [...] (HOBSBAWM, 2020, p. 123- 124).

A partilha da África no século XIX, iniciada com a Conferência de Berlim em 1884-1885, persuadiu os africanos a compreenderem, passíveis ou não, que a ideia de superioridade racial possuía justificativa científica para que os europeus pudessem entrar no interior de seus

territórios, colonizá-los, civilizá-los, demarcar fronteiras e se apropriar de seus meios de produção (CAMPOS; GONÇALVES; RIEGER, 2011, p.147-148).

Os europeus atribuíram características inferiores e de civilizações atrasadas às outras sociedades. O percurso imperialista objetivava "civilizar" a África. através do discurso de "missão de Deus", no qual afirmavam levar para o continente e seus povos o mundo moderno (CAMPOS; GONÇALVES; RIEGER, 2011, p.148).

> O Imperialismo, assim, foi, dentro de seu alcance, o processo histórico que mais marcou a identidade do povo africano, pois influenciou diretamente a transição ao futuro Estado moderno africano, marcado pela concepção ocidental de Modernidade. Por vias do Imperialismo, o continente viu novamente (como anteriormente ocorrera com o colonialismo) sua identidade ser submetida pelas potências europeias que alteraram a regulação social existente a uma nova dinâmica própria da expansão capitalista. O que faz deste período tão peculiar é justamente seu significado único e modelador na história moderna: jamais fora presenciado, num período tão curto de tempo (1880-1914) e em domínios tão extensos de terra, a ocupação ativa das potências coloniais. Posteriormente, a consequente reviravolta das nações africanas que, submetidas à lógica imperialista, expulsaram de suas terras os europeus e conclamaram sua independência, tiveram como base o movimento pan-africanista que originou o Estado Moderno africano e o integrou, na segunda metade do século XX ao sistema mundial (CAMPOS; GONÇALVES; RIEGER, 2011, p.148).

A combinação Colonialismo-Imperialismo pode ser sociologicamente concebida como um elemento de mudança social na África. O continente africano presenciou uma modificação de identidade social, e passou a incorporar, dentro de suas próprias bases sociais, a ideia de modernidade instalada pelos europeus. O imperialismo estabeleceu um choque de identidades no povo africano, levando a uma ruptura nos laços sociais, políticos e econômicos, inserindo novos complexos de regulação social, baseada por outra identidade cultural. Isso levou a uma assimilação e aculturação do modo de vida do europeu no africano (CAMPOS; GONÇALVES; RIEGER, 2011, p.157).

1. 1 Relatos da/sobre a colônia

Ilustração 3_ Christine Schuler- Deschryver_ imagem retirada de *City of Joy.*

Fonte: https://www.netflix.com/br/login

Em *City of Joy* Christine Schuler- Deschryver[3], apresentada na imagem acima, faz um relato de sua história. Ela nasceu no Congo, e foi criada em Bukavu. Christine Schuler-Deschryver discorre sobre o processo de colonização dizendo que na maior parte do século XX o Congo foi colônia da Bélgica, a ativista afirma que sua história está muito conectada a isso. A mãe dela, negra e analfabeta de uma família muito pobre do Congo, era cortadora de café nas plantações dos seus avós paternos. O pai dela, branco, veio de uma família rica da Bélgica, uma família de colonialistas. Christine Schuler- Deschryver pontua que seu pai se revoltou contra os brancos. Quando ele e sua mãe se apaixonaram, os avós de Schuler- Deschryver expulsaram o pai dela de casa e ele foi morar com os trabalhadores.

Uma passagem do documentário que explora bem a questão da assimilação e identidade cultural resultante do processo colonial está inserida em umas das falas de Christine Schuler-Deschryver, quando ela afirma que teve que encontrar um lugar no meio dessas duas culturas (congolesa, colonizada/ belga, colonizadora), como se ela estivesse em uma espécie de limbo gerado pelos resquícios da dominação colonial. A ativista afirma que viu sua mãe sofrer apenas

[3] Christine Schuler-Deschryver é uma ativista dos direitos humanos, diretora do movimento V-Day e do City of Joy. Christine trabalhou como professora e administradora da CARE CANADA, que é uma organização de combate à desigualdade que busca retirar da pobreza e da fome as mulheres e meninas em países em desenvolvimento.

por ser negra, por nunca ter ido à escola. Ela afirma que a partir da experiência de sua mãe, soube que seu lugar é no Congo. Essa é uma questão pertinente, porque por mais que Christine Schuler- Deschryver seja filha de um homem branco, um belga, ainda assim ela é uma mulher negra.

É preciso salientar que:

> Este choque de identidades conota este caráter negativo pelo fato da introdução dessa noção de 'modernidade' às sociedades africanas ter sido feita por meios arbitrários e coercitivos. Antes da era imperial, a África já interagia com essa modernidade europeia num ritmo próprio e conciliável com seus costumes e tradições, necessidades e interesses, porém, também "havia tanta desigualdade e pobreza como em qualquer outro grupo de comunidade política" (CAMPOS; GONÇALVES; RIEGER, 2011, p.157).

Para o professor de economia Samir Amin, a conquista imperialista do planeta pelos europeus e norte-americanos ocorreu em dois períodos e possivelmente dá início a um terceiro. O primeiro momento de desenvolvimento do imperialismo estaria estruturado em torno da conquista das Américas, no viés do sistema mercantilista europeu que vigorava. O segundo momento da devastação imperialista foi criado com base na revolução industrial e se expôs pela submissão colonial da Ásia e da África. Por fim, o terceiro momento é o que tem sido experienciado na contemporaneidade[4]. Essa terceira onda de devastação do imperialismo foi fomentada pela queda do sistema soviético e dos regimes do nacionalismo populista do terceiro mundo. Houve uma manutenção dos objetivos do capital dominante, como o controle da expansão dos mercados, pilhagem de recursos naturais, superexploração das reservas de mão-de-obra da periferia. Tudo isso agindo sob condições e aspectos distintos dos que marcavam a fase anterior do imperialismo (AMIN, 2005, p.84-85).

Para Amin, com o passar dos séculos o imperialismo foi tomando outros moldes, se adaptando a conjuntura. Desde de suas origens no século XVI até 1945, o imperialismo sempre se conjugou no plural. O conflito dos imperialismos foi importante para a transformação do mundo. Com a segunda guerra mundial é possível perceber uma mudança no que tange as formas de imperialismo, como a substituição de uma quantidade significativa de imperialismos em constante conflito por um imperialismo coletivo ligando os centros do sistema mundial capitalista, uma tríade composta por EUA e sua província canadense, Europa Ocidental e

[4] Importante salientar que o Texto de Samir Amin, foi escrito no ano de 2005.

Central, o Japão. É preciso salientar a hegemonia dos Estados Unidos e suas novas maneiras de articulação ao novo imperialismo (AMIN, 2005, p. 90).

O imperialismo na atualidade é o imperialismo norte-americano, graças a sua habilidade de subornar sob sua hegemonia os possíveis rivais que venham a surgir. Até mesmo a União Europeia e o Japão aparecem como coadjuvantes diante das decisões feitas em Washington (BORON, 2007, p. 510).

Para o sociólogo argentino, Atilio A. Boron, o imperialismo na contemporaneidade é reforçado como um imperialismo cultural, que por meio do desenvolvimento dos meios de comunicação de massas viabilizou a imposição dos valores e das ideias da sociedade estadunidense. Dentro do mundo colonial e neocolonial, assim como dos próprios países do capitalismo avançado ocorre a precarização trabalhista, a redução das prestações sociais e as tendências regressivas do salário, que geram grandes danos, somado a isso uma forte devastação ecológica do planeta (BORON, 2007, p. 511).

Boron, afirma que:

> [...] O imperialismo é expressão de um sistema inviável e insustentável; se a ideologia norte-americana da expansão do consumo chegasse a ser assumida seriamente por chineses e indianos e se esses 2,4 bilhões de pessoas conseguissem, de repente, tornar realidade o *American dream* de ter cada um seu próprio automóvel, o oxigênio do planeta acabaria em menos de 24 horas. As contradições do capitalismo são insolúveis e irreconciliáveis: essa é a grande atualidade de Marx e dos teóricos da época clássica do imperialismo. Por isso, a luta contra o capitalismo e o imperialismo é hoje, simplesmente, a luta pela sobrevivência da espécie. Nada mais e nada menos que isso (BORON, 2007, p. 511-512).

O sociólogo Pablo González Casanova discute que ao final do século XIX o imperialismo, que é a forma mais avançada do capitalismo, conquista o mundo inteiro, com algumas exceções como Cuba. Para ele dos anos 1970 e 1980 adiante a globalização ganhou impulso com as redefinições e reestruturações do imperialismo. Isso fez com que surgisse novas características de expansão das grandes potências (CASANOVA, 2005, p. 66).

Casanova destaca as ações violentas do imperialismo estadunidense afirmando que:

> Nem todos os falsos mitos da Idade Moderna foram destruídos. Muitos, como a democracia com sangue, foram impostos pela força. O governo dos Estados Unidos fingiram que tinham ido ao Iraque para impor a democracia e construir um país independente mediante a conquista. Seus enganos premeditados mostraram tanta violência quanto a que exerceram sobre a população do

> Iraque com o argumento de que seu verdadeiro objetivo era aprisionar Sadam Hussein, enquanto, para tanto, destruíam o país, cidade por cidade e casa por casa, e se apoderavam de seus ricos poços de petróleo (CASANOVA, 2005, p. 70).

É perceptível a construção de um império mundial pelo complexo militar- empresarial dos EUA, que se tornou possível graças as modernas políticas imperialistas e capitalistas, que unem a força das megaempresas e das potências aliadas, com novas maneiras de dominação e exploração dos povos e dos trabalhadores (CASANOVA, 2005, p. 74).

O imperialismo que a séculos passados tomou o continente africano, deixou seus rastros por países como a República Democrática do Congo, que ainda aparece como um local rico e atraente para países capitalistas, que ao explorarem aquela região contribuem para o desenvolvimento de conflitos internos.

Em *City of Joy* é apresentado ao espectador uma quantidade significativa de multinacionais que adentraram em solo congolês em busca das riquezas naturais do país:

> Segundo a ONU corporações multinacionais de vários países se envolveram na exploração dos recursos naturais da Rep. Democrática do Congo. São empresas de vários países: Bélgica, Ilhas Virg. Britânic.. Burundi, Canadá, China, [...], Finlândia, Alemanha, França, Gana, H. Cong, Israel, Cazaquistão, Malásia, Ruanda, África do Sul, Suíça, Tailândia, Uganda, EAU, EUA, Reino Unido, Zimbábue (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018 (1 h 16 min).

Em *City of Joy* há algumas passagens que explicitam a falta de iniciativa do exterior em conter os conflitos na República democrática do Congo devido aos interesses que os recursos naturais do país geram. Christine Schuler- Deschryver questiona:

> Porque essa guerra dura tanto tempo sem uma grande intervenção mundial? Onde esteve o mundo, considerando a culpa do mundo nessa guerra em termos de comercio de minérios? A mineração de Coltan, um mineral que é encontrado em cada um dos nossos Iphones e computadores (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018 (1 h 16 min).

No documentário também surge a seguinte informação:

> A RDC é uma grande exportadora de Coltan, latão, tungstênio e ouro, os chamados minérios de conflito. Uma vez processados, esses minérios são

> vendidos no mundo todo para fabricação de celulares, computadores, carros e joias de empresas como: Nintendo, Samsung, HTC, Sharp, Nikon, LG, Sony, Toshiba, IBM, Canon, Lenovo, dentre outras (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. (1 h 16 min).

Christine Schuler- Deschryver também pondera que:

> Congo é um dos países mais ricos do mundo. Todos os países vêm buscando seus interesses. E todo dia você vê os helicópteros deles com ouro, com Coltan, com o diamante, com o urânio. Ninguém quer que isso acabe. Essas multinacionais querem continuar financiando suas milícias para elas irem as minas e saquear o Congo. Tudo está conectado com milhões de congoleses mortos e ninguém está falando de um genocídio. É como se o Congo tivesse se tornado algo imaginário. Junta-se isso ao racismo, junta-se isso ao colonialismo. Junta-se tudo. Ninguém vê os congoleses como pessoas de verdade (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. (1 h 16 min).

Em *City of Joy* e na fala de Christine Schuler-Deschryver encontramos uma denúncia à invisibilização do sofrimento dos congoleses em detrimento das ambições capitalistas de países poderosos, que de acordo com o documentário tem participação efetiva na fomentação de conflitos internos a partir do financiamento de milícias armadas. A relação capitalismo-imperialismo- colonialismo foi nutrindo-se dos recursos da República Democrática do Congo a um nível que criou uma instabilidade dentro do país, onde a violência antes utilizada por essa tríade, se mantém como ferramenta indispensável para a continuidade da exploração, sob novos formatos, moldados de acordo com o contexto vigente.

Do século XIX para o XX os termos colonialismo e imperialismo foram criados, e por meio deles é possível compreender os distintos processos de expansão do capitalismo moderno no seio do sistema interestatal. Sendo possível perceber o imperialismo como produto do capitalismo e o colonialismo como produto do imperialismo. (BALLESTRIN, 2017, p. 505-506).

Para além de um sistema de exploração econômica e dominação política, o colonialismo também se apresenta enquanto modo de percepção do mundo e de enquadramento da vida social (DIAS; FILHO, 2015, p. 9).

> O colonialismo está relacionado ao evento histórico do capitalismo industrial e aos imperativos materiais da modernidade, ao mesmo tempo que atravessa o campo das representações, dos discursos e dos valores. Como tal, foi

> experienciado, pela pluralidade de sujeitos envolvidos, na totalidade da vida social e na própria definição dos termos em que essa realidade se apresentava à experiência, classificando-a e hierarquizando-a (DIAS; FILHO, 2015, p. 9-10).

Alguns autores trabalham com o conceito de "imperialidade", como é o caso de Luciana Maria de Aragão Ballestrin, que citando David Slater, afirma que:

> A noção de 'Imperialidade' foi por ele desenvolvida mais sistematicamente, propondo que a colonialidade do poder seja contrastada com aquilo que ele chama de "Imperialidade do Poder" (Slater, 2011). A imperialidade se refere a um direito, privilégio e sentimento de um ser imperial ou à defesa de um modo imperial de vida, no qual a invasão geopolítica do poder ocidental é legitimada ou desejada. Ela se reflete em um *ethos* imperial de cuidado percebido nas tentativas de levar progresso, civilização e democracia a outras sociedades com certa gratidão ou consentimento. Amparando-se na especificidade já assinalada por marxistas do poder imperial estadunidense, o autor destaca a abertura, o livre-mercado, as intervenções militares, a penetração de capital e a criação de bases militares, como algumas políticas imperiais que se diferem das formas coloniais tradicionais. (BALLESTRIN, 2017, p. 522).

Se tratando da relação imperial na conjuntura da divisão Norte/ Sul é perceptível uma geopolítica da invasão ou processo de penetração dos estados que está ligada a uma ideia de acumulação por espoliação, onde as riquezas dos países periféricos são extraídas para o proveito dos grandes países imperialistas. Está relação penetra a esfera política, cultural e psicológica. Em casos de violação da soberania por meio da infração do direito internacional dos países periféricos pode ser entendido como negação do direito à autonomia de ser dos indivíduos das nações não ocidentais (BALLESTRIN, 2017, p. 522-523).

Essa ideia de "imperialidade" parece buscar compreender as novas formas de exploração imperialistas que se desenvolvem na contemporaneidade e envolvem países do Norte e do Sul.

Ballestrin enfatiza que para Slater a mentalidade imperial está ligada com a vontade, capacidade e a licitude de expansão e interferência do ocidente no oriente: "o desejo de intervir, de penetrar em outra sociedade para ajudá-la a reordenar, reajustar, modernizar, desenvolver, civilizar, democratizar essa mesma sociedade é parte essencial de qualquer projeto imperial" (SLATER, 2007, p.67, apud BALLESTRIN, 2017, p. 522-523).

Referindo-se ao imperialismo a autora destaca que:

> Ele [o imperialismo] se caracteriza por uma distinta posição do Estado e do capital em múltiplos territórios, envolvendo domínio, supremacia, subordinação e exploração, num processo de reprodução reiterado historicamente. A hierarquização é construída e mantida de modo material, por meio das relações sociais práticas e concretas de poder que articulam a economia, a política, a sociedade e a hegemonia tanto dos espaços dominantes quanto dos espaços dominados. Sua constante alimentação econômica é a tendência expansiva do capital, que, embora atrelado a formas políticas nacionais, não encontram nelas o seu limite. O imperialismo é um processo relacional, concreto socialmente e, raras vezes, fundado ou explicitado em categorias normativas políticas e jurídicas, embora possa eventualmente comportá-las – como no caso do colonialismo e das suas definições formais entre metrópole e colônia ou, nos tempos presentes, do privilégio assentado formalmente de alguns Estados no Conselho de Segurança da ONU. (BALLESTRIN, 2017, p. 525).

Em sua obra *Neocolonialismo - ultimo estagio do imperialismo*, Kwame Nkrumah debate que o neocolonialismo representa o imperialismo no seu estágio final. Para Kwame Nkrumah, em vez de colonialismo, como principal ferramenta do capitalismo, tem-se naquele período o neocolonialismo.

Segundo Nkrumah, a África apresenta uma contradição que foi gerada pelo colonialismo. Mesmo vivendo em um continente que possui uma terra rica, os africanos não disfrutavam tanto dessa riqueza, quanto os indivíduos que exploravam a região. O referido autor destaca que se os recursos do continente fossem usados para o seu desenvolvimento a África seria um dos lugares mais modernizados do mundo, porém, seus recursos têm sido usados para o desenvolvimento de interesses do ultramar (NKRUMAH, 1965, p. 1-2).

A Primeira Guerra Mundial levou a redivisão dos setores coloniais, assim como possibilitou uma abertura ao socialismo na rede imperialista que tomava o mundo. O sucesso da Revolução de Outubro na Rússia significou um forte golpe no capitalismo monopolista internacional. Após a Segunda Guerra Mundial, o socialismo apareceu ainda mais forte. Em meio a isso os povos que queriam se distanciar do imperialismo começaram a exigir sua independência enquanto nações. Duas frentes desafiavam o imperialismo, de um lado o anticolonialismo e do outro o socialismo. Nesse conflito o imperialismo utilizou alguns mecanismos pra manter sua existência através da permanência do processo colonialista (NKRUMAH, 1965, p. 45).

Nkrumah, se referindo aos grandes grupos financeiros afirma que:

> Barreiras ao comércio foi o sinal para a sua entrada. Na prática, algumas das mais importantes nações europeias são servidores financeiros dos grupos

> dominantes monopolistas banqueiros, os Morgans e os Rockefellers. Apesar de todo o poder pertencente a bancos tão importantes como a Société Générale de Bélgique, o Banque de Bruxelles, Kredietbank, Banque Lambert, a grupos industriais-financeiros belgas como Solvay, Boel, Brufina-Cofinindus e Petrofina, a Bélgica, juntamente com Luxemburgo, seu apêndice, é na realidade uma colônia financeira do capital de investimento norte-americano. Em 1959, 39 novas companhias foram criadas na Bélgica por estrangeiros. No ano de 1961, o número subiu a 237. As somas investidas do exterior haviam aumentado de dois bilhões e 457 milhões de francos belgas, em 1959, para seis bilhões e 664 milhões de francos belgas em 1961. Desta última cifra, quase 60 por cento, ou seja, três bilhões e 979 milhões de francos belgas, foram fornecidos por fontes norte-americanas. Henry Coston, em seu livro revelador sobre as ramificações da finança internacional, *Europa dos Banqueiros*, declara que essa empresa não se limita ao território do reino e que as ex-colônias belgas não foram desprezadas. "Pode- se mesmo perguntar se os acontecimentos sanguinários do Congo não foram causados pela luta sem quartel que se desenvolve entre grupos financeiros rivais", conclui ele (NKRUMAH, 1965, p. 51-52).

É discutido por Nkrumah, que mesmo após a independência o Congo continuou sob o julgo do imperialismo e do neocolonialismo. O referido autor discorre sobre a Union Minière, companhia mineradora, que desde a independência do Congo aparecia como um grande motivo de disputa entre o governo congolês e a província separatista de Catanga. Pequenos acionistas possuíam a maior parte da empresa, os financistas da Bélgica e Inglaterra controlavam ela. A maior parte das ações pertencia a administração belga, entretanto com a independência foram transferidas para o governo congolês, e foi conservada durante determinado tempo sob tutela do governo belga. No mês de novembro de 1964, Moise Tshombe[5], publicou um manifesto que objetivava transferir o controle da Union Minière, dos interesses bancários da Bélgica e outros, para o governo do Congo (NKRUMAH, 1965, p. 229).

Em 28 de janeiro de 1965, Tshombe estava em Bruxelas para conferenciar com o Ministro do Exterior belga, Sr. Spaak. Tshombe queria a entrega do bloco de ações que valiam 120 milhões de libras, e significavam 21 por cento dos direitos de voto na Union Miniere. Já os belgas, desejavam uma reparação pelas propriedades belgas que foram danificadas nos conflitos congoleses, e pelas companhias que tinham perdido concessões. Tshombe teve suas exigências executadas (NKRUMAH, 1965, p. 230).

Nkrumah afirma que ao retornar para Leopoldville, Tshombe teve boas justificativas para pensar sobre se de fato tais negociações haviam sido uma vitória. No século XX, Nkrumah debatia sobre os poderosos grupos que enriqueciam através de países africanos como

[5] Que voltava de um exílio para se tornar primeiro ministro do Congo.

a República Democrática do Congo. O referido autor evidenciou os problemas enfrentados no Congo graças a países estrangeiros:

> Nos cinco anos que precederam à independência, o fluxo líquido de capital para a Bélgica, somente, foi de 456 milhões de libras. Quando Lumumba assumiu o poder, foi retirado tanto capital do Congo que houve um *deficit* nacional de 40 milhões de libras. Tshombe foi notificado agora de que o Congo tem uma dívida externa de 900 milhões de dólares. Essa cifra é completamente arbitrária — significa uma exploração evidente, baseada em puro colonialismo. Os 900 milhões de dólares seriam devidos a monopólios dos Estados Unidos e da Bélgica depois que eles roubaram o Congo de somas de dois bilhões e meio de libras, 464 milhões de libras e 40 milhões de libras. Imaginem o que isso teria significado para a prosperidade e bem-estar do Congo. Mas a tragicomédia continua... Para reforçar politicamente Tshombe, os monopólios decidiram que, dessa dívida fictícia de 900 milhões de dólares, somente 250 milhões precisam ser pagos. Que generosidade, esta! (NKRUMAH, 1965, p. 231).

O autor pondera que os monopólios informaram que o Congo também era responsável por uma dívida interna de 200 milhões de libras. Segundo NKRUMAH, isso teve como respaldo um anúncio feito por esses monopólios, a respeito de um programa fraudulento para quitar dívidas (NKRUMAH, 1965, p. 231).

Em *"Neocolonialismo- último estágio do imperialismo"* Nkrumah evidencia que mesmo após o processo de independência o colonialismo ainda mantinha suas raízes na República Democrática do Congo, por meio da atuação de monopólios que através da criação de dividas objetivava manter sua exploração sobre o país. Portanto, no debate realizado pelo referido autor, ao mesmo tempo em que ele discute os aspectos do processo denominado neocolonialismo, ele também denuncia as ações imperialistas de nações estrangeiras na República Democrática do Congo, que seriam fruto daquele modelo de dominação.

2. *CITY OF JOY*: SIMBIOSE ENTRE PASSADO E PRESENTE

Ilustração 4_ entrada de *City of Joy*_ imagem retirada de *City of Joy*.

Fonte: https://www.netflix.com/br/login

Estaria a História unicamente preocupada com o passado, tendo nele seus objetos específicos de estudo? A pertinência desse questionamento nos norteia na busca à resposta que se apresenta como central na discussão proposta nesse capítulo. Em trechos iniciais de *City of Joy* há um retorno ao passado, através da memória e dos conhecimentos sobre os conflitos internos na RDC[6] por parte de algumas das pessoas que dão seus depoimentos no documentário, dentre elas estão o médico ginecologista e obstetra, cofundador da Cidade da alegria, Denis Mukwege, e a ativista Christine Schuler-Deschryver. Ambos fazem um apanhado sobre conflitos que outrora ocorreram no país africano, buscando assimilar com as atuais problemáticas enfrentadas pela RDC.

Nesse sentido, esse capítulo visa discutir a relação passado/presente contida no documentário, buscando compreender a retomada na história, percorrida por alguns dos sujeitos da Cidade da alegria, intencionando destacar a importância do tempo para a História e como isso é trabalhado no documentário.

Marc Bloch afirma que é tortuoso entender a História como a ciência do passado, pois para ele é ilógico que a ideia do passado, enquanto tal, possa ser objeto da ciência, afinal não possuímos o passado da forma como este se deu. Para Bloch, a História é a ciência do homem

[6] "[...] atual República Democrática do Congo, conhecida também como Congo Kinshasa, país francófono, localizado praticamente no centro do continente Africano, pertencente à chamada África Central ou a região da África Subsaariana [...] (NASCIMENTO, 2015, p.24)."

no tempo, preocupando-se, o historiador, com tudo aquilo que o remeta à humanidade, sendo o tempo lugar de inteligibilidade da História.

Neste percurso, o referido autor questiona: "devemos considerar o conhecimento do mais antigo como necessário ou supérfluo para a compreensão do mais recente? (BLOCH, 2002, p.6)." Bloch através de sua indagação nos faz pensar se o passado implica no presente, e a importância desse passado para os fatos recentes.

Em *City of Joy*, o passado mostra-se cada vez mais próximo dos cidadãos da República Democrática do Congo. Através de resquícios e continuidades é possível perceber essa intricada troca, onde o retorno ao passado contribui para explicar alguns aspectos do presente, assim como à ressignificar esse passado.

Ao nos preocuparmos com passado e presente poderíamos nos convencer de que o presente seria sempre um duplo? Ele que apesar de tão próximo, futuramente se tornará "distante". E tudo que hoje é tratado como "experienciando", na posteridade será entendido como "experienciado". Como afirma Bloch:

> [...]O que é, com efeito, o presente? No infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre. Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino de Memória (BLOCH, 2002, p.60).

O documentário *City of Joy*, ao discutir sobre as mulheres congolesas que foram e são violadas durante os conflitos na RDC, sugere a necessidade de compreensão dos conflitos internos, que por sua vez tem forte relação com o passado colonial e com os governos ditatórias que outrora estavam no comando do país. Portanto, para compreender a RDC no século XXI, é necessário perpassar a história do país nos séculos XIX e XX, pois como destaca Bloch: "A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente (BLOCH, 2002, p.65)."

2.1- A República Democrática do Congo

De 1885 até 1908, o território que hoje é conhecido como República Democrática do Congo, era nomeado Estado Independente do Congo, já de 1908 até 1960 era conhecido como Congo Belga, com a independência em 1960, passa a se chamar República do Congo, porém

também era conhecido como CongoLéopoldville para diferencia-lo de Congo- Brazzaville, que logo após a independência também ficou conhecido como República do Congo. O CongoLéopoldiville transforma-se em República Democrática do Congo no ano de 1964. Em 1971 torna-se República do Zaire, sob os mandos do ditador Mobuto Sese Seko. Laurent Désiré Kabila, sucessor de Mobutu, retorna ao antigo nome de República Democrática do Congo em 1997 (MUNANGA, 2008, p.75).

Evelyn Rosa do Nascimento, destaca que antes mesmo da chegada dos colonizadores, inicialmente os portugueses, o território que hoje compreende a RDC já possuía uma estrutura organizacional. Segundo a referida autora, formado no final do século XIV, o reino do Kongo era um dos diversos reinos existentes na África antes da chegada dos europeus. O reino que era localizado próximo ao rio Congo, continha oitocentos quilômetros quadrados e uma população de três milhões de pessoas, possuía grupos bantos e compreendia grande parte da África Centro-Ocidental. Na contemporaneidade seu território corresponde a uma parte do litoral de Angola, da República Democrática do Congo e da República do Congo (NASCIMENTO, 2015, p.35).

Segundo Nascimento eram realizadas assembleias onde os líderes das aldeias escolhiam o Manikongo que tinha como tarefa administrar o reino, em conjunto com um conselho real que era responsável por fiscalizar o recolhimento de taxas, a circulação de moedas e dar apoio à administração. O conselho real era formado por doze nobres que assumiam as funções de: secretários reais, coletores de impostos, oficiais militares, juízes e empregados pessoais (NASCIMENTO, 2015, p.35).

Nascimento, por meio de seu debate nos leva a compreender que o reino Kongo possuía uma estrutura política, econômica e social antes mesmo da chegada dos portugueses no ano de 1482. A referida autora elucida que:

> Mbanza Congo, também conhecida como São Salvador, era a capital do reino, onde o Manikongo concentrava o poder do reino e o controlava. O Kongo era um — reinado muito bem organizado e estruturado. Possuía relações comerciais e diplomáticas bem estabelecidas com outras regiões da África e vasta experiência em comercializar produtos como sal, metais, tecidos e derivados de animais. Sua economia tinha por base a agricultura e o comércio de ferro e sal. Havia também outras atividades, como a de artesãos que trabalhavam com cobre, argila, madeira, marfim, além da produção do vinho de palma, da caça, da pesca e da coleta de frutas (NASCIMENTO, 2015, p.36).

No ano de 1482, o navegador português Diego Cão, descobriu a bacia do rio *Nzadi*, posteriormente denominado rio Congo, chamado também rio Zaire durante o regime do ditador Mobutu. Entre 1874 e 1878 é que de fato há uma exploração sistemática da região, pelo jornalista inglês Henry Morton Stanley. Em 1876 é organizado pelo rei belga Leopoldo I a Conferência Internacional de Bruxelas, em que é criada a Associação Internacional Africana (AIA), que buscava abrir a bacia do Congo aos ocidentais. O sucessor do rei, Leopoldo II, em 1878 em acordo com H.M. Stanley entregou-lhe a tarefa de negociar a submissão dos chefes locais por meio de tratados de comércio, protetorado e amizade. Eles conseguiram realizar seu objetivo, pois os chefes não faziam ideia que essa era uma falácia, sendo que os interesses eram norteados pelo desenvolvimento de uma soberania ocidental sob aquele território (MUNANGA, 2008, p.78-79).

Munanga afirma que:

> Em 1883, a AIA é rebatizada Associação Internacional do Congo (AIC) pelo rei Leopoldo II com os mesmos objetivos proclamados: humanitários, filantrópicos, científicos e geográficos. Com base nessas preparativas, o rei Leopoldo II, dispondo dos serviços de H.M. Stanley, começou a organizar a primeira feitoria na desembocadura do rio, a partir da qual foi progressivamente preparado o sistema de exploração da região (MUNANGA, 2008, p.78-79).

A monarquia belga não apoiou Leopoldo II, o que fez com que os contratos de Stanley e o investimento de Leopoldo em expedições pela África fossem apresentados na Bélgica e internacionalmente como missões "filantrópicas", o intuito era preservar a imagem do rei belga e não atrair potencias europeias interessadas em colônias no continente africano (NASCIMENTO, 2015, p.42).

Na conferência de Berlim (1884-1885) a AIC tornou-se Estado Independente do Congo (EIC), sendo o rei Leopoldo II oficialmente seu proprietário, onde a condição era deixar a bacia do congo aberta para o comércio internacional (MUNANGA, 2008, p. 79). É importante salientar que nesse período o Congo foi transformado em um tipo de propriedade de Leopoldo, que tinha poder de mando e desmando sob aquela região.

> De fato, o Estado Independente do Congo não era independente. Era uma fatia do império leopoldiano no centro da África, um imenso latifúndio com uma superfície oitenta vezes maior que o território belga e quatro vezes o território da França. A Conferência de Berlim o consagrou oficialmente como propriedade pessoal do rei dos belgas. Em 1º de julho de 1885 o parlamento

> belga ratifica oficialmente o reconhecimento do EIC como propriedade pessoal do soberano e não como uma colônia belga (MUNANGA, 2008, p. 80).

De 1885 até 1908 o (EIC)[7] foi uma colônia particular de Leopoldo II, rei da Bélgica. O território foi dividido em três categorias: terras autóctones, terras vacantes e terras concedidas a terceiros. O marfim e a borracha eram, nessa época, os principais produtos da economia colonial; e de forma mais modesta, a atividade agrícola. Através da violenta exploração dos nativos, o rei belga acumulou um enorme patrimônio, e desenvolveu grandes obras em seu país (NASCIMENTO, 2015, p.43).

Marcelle Cristine Bessa de Macedo, afirma que no período colonial a borracha e o marfim foram os principais produtos explorados e que isso se dava através do trabalho forçado dos congoleses. A tortura, sequestros e mutilações eram punições comuns para quem não alcançasse a cota. Segundo Macedo, o trabalho forçado e os abusos perduraram após a colonização, no entanto, praticados em grande parte por grupos armados congoleses, principalmente na exploração de recursos minerais (MACEDO, 2016, p.9).

Nascimento citando, o professor Adam Hochschild, destaca que:

> Quando uma aldeia se recusava a coletar borracha, era costume os soldados do Estado ou de companhias privadas, ou às vezes seus aliados, matar todos os habitantes para que as aldeias vizinhas entendessem logo o recado. Só que alguns oficiais europeus começaram a ficar desconfiados e resolveram tomar precauções. Para cada cartucho entregue a um soldado, passaram a exigir provas de que a bala fora usada para matar alguém, e não desperdiçada com caça ou, pior ainda, economizada para algum possível motim. E a prova mais comum era a mão direita de um cadáver (HOCHSCHILD, 1999, p. 175-176 apud NASCIMENTO, 2015, p.44).

O sistema colonial era organizado em três partes: a corveia (trabalho forçado); o trabalho livre com remuneração; e a compra de produtos. O trabalho forçado para a extração da seiva da borracha fomentou a forma desumana com a qual os congoleses eram tratados. A Force Publique, polícia colonial, controlava o trabalho dos nativos que estavam suscetíveis a violências físicas e a morte. As ações durante a subjugação de Leopoldo II, fez com que sociedades locais fossem extinguidas, os povos "Bolobo" e "Irebu" foram exterminados. Em meio a isso o governo da Bélgica omitia suas ações sangrentas em seus documentos, dando ênfase ao seu trabalho de impedir os conflitos entre nativos e buscar a segurança para os

[7] Estado Independente do Congo, também nomeado de Estado Livre do Congo (NASCIMENTO, 2015, p.43).

colonizadores na colônia (NASCIMENTO, 2015, p.43).

Segundo o professor Paulo Fagundes Visentini, o rei Leopoldo II administrava o "Estado Livre do Congo" conforme suprisse seus benefícios particulares, por meio de uma empresa não-governamental. Visentini, afirma que a população nativa contrária à dominação europeia e as violentas formas de trabalho foi massacrada pelo monarca, que devido as pressões internacionais, em 1908, tornou o país africano uma colônia do Estado belga (VISENTINI, 2010, p.7). Agora o "Estado livre do Congo" tornava-se "Congo belga".

Apesar da nova denominação, Congo Belga, as transformações na região não modificaram a situação dos povos congoleses, pois houve a permanência do trabalho forçado, da violência da Force Publique, da agressiva exploração dos recursos naturais e dos povos daquela região. Tanto a estrutura colonial do período de Leopoldo II quanto as pessoas que ocupavam a administração colonial foram mantidas, assim como as brutalidades contra os congoleses. A administração belga não se preocupou em melhorar a vida da população congolesa (NASCIMENTO, 2015, p.46).

Em 1920 o Congo era o quarto maior produtor de cobre no mundo e suas exportações ultrapassavam doze milhões de libras, a economia da região do Katanga crescia significativamente. Para trabalhar nas minas os congoleses deixavam suas esposas e filhos trabalhando nos campos o que gerou fome e doenças. Na capital do Katanga, Elizabethville, um grande número de africanos vivia num pequeno bairro o que provocou problemas de higiene e saúde. No que se refere a educação, nativos e europeus tinham formações diferentes. Os belgas nunca buscaram desenvolver a educação para os congoleses (MARTINS, 2014, p.21-22).

A economia do Congo Belga cresceu por meio da produção do cobre e do diamante, no entanto a população local continuava sem obter mudanças em seu tratamento colonial. Com relação a educação tinha-se a preponderância das missões católicas no final de 1950. Os congoleses mais letrados transformaram-se em mecânicos, enfermeiros, pintores, carpinteiros (UMBA, 2016, p.25).

Durante a presença belga houve a inexistência de universidades na RDC, isso porque os colonizadores entendiam que essas instituições e os direitos políticos aos negros contribuiria para gerar "descontentes e agitadores". Em 1960, ano de independência do país, a RDC possuía apenas nove universitários. Os congoleses não tinham liberdade de imprensa, de associação e nenhuma formação política (MUNANGA, 2008, p. 86). Em 1955 o Instituto Colonial de Antuérpia tinha informado ao governo belga que era preciso trinta anos para formar uma classe dirigente congolesa para assumir o poder, pois o Congo não possuía pessoas com preparo

político e técnico necessários para assumir quando depois da independência. O governo da Bélgica, anunciou em Bruxelas um programa para treinar a administração da elite do Congo, através de eleições locais para o desenvolvimento de um governo congolês. O Parlamento belga fixou a independência no dia 30 de junho de 1960 (UMBA, 2016, p.25).

Após a Primeira Guerra Mundial, Kasai teve um desenvolvimento significativo graças às reservas de diamantes que alargavam a fama do Congo como uma rica colônia. Com o crescimento do país africano os congoleses conseguiram ter uma pequena melhora em suas condições de vida, entretanto, a segregação racial persistia. Os hospitais eram segregados, as crianças congolesas não podiam cursar as mesmas escolas que os europeus, sendo restrita a eles as escolas das missões (MARTINS, 2014, p.23).

> Os belgas também não tinham interesse em criar uma elite congolesa educada. Os que os belgas chamavam de *évolués*[8] eram os nativos que tinham sido educados nas missões religiosas, que estavam perfeitamente integrados numa sociedade Ocidental, neste caso a sociedade belga. Eram uma nova elite intelectual que os belgas receavam poder vir a criar uma consciência anticolonialista. "Havia a preocupação em não dar uma educação ocidentalizada aos Africanos… Eles só iriam desenvolver sentimentos anticoloniais ou mesmo sentimentos Comunistas" (MARTINS, 2014, p.23).

É pertinente salientar a importância dos *évolués* no processo de independência. Segundo Martins, com os *évolués* tem-se o início da consciência política. Os *évolués* eram aqueles que tinham sido educados nas missões católicas e protestantes, segundo os colonizadores eles eram os que haviam recebido uma educação e abraçado as maneiras ocidentais. Os *évolués* formaram grupos que buscavam manter as tradições étnicas, incluso a língua dos nativos (MARTINS, 2014, p.27).

Para Nascimento os *évolués* desenvolveram uma crítica ao sistema colonial por meio de sua experiência, que entrelaçava conhecimentos e ideologias africanas e ocidentais. A referida autora afirma que ao mesmo tempo que esse grupo era crítico da colonização, ele também era resultado dela. Os *évolués* consolidaram-se na década de 50, e eram influenciados por movimentos de libertação das colônias vizinhas, para além desse grupo, outros também se destacaram, como os religiosos, os trabalhadores e os *indigénes* (NASCIMENTO, 2015, p.58).

[8]A administração belga dividia os congoleses em duas categorias: os *évolués* e os *indigénes*, sendo está última categoria ocupada pela maior parte da população (NASCIMENTO, 2015, p.52-53).

> [...] foi das fileiras dos círculos (*Cèrcles*) onde os *évolués* se organizaram que nasceria o desejo e as exigências de um Congo livre. Foi nos *Cèrcles*, que tinham sido associações urbanas com o objetivo de dar formação e ajudar os *évolués*, que Patrice Lumumba começou a dar os primeiros passos na sua curta carreira política. Em 1958, Lumumba, juntamente com Cyrille Adoula e Joseph Ileo formam o MNC (*Mouvement National Congolais*), o primeiro partido congolês de cariz não tribal e pró-independência. Na sequência do discurso que o presidente francês Charles de Gaulle proferiu na capital da colônia vizinha do Congo francês, em que falou abertamente na oferta da independência a essa colônia, os *évolués* do Congo "aplaudiram e exigiram a sua própria independência [...]" (MARTINS, 2014, p.28).

Segundo Munanga a história da descolonização na RDC teve início em 1955 com a visita de Balduíno I[9], a Leopolldville (Kinshasa). Os congoleses esperavam com essa visita preocupação com suas condições de vida, no entanto o rei discursou buscando uma união mais forte entre sua colônia e a Bélgica. Nesse ano o professor belga, Van Bilsen[10], publicou um texto que defendia a emancipação política da África belga. Em 1956 um grupo de intelectuais publicou um manifesto[11] que mostrava sua contrariedade com relação ao domínio belga e tudo aquilo que buscasse incluir seu país na comunidade Belgo-Congolesa. O manifesto também era contrário as reformas impostas que não contassem com a participação desses intelectuais. Este grupo era favorável a emancipação política completa (MUNANGA, 2008, p. 87-88).

Pouco tempo depois da publicação do manifesto a associação cultural do grupo étnico bacongo, denominada Abako[12], transformou-se em partido político. Em 1955 foi publicado pela Abako um contra manifesto onde exigia uma politização autêntica do Congo Belga através de uma diversidade de partidos políticos. A primeira eleição popular no Congo Belga ocorreu no ano de 1957. O governador geral do Congo Belga e de Ruanda- Burundi organizou eleições municipais em alguns centros urbanos. Nesse sentido as grandes cidades eram divididas em

---

[9] Rei da Bélgica.

[10] Antoine Van Bilsen foi um professor belga que desenvolveu no ano de 1955 um plano, denominado Plano Van Bilsen, defendendo que a Bélgica aparelhasse a elite congolesa antes que o país aderisse à independência . Este plano acreditava na necessidade de 30 anos para isso, porém os africanos criaram um contra- manifesto que buscava a anulação do plano e a independência imediata.

[11] "Em julho de 1956, em Leopoldville, foi publicado o *Manifesto da Conscience Africaine*, evidenciando a eclosão da "evolução" política e da organização do movimento anticolonial no Congo. [...] Tal documento era direcionado a "colonos de boa fé" e aos congoleses e foi assinado por trinta e sete vigários episcopais, após realização de cinco plenárias. O manifesto pode ser destacado por impulsionar o processo interno de luta pela libertação no Congo, pois, a partir dele verifica-se a eclosão de movimentos, partidos, associações que manifestariam críticas ao sistema colonial. De acordo com o Bulletin de Séances, de 1957, publicado pela Academie Royale des Sciences Coloniales, o manifesto pode ser considerado como a "exteriorização mais marcante da evolução política e reação ao Plano publicado por Van Bilsen." (NASCIMENTO, 2015, p.62-63)".

[12]"A Aliança dos Bakongo no Congo-RDC, mais conhecida como ABAKO, foi fundada em 1950, como uma associação, cujo objetivo era defender e resguardar a língua e os interesses dos que pertenciam à etnia Kongo e da expansão do língala, língua utilizada pelos colonizadores belgas e pela Force Publique. O povo Kongo, uma das diversas etnias presentes no Congo, fazia parte de um grande e diversificado grupo étnico constituído de vários subgrupos, como os Vili, os Woyo, os Solongo, os Bembe, os Sundi, os Yombe, entre outros" (NASCIMENTO, 2015, p.64).

municipalidades europeias e africanas, onde cada uma tinha que eleger seus conselheiros, ficando ao governador da província a tarefa de nomear o prefeito. Porém, as eleições tiveram um efeito inesperado para o poder colonial. Elas não conseguiram acalmar as reinvindicações populares, mas sim infla-las ainda mais (MUNANGA, 2008, p.88- 89).

No ano de 1958 o salário de um nativo era muito inferior ao de um europeu. Enquanto um congolês que trabalhava como assistente médico recebia 37 mil francos, o belga que desempenhava a mesma função ganhava 137 mil francos. Até 1960 apenas dezessete africanos tinham terminado cursos superiores, porém nenhum no grau de advogado, engenheiro ou médico (MARTINS, 2014, p.23). Léopoldville lidou com uma série de motins no início do ano de 1959, isso ocorreu graças ao desemprego gerado pela recessão econômica, fruto da guerra da Coréia; em meio a isso houve o início da conscientização política dos congoleses e também a ação da Associação Bakongo (ABAKO) (MARTINS, 2014, p.27).

Em Bruxelas nos dias 20 de janeiro e 20 de fevereiro de 1960 foi organizada a "Tables Rondes Politiques", conferencia em mesa redonda, na qual participavam representantes belgas do governo e do parlamento, e 45 congoleses membros dos principais partidos políticos do Congo, como o MNC de Lumumba, o ABAKO de Kasavubu e as "conféderation des associations tribales du katanga de Tshombé. Na conferência foi decidido que o Congo tornar-se-ia independente no dia 30 de junho, no entanto os quadros administrativos do país manteriam os europeus durante vários anos até que os congoleses conseguissem sustentar a administração sozinhos. No dia 22 de maio de 1960 ocorreram as eleições para a escolha do presidente da República e do primeiro ministro. O MNC, partido de Patrice Lumumba, ganhou as eleições e Lumumba tornou-se Primeiro-Ministro da República Democrática do Congo, e Joseph Kasavubu, líder do partido ABAKO, foi eleito Presidente (MARTINS, 2014, p.30- 31).

Em 30 de junho de 1960 foi comemorado em Léopoldville a independência do Congo, o evento que contou com a presença do então rei da Bélgica, Balduíno I, foi marcado pelo discurso de Lumumba, que teceu severas críticas ao colonialismo Belga e "insultou" o rei Leopoldo, o que foi interpretado pela comitiva Belga como uma humilhação, gerando um isolamento político nacional e internacional de Patrice Lumumba (MARTINS, 2014, p.31-32). Uma semana após a independência as forças armadas insurgiram, movimentos separatistas e um conflito intertribal ameaçaram dividir o Congo. O exército tornou-se indisciplinado, com grupos de soldados auxiliando líderes militares e políticos. (UMBA, 2016, p.26).

Após a independência o tenente general da Force Publique, Èmile Janssen, procurou manter a hierarquia na qual os brancos possuíam posições oficiais e os congoleses não subiam

na carreira. Lumumba resolveu não aumentar os salários na Force publique, o que gerou uma amotinação de soldados negros contra os superiores brancos, e eventualmente ao assassinato de brancos no país (MARTINS, 2014, p.32).

O movimento dos militares negros da Force Publique, e as pressões sobre Lumumba, o levaram a remover 1000 oficiais europeus para substitui-los por suboficiais congoleses. A Force Publique foi rebatizada de Exército Nacional Congolês (Amée Nationale Congolaise-ANC). Mesmo com as transformações a desintegração das forças armadas prosseguia, e o exército se fragmentou, em inúmeros casos, em gangues armadas fieis a chefes locais, e não ao governo nacional. Nesse sentido a ANC não conseguia manter a ordem do Estado sem o amparo externo (SILVA, 2011, p.69).

Todo esse contexto enfraqueceu o governo de Lumumba. A Bélgica decidida a proteger os belgas que moravam no Congo violou a soberania do mesmo ao enviar soldados para o país recém independente. A conjuntura ficou ainda pior quando no dia 11 de julho, a província do Katanga declarou-se independente tendo Moses Tshombé como presidente, tomando caminho parecido, no dia 14 de junho houve a secessão do Kasai do Sul, tendo Albert Kalonji como presidente. Essas secessões inflaram os interesses estrangeiros no Congo, é importante destacar que Katanga era rica em minerais e Kasai em diamantes. Tishombé tinha uma relação com os Belgas devido aos negócios relacionados ao minério, e ele também era anti-Lumumba (MARTINS, 2014, p.32).

> Tshombé sempre se mostrou contrário ao federalismo[13] de Lumumba, sendo aliás este o principal problema político do Congo, a diferença entre os "Unitaristas" que apoiavam a centralização do governo e os "Federalistas" que advogavam a partilha do poder político. Aquando da independência do Katanga, Tshombé afirmou que a região se "separou do caos" (MARTINS, 2014, p.32-33).

A cessão de Katanga foi um forte golpe, o governo central não conseguia intervir devido à perda de receitas de sua província mais rica. A Bélgica mandou paraquedistas para o Congo e requereu a ajuda da ONU. A organização, por sua vez, ofereceu um programa administrativo-militar, técnico e financeiro. A ONU mobilizou especialistas em administração, professores, médicos e outros profissionais (GALE, 2007 apud UMBA, 2016, p.26).

[13] Em 1959 o partido de Lumumba sofria com algumas divergências internas. De um lado tinha-se o MNC-Lumumba que defendia um estado centralizado e do outro o MNC- Kalonji que defendia um estado federal. Nesse contexto é necessário salientar que outro partido importante, o ABAKO, que era de teor tribal, era favorável pelo modelo federativo e se aproximou do Ocidente no decorrer do conflito (MARTINS, 2014, p.32-33).

Lumumba solicitou o auxílio de tropas da ONU, sendo que em 1 de 1960 chegavam na capital Leopoldville as primeiras tropas internacionais da ONUC (Organização das Nações Unidas no Congo). A ONUC se recusou a intervir na repressão do separatismo de Katanga, deixando a região quase independente, o que resultou na aproximação de Lumumba com a URSS que deu apoio militar contra as secessões. Essa ação contribuiu para a derrocada de Lumumba, e seu assassinato (SILVA, 2011, p.69-70).

A ONU não ajudou a derrotar os separatistas, o que fez com que Lumumba recorresse aos EUA, que não o amparou. Nessa conjuntura houve o apoio da URSS que enviou ajuda militar e mil conselheiros técnicos. Isso foi interpretado pelos Estados Unidos como um mecanismo de Guerra Fria para difundir o comunismo na África Central (UMBA, 2016, p.26).

Parte das forças rebeldes enfrentadas pelo governo também contavam com a ajuda do exterior, foi o que aconteceu em Katanga, que recebeu apoio de homens e armas belgas, e mercenários da África do Sul, Bélgica e Rodésia. O grupo revolucionário CNL contou com suprimentos vindos da URSS e da China, com o apoio político de Tanzânia, Egito e Congo Brazzaville (SILVA, 2011, p. 70). Para além disso também contaram com uma força de 128 assessores cubanos armados e comandados por Che Guevara que buscava desenvolver centros de treinamento de guerrilheiros congoleses, visando uma revolução nacional, o que acabou fracassando devido a indisposição dos líderes do CNL em autenticar essa estratégia (SILVA, 2011, p.70-71).

Descontente com a chegada da URSS, Kasavubu demite Patrice Lumumba em setembro de 1960; por sua vez, Lumumba depõe Kasavubu e ambos ordenam ao coronel do exército de Katanga, Mobuto, prender o outro. (UMBA, 2016, p.26).

> O Parlamento, posteriormente, revogou ambas as demissões. Kasavubu, em seguida, rejeitou o parlamento e com o Coronel Joseph-Desire Mobutu, recém nomeado chefe do exército, conseguiram prender Lumumba. As tropas da ONU não interferiram. Lumumba foi secretamente entregue às autoridades do Katanga, que o colocaram à morte precoce, em 1961. Pouco tempo depois, o Conselho de Segurança da ONU, pela primeira vez autorizou o uso da força, se necessário, como um "último recurso", para evitar que uma guerra civil ocorresse no país (ALTMAN, 2013 apud UMBA, 2016, p.26-27).

Após o assassinato de Lumumba, o país enfrentou uma guerra civil com distintas frentes. De um lado o exército liderado por Mobuto, e o governo liderado por Kasavubu e do outro os simpatizantes de Lumumba que desejavam retomar o poder após a morte do mesmo, e também havia os secessionistas comandados por Tishombe, e ainda o movimento de independência de

Kasai em 1961. Nesse contexto tumultuado ocorreu a morte de Dag Hammarskjöld, secretário-Geral da ONU, em um acidente aéreo indo ao Congo, o que gerou suspeitas. Boa parte do país viveu rebeliões contra a autoridade central até 1965, sendo que no ano de 1964 ocorreu um pico alto dessas revoltadas atingindo mais de 50% da RDC, que foram cessadas através da intervenção militar de forças externas e com o apoio financeiro e logístico à Mobuto (DIAS, 2018, p.75).

O que se apresentava na RDC nesse período eram três partes do conflito. Um destinado ao enfrentamento entre polos de poder que disputavam autoridade política e legitimidade. O outro constituía-se nas intervenções militares e políticas externas e o envolvimento das disputas da Guerra Fria, por fim, o conflito étnico com movimentos secessionistas contra o governo central, então disputado. Segundo Dias, uma das problemáticas presentes foi o processo de descolonização ter sido estruturado de forma incompleta e inadequada, onde as estruturas belgas replicavam o modelo de suas instituições, perdendo de vista a tradição política local (DIAS, 2018, p.75-76).

Este último fator pode ser explicado no sentido de que o processo de descolonização, como aponta Bovick Wandja Yemba, não significou de fato uma ruptura, pois em inúmeras regiões da África o estado pós-colonial organizou-se através de modelos já estabelecidos pelos governos coloniais, mantendo a condução de atividades econômicas e comerciais dos antigos padrões (Yemba, 2017, p. 67).

A guerra fria também foi determinante para a desestabilização do país. Intervenções externas retiraram dos congoleses a possibilidade de desenvolverem suas próprias soluções para as problemáticas políticas. Os movimentos das forças intervencionistas preocupavam-se com seus interesses particulares no Congo e não na busca de respostas mais adequadas para os congoleses. Exemplo disso foi a ação do general Mobuto, que contou com o apoio dos EUA e de potências europeias, para realizar o segundo golpe militar em 1965 (DIAS, 2018, p.76-77).

2. 2 A ditatura de Mobuto (1965-1997)

Em 1963 com o apoio da ONU a unidade nacional na República democrática do Congo foi retomada (VISENTINI, 2010, p.8). Com o assassinato de Lumumba pelas forças de Tshombe, o Congo estava sob o comando de três governos: Joseph Ileo[14] em Leopoldville,

[14] Em setembro de 1960, Kasavubu tirou Lumumba do cargo de primeiro-ministro, colocando em seu lugar Joseph Lleo. Foi nesse contexto que Lumumba não aceitou a ação de Kasavubu depondo-o do cargo de presidente, o que fez com que Mobuto

Gizenga em Stanleyville e Tshombe em Elizabethville. Kasavubu buscando uma trégua com os apoiadores de Lumumba, substituiu Lleo por Cyrille Adoula, partidário de Gizenga; tal governo perdurou até 1964, apesar de em 1963 Katanga se render e Tshombe ser exilado. Com Adoula no comando o governo favorecia continuamente o Ocidente, levando-o a dissabores com a oposição nacionalista. Em setembro de 1963 Kasavubu dissolveu o parlamento, o que fez a oposição se organizar objetivando uma insurreição armada (REZENDE, 2010, p.57-58).

Em janeiro de 1964 eclodiu na região de Kwilo a primeira revolta camponesa na África independente, em abril ocorreu em Fizi- Uvira outra insurgência que se propagou, levando a movimentos similares em North Katanga, Kivu- Maniema, Sankuru e a tomada de Stanleyville, resultando em um novo governo nomeado República Popular do Congo, comandado por Gbenye. Tshombe tomando a posição de primeiro-ministro desenvolveu um programa de retomada dos territórios, ele recebeu o apoio de forças dos EUA, pilotos anticastristas cubanos da CIA; belgas e mercenários, dentre eles velhos membros da SS nazista. Após isso houve uma paralisia do governo que não conseguiu conter o golpe de Estado desencadeado no dia 24 de novembro de 1965, que deu início a segunda república e plenos poderes ao general Mobuto (REZENDE, 2010, p.58).

A disputa entre o então presidente Joseph Kasavubu e o primeiro ministro Tshombe provocou justificativas para o golpe de Mobutu, que se manteve no poder por trinta e dois anos (SILVA, 2011, p.74). O coronel Mobutu[15] Sese Seko, inseriu um regime que fez com que se tornasse um milionário. Mobuto renomeou a RDC para Zaire. O governo de Mobutu foi marcado pela corrupção endêmica e por seus meios autoritários. Quando seu governo sofria com alguma revolta popular contava com o amparo dos franceses e belgas. Ao fim da Guerra fria seu governo perdeu a legitimidade (VISENTINI, 2010, p.8).

Segundo Igor Castellano da Silva, no período de Mobuto a economia se sustentou principalmente através da exploração de recursos naturais e pelo auxílio externo (SILVA, 2011, p.74). Silva, citando Callaghy, afirma que:

> O regime de Mobuto foi marcado pelo domínio quase absoluto do Estado, pela repressão interna e pela cooptação econômica de uma burguesia nascente mediante a concessão de posições administrativo- burocráticas. Tratava-se de "um Estado absolutista africano, um misto de Estado patrimonial e burocrático

se aproveitasse da situação para dar um golpe de Estado e tomar o poder. Kasavubu foi mantido como presidente por Mobuto que prendeu Lumumba (REZENDE, 2010, p.57).

15 "O coronel Joseph Mobutu, com ajuda da CIA, toma o poder e cria uma ditadura despótica até 1997" (CALVOCORESSI, 2011 apud YEMBA, 2017, p. 68).

> que gira em torno de uma monarquia presidencial com uma fachada ‘democrática’” (CALLAGHY, 1984, p.166 apud SILVA, 2011, p.74).

Mobutu recebeu o apoio de alguns países ocidentais, que buscavam manter seus interesses capitalistas no então Zaire. No período da Guerra Fria o socialismo já tinha chegado aos países vizinhos do Zaire, como Angola, República do Congo–Brazzaville, Moçambique, Benin, Guiné Conacri e Guiné Bissau. Por sua vez, a ditadura de Mobutu recebeu o apoio de Bélgica, França, Alemanha e Estados Unidos (TEIXEIRA E BARBOSA, 2007, p.3).

Teixeira e Barbosa elucidam que:

> É importante ressaltar que a permanência de Mobutu à frente do Congo, antigo Zaire, durante um longo período, só foi possível graças ao apoio dos Estados Unidos da América (EUA) e de outros países ocidentais, na medida em que o Congo localizado no coração da África desempenhava um papel estratégico na contenção do avanço soviético na região em plena Guerra Fria (TEIXEIRA; BARBOSA, 2007, p.4).

Com relação ao quesito político a RDC (Zaire) vivia sob um regime ditatorial mascarado de democracia, possuía apenas um partido único e não existia distribuição de poder. Em 1970, assim como nos anos seguintes, Mobutu se auto elegeu. Ao que diz respeito às interações sociais entre as diversificadas etnias da RDC, Mobutu reprimia a população por meio das forças paramilitares. Apesar de buscar criar políticas que garantiriam alguns direitos sociais, não conseguiu ser bem sucedido, por causa da corrupção da elite política congolesa, que levou à redução da renda e elevação da inflação. Já no quesito econômico a exploração de recursos naturais era o que impulsionava a RDC, assim como a atração de investimento do exterior. No entanto o bem estar social e a distribuição de renda era colocado de lado. No ano de 1970 houve uma decadência econômica, e Mobutu recebeu o apoio de instituições financeiras internacionais, estas o ajudaram na reabilitação em 1983-1987. É importante salientar que o governo do ditador foi um dos mais corruptos da África (TCHINHAMA, 2017, p.43).

Silva destaca que:

> A construção da esfera extrativa estatal durante o regime de Mobutu foi minimamente incentivada, devido principalmente a dependência da exploração de recursos naturais e de recursos financeiros externos. Outro fator que comprometeu à construção de uma economia nacional foi o estabelecimento de um complexo sistema de corrupção e roubo por parte de Mobutu e de sua aristocracia política. Como resultado direto das frágeis estruturas econômicas e do amplo desvio de recursos - houve poucos

> incentivos para a construção de uma rede de infraestrutura que minimizasse as pressões centrífugas ao Estado. Além disso, verificou-se a queda abismal da renda da população congolesa e o avanço da pauperização e miséria (SILVA, 2011, p.81).

De 1973 a 1975, a economia do Zaire começou a se deteriorar, um dos motivos foi a nacionalização de comércio, o intuito de Mobutu era beneficiar seus simpatizantes e aumentar a dependência política deles. Em 1977 a situação econômica se agravou graças à um colapso dos preços do cobre. O país que já sofria com a crise econômica, também estava a mercê da opressão de todos aqueles que iam em desacordo com Mobutu. Líderes da oposição que buscavam se manifestar eram presos e alguns até mesmo assassinados. A Anistia Internacional, declarando violação de direitos humanos no Zaire, condena Mobutu. Em 1990 ocorreram manifestações nos dois principais centros estudantis, Kinshasa e Lubumbashi, que sofreram repressão e acabou com um saldo de 150 estudantes mortos (MASONGELE, 2016, p.35-36).

Mobutu, muito pressionado, criou uma nova legislação em 1991-1993 autorizando a volta da pluralidade partidária. Nessa conjuntura a crise econômica se aprofundava, as manifestações e protestos cresciam, e junto com eles a repressão também. Em 1993 Mobutu convocou uma Conferência Nacional, com o intuito de resolver a crise e preparar o país para um novo governo, entretanto seu jogo de manipulação para controlar o Congo prosseguia (MUNANGA, 2008, p. 98).

Devido a um câncer de próstata Mobutu precisou se ausentar do poder entre 1996-1997, nesse período surgiram conflitos no norte do país e no Kivu, Mobutu precisou retornar de seu tratamento na Suíça, porém estava muito debilitado para agir como era de costume fazer. Nesse momento conturbado a AFDL (Aliance des Forces Democratiques pour la Libération du Congo), liderada por Laurent-Désiré Kabila, entrou pelo leste do país com o intuito de destruir a ditadura de Mobutu. As tropas corruptas de Mobutu sem resistência deixaram as forças da AFDL ocupar Goma e Bukavu, indo posteriormente para a capital Kinshasa (MUNANGA, 2008, p. 99).

Masongele discute sobre o ocorrido destacando que:

> Em 1996, surge uma rebelião, a AFDL (Aliança das Forças Democráticas para a Liberação do Congo), conduzida por Laurent-Désiré Kabila. Essa rebelião começou pelo leste do país na fronteira com Uganda, Ruanda e Burundi para libertar o Zaire da ditadura de Mobutu Sese Seko. Os militares de Mobutu, corroídos pela corrupção, correram em debandada sem resistência, deixando as forças de AFDL ocupar as cidades de Goma e Bukavu, por onde começaram a marcha em direção à capital, Kinshasa. Mobutu tentou em vão ensaiar

> algumas manobras, até um encontro com Laurent Kabila no seu barco presidencial pela mediação de Nelson Mandela para buscar um desfecho pacífico (MASONGELE, 2016, p.36).

O golpe comandado por Kabila, contou com o apoio de Ruanda, Uganda e Angola. Uganda buscava evitar que os grupos rebeldes ugandeses, (ADF) Allied Democratic Forces, (LRA) Lord´s Resistence Army e (WBNF) West Bank Nile Front, usassem o Zaire como base de operações. Angola contribuiu cedendo assistência e suporte logístico na captura de Kinshasa. Ruanda teve forte destaque com relação a AFDL, pois esquematizou e dirigiu a rebelião, também providenciou tropas, apoio logístico e material. Paul Kagame afirmou que buscava em 1996 destruir o perigo dos campos de refugiados no Zaire e por isso patrocinou o grupo de Kabila, que era oposição ao então governo de Mobutu. Os oficiais e as tropas ruandesas tomaram à frente na rebelião (SILVA, 2011, p.100-101).

Para compreender a participação de Ruanda no conflito é significativo se ater ao genocídio que ocorreu no país em 1994. Ruanda também foi colonizada pela Bélgica, a metrópole separou os povos das duas principais etnias ruandesa, tutsi e hutu. Foi escrito na carteira de identidade de cada cidadão a etnia à qual pertencia, gerando uma segregação entre essas populações em 1916. Com o tempo os conflitos e animosidades entre essas etnias foi aumentando. Os hutus compunham 85% da população, sendo maioria (LIRA, 2016, 24).

No dia 6 de abril de 1994 o avião que levava o presidente de Ruanda, Habyarima, e o presidente de Burundi, Ntaryamira, ambos hutus, foi alvejado e caiu matando os dois políticos. Esse episódio marcou o início do Genocídio em Ruanda. O ocorrido foi transmitido pela rádio que era mantida por extremistas hutus, que através dela incitavam a violência contra os tutsis. De abril de 1994 até julho do mesmo ano houve o extermínio de mais de 800 mil pessoas, tendo como maioria os tutsis, e a migração de milhares de pessoas para os países vizinhos, dentre esses países a RDC, isso ocorreu tanto durante, quanto depois do genocídio (LIRA, 2016, 24).

A (RPF) Força Patriótica Ruandesa, composta por tutsis exilados, deu fim ao genocídio, assim que chegou à Kigali (capital). A RPF passou a dirigir o governo de Ruanda. Com medo de sofrerem represálias dos tutsis em forma de vingança, por volta de 2 milhões de hutus fugiram para a RDC, na época Zaire. Essa ação envolveu a RDC no conflito, pois a RPF acusava o país de admitir milícias ruandesas atuando no país, provocando desordem e ainda mais mortes.

Por volta de 5 milhões de pessoas morreram devido aos ataques da RPF à RDC. Para além disso, desde 1994 a (FDLR) Forças Democráticas para Libertação de Ruanda, ficaram na

RDC tornando-se mais um grupo a desestruturar o país. Depois dos eventos de 1994 em Ruanda, este país acompanhado de Burundi e Angola uniram-se à AFDL de Laurent Kabila para retirar Mobutu do poder. Ruanda e Uganda mandaram tropas em 1996 para dar início a uma rebelião no Zaire, com a desculpa de que os culpados pelo genocídio em Ruanda estavam refugiados no país. Até que em 17 de maio de 1997 os rebeldes saem vitoriosos, destruindo Mobutu e tornando Kabila presidente da RDC (LIRA, 2016, 25-26).

Bizawu tece uma discussão sobre os Tutsis e Hutus, onde pondera como a colonização foi preponderante para acirrar as relações entre essas duas etnias. Para além disso o referido autor destaca como antigos conflitos entre esses povos perduram na contemporaneidade. Bizawu afirma que os atuais conflitos nos Estados dos Grandes Lagos[16] convivem com os efeitos do período colonial no qual as comunidades que viviam pacificamente foram separadas por fronteiras fictícias e assistiram determinadas etnias serem valorizadas no modelo da dominação branca. Exemplo disso foram os Tutsis que, para os colonizadores belgas, eram considerados superiores aos hutus. Os tutsis conseguiam cargos formidáveis na administração local, pois eram vistos como valentes e bons guerreiros, desenvolvendo dessa forma a ideia de "bravura dos tutsis". Bizawu afirma que na contemporaneidade os tutsis fazem guerra contra os Estados vizinhos, torturando, estuprando e matando, e dando como desculpa o genocídio de Ruanda, para não ter que responder à Comunidade Internacional por suas ações (BIZAWU, 2006, p.50).

Bizawu afirma que:

> A atitude expansionista de Ruanda, Uganda e Burundi, países em que vivem as etnias hutu e tutsi, ao invadir a RDC, tem demonstrado uma estratégia de suas elites calcada nos moldes da burguesia europeia, para obrigar não apenas seus respectivos povos, mas também a comunidade internacional a apoiar políticas imperialistas e expansionistas centradas na exploração ilícita dos recursos naturais da rica RDC. A conquista ou a desestabilidade da RDC significa ter acesso às riquezas naturais e conquistar mais terras para assentar populações tutsis uma vez que o país, como Ruanda, tem a maior densidade populacional da África (BIZAWU, 2006, p.51).

Tutsis e hutus estão presentes nos quatro países de Grandes Lagos, Uganda, República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda (nesse país os hutus são maioria, porém um número bem pequeno faz parte do governo tutsi de Paul Kagame). Um grupo tutsi no ano de 1959 foi para o Congo- Belga, com o intuito de fugir dos conflitos com os hutus, esses imigrantes

[16] Uganda, República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda.

constituíram a comunidade tutsi de Banyamulenge[17], eles nunca conseguiram nacionalidade congolesa, o que os incomodava (BIZAWU, 2006, p.68).

Os dois grupos étnicos conviviam de forma harmônica até o início da colonização alemã no território que atualmente corresponde a Burundi e Ruanda. Os tutsis eram pastoreiros e possuíam uma estatura maior, por sua vez, os hutus tinham tradição agrícola, pele mais escura e baixa estatura. Com a colonização alemã e belga, esses grupos sofreram uma mudança em sua organização. Tutsis possuíam acesso exclusivo a educação e foram selecionados para tomar posse de empregos na administração estatal. A mágoa dos hutus com relação aos tutsis eclode no período colonial, em 1959, quando eles se rebelam aprisionando militares tutsis e cortando os pés destes com golpes de facão, o objetivo era diminuir a diferença de estatura, e analogamente abrandar as diferenças sociais. Quando Ruanda se tornou independente em 1962, os tutsis ficaram vulneráveis aos hutus, o que os fez se refugiarem em Uganda, objetivando elaborar outra tomada de poder. Tal conflito foi intensificado em abril de 1994 (BIZAWU, 2006, p.68), com o já citado atentado aos presidentes de Ruanda e Burundi que deram início ao genocídio de Ruanda.

Visentine esclarece que:

> Em 1994, em Ruanda e Burundi, ocorreu o genocídio durante os confrontos entre hutus e tutsis, o que acabou sendo o estopim para a eclosão de um conflito no Congo. Isto porque quando os assassinatos contra os tutsis acabaram, milhares de hutus fugiram para o país vizinho – principalmente na região de Kivu -, incluindo aqueles pertencentes à antiga milícia popular *interahamwe*, que participara do massacre. Assim, quando os tutsis voltaram ao poder em Ruanda, entendia-se que era necessário mobilizar-se contra seus inimigos, e foi deflagrada a Primeira Guerra do Congo, que envolveu todos os países que tinham populações tutsis e hutus. Assim, para tentar desestabilizar Mobutu, os ruandeses apoiaram o grupo de Laurent Kabila, antigo partidário de Lumumba, e obtiveram êxito em 1997 (VISENTINI, 2010, p.8-9).

Silva discute algo muito pertinente com relação ao financiamento da Primeira Guerra do Congo, segundo o referido autor se de um lado Mobutu sentia a escassez de fontes de financiamento, do outro Kabila conseguiu as grandes companhias mineradoras internacionais.

[17] Bizawu cita Braeckaman para elucidar que "Os congoleses, por sua vez, asseguram que aqueles que são chamados de Banyamulenge são uma etnia imaginária, fabricada circunstancialmente por um Ruanda instado a usar esses "primos" distantes como canal de sua influência no Congo" (BRAECKAMAN, 1999, p.241b, apud BIZAWU, 2006, p.69).

A AFDL realizou uma operação para dividir as riquezas naturais do Congo entre essas companhias. Para Silva, a Primeira Guerra do Congo possibilitou que tropas de países vizinhos iniciassem a prática de exploração de recursos naturais na RDC por tropas estrangeiras. Sendo que essa exploração ilegal constitui a primeira fase das explorações, que é a da pilhagem em média escala, exploração essa que foi encorajada por Kabila e a AFDL (SILVA, 2011, p.101-102).

Para Silva:

> No lado de Uganda, a exploração inicial foi principalmente de ouro, de diamantes. No que concerne ao ouro, dados oficiais entre 1994 e 1998 mostram uma grande discrepância entre a produção nacional de ouro e a exportação do produto. Já no que diz respeito aos diamantes, a situação era ainda mais grave, pois Uganda que não possuía produção de diamantes, experimentou um aumento na exportação do produto justamente nos anos correspondentes a ocupação no leste do Congo (a partir do início de 1997), tornando-se um exportador do artigo. No lado de Ruanda a situação foi análoga. Apesar de não produzir diamantes, as exportações deste produto saltaram já em 1997. No que tange ao ouro e ao coltan, dados apresentam um considerável aumento na produção destes recursos exatamente no período em que tropas ruandesas apoiavam a AFDL (S/2001/357, 2001) (SILVA, 2011, p.103).

Os Estados unidos também tiveram sua participação, dando assistência ao treinamento do exército de Ruanda, apoiando militarmente a AFDL. Sendo seu apoio mais considerável para a queda de Mobutu, o bloqueio do (CSNU) Conselho de Segurança das Nações Unidas com relação à guerra de agressão. A França, por sua vez, buscava assegurar sua influência na África Central através do governo Mobutu, o que fez com que solicitasse a intervenção humanitária na guerra, porém quando começou a notar a derrocada de Mobutu, em abril de 1997, destinou seu apoio ao governo de transição (SILVA, 2011, p.103).

O conflito (1996-1997) causou cerca de 200 mil mortes e ficou conhecido como a Primeira Guerra do Congo. A guerra apesar de ter um caráter civil, sofreu com a agressão de Uganda, Burundi e Ruanda ao Zaire. Portanto foi uma Guerra interestatal em formato de guerra civil (BARBOSA, 2017, p.9).

2. 3 O governo de Kabila

Mobutu após ser derrotado pelas tropas rebeldes em Kinshasa, fugiu para o Marrocos em 1997, onde morreu no exílio político. Nesse mesmo ano as forças da AFDL tomaram Kinshasa, e Laurent- Désiré Kabila se autoproclamou presidente do Zaire; fechou todos os partidos políticos, e rebatizou o país de República Democrática do Congo. Kabila instaurou uma nova ditadura o que gerou protestos por parte dos partidos que eram proibidos e não tinham representação no governo nacional (MUNANGA, 2008, p. 99).

O governo de Kabila apesar de buscar romper com o regime de Mobuto, desenvolveu um parecido com o dele. L. D. Kabila tomou o domínio do executivo, legislativo e das forças armadas, isso perdurou até a criação de uma Assembleia Constituinte, além disso, ele também suprimiu os partidos políticos. Em seu governo haviam membros congoleses no exterior, Kabila precisava do apoio desses parceiros e em troca lhes assegurava a partilha de recursos naturais do Congo e posições no Gabinete e nas forças armadas do país (SILVA, 2011, p.108-109).

Igor Castellano da silva (SILVA, 2011, p.109), destaca que em 1997 é possível perceber os aspectos autoritários do governo de Kabila, isso se deu através do cerceamento a liberdades comuns, repressão à oposição, assassinatos e prisões. Nesse contexto, a população congolesa passou a ler o governo como vendido aos estrangeiros. No ano seguinte, 1998, Kabila começou uma possível abertura política projetando eleições para abril de 1999, e estabelecendo reformas para fortalecer o Estado, tais reformas diminuíam a presença estrangeira e também desfaziam a aliança com tutsis congoleses que eram coligados a Ruanda.

Kabila não concedeu as licenças para a exploração dos minerais no Leste do país (VALLTERRA, 2014, p.118) e em julho de 1998, ordenou que os oficiais e burocratas ruandeses e ugandeses fossem retirados da RDC. Houve a substituição do general ruandês James Kabarebe pelo congolês Celestin Kifwa no cargo de Chefe do Estado- Maior das forças armadas. Além disso, Uganda e Ruanda acusaram Kabila de não impedir invasões Hutus em seus territórios (SILVA, 2011, p.109-110).

As tropas dos países vizinhos se negaram a sair da RDC e tentaram assassinar L. D. Kabila e dar um golpe de Estado. Novas tropas vindas de Uganda e Ruanda tomaram o controle de parte da RDC, que ficou dividida em três setores até o cessar fogo discutido em Lusaka (VALLTERRA, 2014, p.118-119). Nas três áreas sob influência de Ruanda, Uganda e RDC havia uma forte exploração de recursos naturais que era utilizado para financiamento militar (SILVA, 2011, p.115). Tais acontecimentos formularam a conjuntura para a Segunda Guerra

do Congo ou a Primeira Guerra Mundial de África.

Nesse conflito de um lado estavam Burundi, Ruanda e Uganda e do outro apoiando a RDC, Angola, Sudão, Namíbia, Chade e Zimbábue. Maria Cervera Vallterra, afirma que o conflito perdurou entre agosto de 1998 e junho de 2003. Foi assinado um acordo de cessar-fogo no ano de 1999 em Lusaka pelos países que participavam do conflito, no entanto, partes rebeldes recusavam-se a aderir a ele, negando-se sair do Congo. Tais rebeldes se dividiram em duas facções, o Grupo Congolês Pela Democracia (ACD) apoiado por Ruanda, e o Movimento Pela Libertação do Congo (MLC) liderado por Ernesto WaMBa dia WaMBa, coligado de Uganda (VALLTERRA, 2014, p.116- 117).

Fazendo uma análise da Segunda Guerra do Congo, Maria Cervera Vallterra afirma que:

> Pero, a menudo, la Historia no escatima en ironías. Si la caída de MOBUTU tras una penosa guerra de 1996 y 1997 abrió una luz a la esperanza para el destino de la RDC, nada parecía presagiar que el apoyo de Ruanda, Uganda y Angola a Laurent-Desiré KABILA llegaría a poner en cuestión prácticamente la existencia del Estado congoleño. Las mismas cuestiones que se plantearon cuando se creó el Estado Independiente del Congo, dos siglos antes, recobraron plena actualidad. El mundo anglosajón, invocando el calificativo de «Estado fallido», se preguntaba por la viabilidad de un país dentro de sus propias fronteras ante la hipótesis de una nueva «balcanización». En realidad, lo que se estaba reclamando soterrada pero realmente era la necesidad de que la RDC jugara en el escenario de la globalización (VALLTERRA, 2014, p.119).[18]

Em 1999 o acordo de Lusaka propunha a retirada de tropas estrangeiras na RDC, uma abertura política através do (DIC) Dialogo Intercongolês, e a entrada de uma missão de paz da ONU (MONUC). Segundo Igor Castellano Silva, Lusaka foi essencial para a criação da MONUC, porém Laurent Desiré-Kabila impediu os três processos intencionando a vitória militar na guerra, isso levou ao descontentamento de seus opositores e também de seus aliados, fazendo com que Kabila fosse assassinado em 16 de janeiro de 2001. Em 24 de janeiro de 2001 seu filho Joseph Kabila apoiado por Angola e Zimbabue, o sucedeu na presidência, e firmou acordos com os países e grupos em conflito. Em 2002 o acordo de paz assinado na África do

[18] Tradução minha: Mas, por vezes, a História não poupa nas ironias. Se a queda de MOBUTU após uma dolorosa guerra de 1996 e 1997, abriu uma luz à esperança para o destino da RDC, nada parecia pressagiar que o apoio de Ruanda, Uganda e Angola a Laurent-Desiré KABILA, colocaria em questão praticamente a existência do estado congolês. As mesmas questões que foram geradas quando o Estado Independente do Congo foi criado, dois séculos antes, recuperavam plena atualidade. O mundo anglo-saxão, invocando o adjetivo de "estado falido", se perguntava sobre a viabilidade de um país dentro de suas próprias fronteiras antes da hipótese de uma nova "balcanização". Na verdade, o que estava sendo reivindicado no subsolo, era realmente a necessidade de a RDC jogar no palco da globalização (VALLTERRA, 2014, p.118-119).

Sul concretizou a saída das tropas de Ruanda e Uganda da RDC. E em 2003 a Segunda Guerra do Congo de fato chegou ao fim (SILVA, 2011, p.125-126).

De certa forma, esta breve contextualização histórica da República Democrática do Congo que traça um processo de colonização extremamente violento, duas guerras civis, e governos ditatoriais e corruptos, nos permite avançar nas análises das temáticas que se apresentam no documentário *City of Joy*.

Ilustração 5_ desenho_ Senhores de chão escarlate.

Fonte: ALENCAR, Hildavilly Kairon Santos de. Caldas Novas, 2021.

3. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

3.1 Patriarcado

A violência contra as mulheres está ligada a forma como é construído e projetado os papeis que homens e mulheres devem cumprir na sociedade, e como ambos devem se portar no seio da família patriarcal. Isso é evidenciado através das falas de algumas mulheres, assim como pelo que é exposto no filme. Podemos trabalhar com algumas passagens que expressam essas questões.

Referindo-se aos ataques de milícias armadas a povoados da RDC e o estupro das mulheres que vivem nesses povoados, Denis Mukwege em umas de suas falas, logo nos minutos iniciais do documentário elucida que:

> As estratégias desses exércitos são muito bem pensadas. Por vezes essas mulheres eram estupradas na frente dos maridos, na frente dos filhos. Não dá para aguentar isso. Mulheres serem violentadas na frente dos maridos cria uma sensação de humilhação, ele abandona sua mulher para manter sua honra. Todo o peso da culpa cai sobre a vítima. É uma destruição completa da família, da comunidade. São povoados totalmente abandonados hoje. Sem dúvidas é uma tática de guerra (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. (1 h 16 min).

Em outro momento também é apresentado o depoimento de uma das mulheres que se recupera em *City of Joy*:

> Era umas oito da noite. Estávamos em casa. Ouvimos gente gritar: “abra a porta!” eles pegaram três garotas e mandaram elas deitarem. E as estupraram. Quando terminaram, mataram elas. Caminhamos por muito tempo pela floresta. Chegamos ao acampamento deles. Foram duas semanas sendo estupradas dia e noite. Uma noite nós fugimos. Quando chegamos em casa, alguns pais ficaram felizes, mas o meu pai. Ele disse: “você foi estuprada e veio para cá trazendo uma maldição. Vá embora!”. Foi minha mãe quem cuidou de mim. Ela fez tudo por mim... e aí eu tive um filho (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. (1 h 16 min)

Nessas duas falas as mulheres são representadas como “base, estrutura da família”, no sentido de que a violação delas simboliza a destruição do lar, e gera a ideia de desrespeito, não

só dá mulher que foi violentada, mas principalmente do pai ou marido que é visto e, que se vê perdendo a honra. A mulher mesmo sendo a maior vítima sofre uma dupla violência, a sexual perpetrada por milícias, e a psicológica, fruto tanto da violação como da exclusão, a rejeição efetivada por membros da família e/ ou pela própria comunidade. Nesse contexto a mulher violada tem sua moral questionada.

A concepção machista fruto do patriarcado não é exclusiva da sociedade congolesa, ou de países africanos. Mulheres sofrem com a dominação masculina e com variados tipos de violências tanto em países do Ocidente, quanto do Oriente, de formas distintas, porém com o mesmo fim, que é mulheres sendo colocadas em uma posição de inferioridade. O documentário evidência isso através da fala de Jane, uma das mulheres que se recupera na Cidade da alegria.

Em determinado momento a ativista estadunidense Eve Ensler, que trabalha na Cidade da alegria, conta sua história para as mulheres que vivem ali e estão se recuperando, ela se apresenta e diz que combate à violência contra a mulher e que isso está relacionado a sua história pessoal, pois ela foi estuprada e espancada pelo próprio pai. Após isso é mostrado Jane, uma das mulheres que se recupera na cidade da alegria, dando seu depoimento.

> Quando a Mama Eve contou a história dela, eu ouvi com muito cuidado. Eu percebi que coisas ruins aconteciam no Ocidente, também, senhor! Isso me deu forças e trouxe esperança (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. (1 h 16 min).

Algumas pesquisadoras que se propõem a estudar sobre o patriarcado elucidam bem as origens do mesmo e como este é característico das sociedades em que vigora, pois se trata de conjunturas distintas. Em seu trabalho "*A criação do Patriarcado- História da opressão das mulheres pelos homens*", a historiadora Gerda Lerner faz um debate onde o patriarcado aparece como uma construção histórica de milênios, que produz um ideário introduzido socialmente de que mulheres são naturalmente, organicamente inferiores aos homens.

Ao destacar isso Lerner abre caminho para questionarmos como a dominação masculina se ampara em diversas instituições, dentre elas as escolas, leis, família, igreja, religiões onde por meio de uma hierarquização dos sexos apresenta os homens como superiores. Segundo Lerner o patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres. Inicialmente o patriarcado surgiu como Estado arcaico. A unidade de sua formação foi a família patriarcal que criava seus valores e regras. Por meio de leis, papeis sociais, valores e costumes apresentavam-se os comportamentos e os papéis aceitáveis aos sexos. Lerner pondera ainda que a sexualidade

das mulheres se baseando em suas aptidões e serviços sexuais e reprodutivos, foi transformada antes da criação da civilização ocidental (LERNER, 2019, p. 261).

> [...] O período do 'estabelecimento do patriarcado' não foi um 'evento', mas um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3.100 a 600 a. C. Aconteceu, mesmo no antigo Oriente Próximo, em ritmo e momento diferentes, em sociedades distintas (LERNER, 2019, p. 32-33).

Livia Daiane Gomes considera que:

> O patriarcado é um sistema de poder e privilégios que garante superioridade e soberania ao homem nas relações sociais, destinando à mulher, por sua vez, um lugar de submissão e inferioridade. Não é um fenômeno natural, que progressivamente desenvolveu-se nas sociedades, baseado nas características físicas da espécie humana, mas sim um complexo ideológico que demorou milhares de anos para ser implementado e foi impulsionado por interesses de determinados grupos em todas as fases da história da humanidade. O surgimento do patriarcado minou os poderes e a autonomia da mulher na sociedade, ganhando na atual sociabilidade capitalista, contornos inéditos e novas configurações (GOMES, 2019, p. 1).

"Patriarcado" vem da combinação grega pater (pai) e archie (comando), significando poder ou comando do pai, mas é preciso salientar que: "O direito paterno é somente uma dimensão do poder patriarcal e não a fundamental. O poder de um homem enquanto pai é posterior ao exercício do direito patriarcal de um homem (marido) sobre uma mulher (esposa)" (PATEMAN,1993, p. 17-18 apud GOMES, 2019, p. 2).

Não é correto restringir o patriarcado apenas a uma dominação do pai no cerne da família burguesa, pois o poder está na ideia de hierarquizações das relações de sexos, em que as mulheres são levadas a um lugar inferior, onde existe uma dominação masculina. Desde o final do século XX feministas tem concebido a ordem patriarcal como aquela que está para além da ideia de poder paterno. Também é preciso destacar que a ordem patriarcal não surge no sistema capitalista, mesmo que tenha se ampliando nele. O patriarcado é anterior e vem de uma inserção do mecanismo de dominação-exploração sobre as mulheres (GOMES, 2019, p. 2).

O fortalecimento do patriarcado dependeu do descobrimento da paternidade pelos homens. Com o surgimento das primeiras civilizações o patriarcado se estabeleceu amparando-se na instituição do núcleo familiar e na ideia de herança. O patriarcado buscou definir e manter

o poder total ao homem que se transformou no responsável por tudo, pois tinha o controle da terra, das técnicas agrícolas e era encarregado de fecundar a mulher (GOMES, 2019, p. 5).

> Não obstante, a ordem patriarcal não está associada ao poder do pai no seio da família, como responsável e mantenedor da prole; na sociedade civil moderna, as mulheres são subordinadas aos homens enquanto homens. O direito sexual patriarcal estabelece-se antes do direito de paternidade. O poder político do homem fundamenta-se neste direito, sendo assim o homem já tem garantida uma autoridade política bem antes de se tornar pai, basta somente "nascer homem" (GOMES, 2019, p. 7).

Elizandra Iop, professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina, debate que a consolidação do patriarcado enquanto mecanismo de descendência sanguínea com a ideia de os filhos legítimos herdarem a propriedade do pai se dá com a constituição do Estado, da propriedade privada e da família (IOP, 2009, p. 233). A autora destaca que:

> [...] O patriarcado instaura a inferioridade da mulher no grupo social, sua capacidade de participar ativamente nas funções do grupo é colocada em dúvida pelo poder masculino, sendo essa relegada, então, ao espaço privado, passando a ser incluída subjetivamente como propriedade do homem. Dessa forma, as desigualdades de gênero vão sendo produzidas, consolidadas pelas relações sociais, políticas, econômicas e estabelecidas juridicamente, nos códigos de leis das sociedades civilizadas. Portanto, era possível inferiorizar, explorar e até mesmo matar a mulher amparados por lei, sem que houvesse punição legal para o ato (IOP, 2009, p. 233).

Mirela Marin Morgante e Maria Beatriz Nader em "*O patriarcado nos estudos feministas"* afirmam que:

> [...] O uso de *patriarcado* enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais (MORGANTE, NADER, 2014, p. 3).

A socióloga Heleieth Saffioti pondera que no feminismo marxista há aquelas que entendem o patriarcado como uma "[...] organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais" (SAFFIOTI, 1992: 194 apud MORGANTE, NADER, 2014, p. 2). Para Heleieth Saffioti o patriarcado é um regime de

dominação-exploração das mulheres pelos homens, estando em permanente transformação. Em Roma por exemplo, o patriarca possuía o poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, na atualidade esse poder não existe juridicamente, porém na prática homens continuam assassinando suas esposas, parceiras (SAFFIOTI, 2015, p. 46-48). Destacando a singularidade e especificidade do patriarcado em cada período histórico, e em cada sociedade, Saffioti afirma:

> Tão somente recorrendo ao bom senso, presume-se que nenhum (a) estudioso (a) sério (a) considera igual o patriarcado reinante na Atenas clássica ou na Roma antiga ao que vige nas sociedades urbano-industriais do Ocidente. Mesmo tomando só o momento atual, o poder de fogo do patriarcado vigente entre os povos africanos e/ ou mulçumanos é extremamente grande no que tange à subordinação das mulheres aos homens. Observam-se, por conseguinte, diferenças de grau no domínio exercido por homens sobre mulheres. A natureza do fenômeno, entretanto, é a mesma. Apresenta a legitimidade que lhe atribui sua naturalização (SAFFIOTI, 2015, p.107).

Lerner discute que se tratando de família patriarcal há uma especificidade para cada período histórico. O patriarcado oriental abarcava a poligamia e a prisão de mulheres nos haréns. Já na Antiguidade Clássica e em seu desenvolvimento no continente europeu o patriarcado se apoiava na monogamia, no entanto em todos os seus moldes, um duplo padrão sexual próprio do sistema deixava as mulheres em desvantagem. Na modernidade os Estados industriais apresentaram relações de propriedade dentro da família mais igualitárias, em que o pai não possui todo o poder, porém as relações de poder sexual e econômico na família não mudam fundamentalmente, pois não há uma modificação na dominação masculina no governo, nas instituições e no domínio público. É preciso salientar que mesmo quando ocorre uma melhoria no status das mulheres em determinada sociedade, isso representa ainda uma brecha para desempenhar certa vantagem dentro do sistema do patriarcado (LERNER, 2019, p. 266-267). Ou seja, o sistema em si não é alterado.

Para Lerner:

> [...] metáforas de gênero expressaram o homem como norma e a mulher como desvio; o homem como completo e poderoso, a mulher como inacabada, mutilada e sem autonomia. Com base em tais constructos simbólicos integrados a filosofia grega, teologias judaico-cristãs e a tradição legal sobre a qual a civilização ocidental é construída, os homens explicaram o mundo em seus próprios termos e definiram as questões importantes de modo a se colocarem no centro do discurso (LERNER, 2019, p. 270).

Saffiote em sua discussão traz questões necessárias para entendermos a dimensão do patriarcado que enquanto meio de dominação chega ao âmbito político, servindo para a aquisição de poder de determinados grupos através da subjugação e submissão de outros.

O patriarcado se apoia no medo, no controle, formando um círculo vicioso (SAFFIOTI, 2015, p.129). sendo que o patriarcado serve aos interesses das classes dominantes (SAFFIOTI, 2015, p.131). É preciso destacar que sob este regime a diferença sexual é transformada em diferença política, que se expressa ou em liberdade ou em sujeição. O patriarcado então se apresenta como uma forma de expressão do poder político (SAFFIOTI, 2015, p.136).

Os homens usurpam as mulheres de si mesmas, isso ocorre de forma material e mental. Por meio de construções ideológicas e relações de poder desenvolvidas historicamente os homens sustentam o domínio sobre as mulheres e o naturaliza. Nesse sentido a opressão pela qual as mulheres passam se torna resultado de forças naturais, onde as mulheres seriam naturalmente submissas a outro grupo que nasceu para comandar, porém como é destacado por Gomes, citando Saffioti (1987), a inferioridade feminina é unicamente social, uma construção histórica que visa o domínio total dos homens sob as mulheres (GOMES, 2019, p. 7).

> Saffioti (1987) acredita que é preciso desmistificar o pretenso caráter natural das discriminações praticadas contra os elementos femininos, uma vez que a opressão tem raízes socioculturais e é resultado da história e das relações humanas e não de forças da natureza. O discurso naturalista foi criado objetivando legitimar o grupo dos homens como o grupo dominante, atribuindo a ele todas as ideias criativas e políticas essenciais para a evolução humana, além de toda a responsabilidade por conduzir a sociedade e fazer a história (GOMES, 2019, p. 8).

Tanto Saffioti, quanto Lerner destacam que as mulheres por estarem inseridas em um sistema patriarcal, reproduzem e colaboram com o patriarcado. Saffioti afirma que imersas na ideologia que da base ao patriarcado, as mulheres exercem, com pouca ou muita frequência e com menos ou mais aspereza as funções do patriarca, disciplinando os filhos por meio da lei do pai, mesmo não sendo cumplices desse regime, colaboram com ele (SAFFIOTI, 2015, p.108).

Já Lerner pondera que:

> O sistema do patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres. Assegura-se essa cooperação por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de “respeitabilidade” e “desvio” de acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela

> concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem (LERNER, 2019, p. 267).

Outra questão importante pontuada por Saffioti é que não basta que uma parte das mulheres conquistem posições religiosas, econômicas, políticas, etc.., convencionalmente garantidas aos homens, pois a referida autora afirma que "[...] qualquer que seja a profundidade da *dominação exploração* da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma" (SAFFIOTI, 2015, p.114). Ao discutir isso, ela nos leva a refletir a necessidade de uma emancipação não só de determinados grupos, mas de todas as mulheres de forma geral, caso contrário não há de fato uma modificação do sistema vigente.

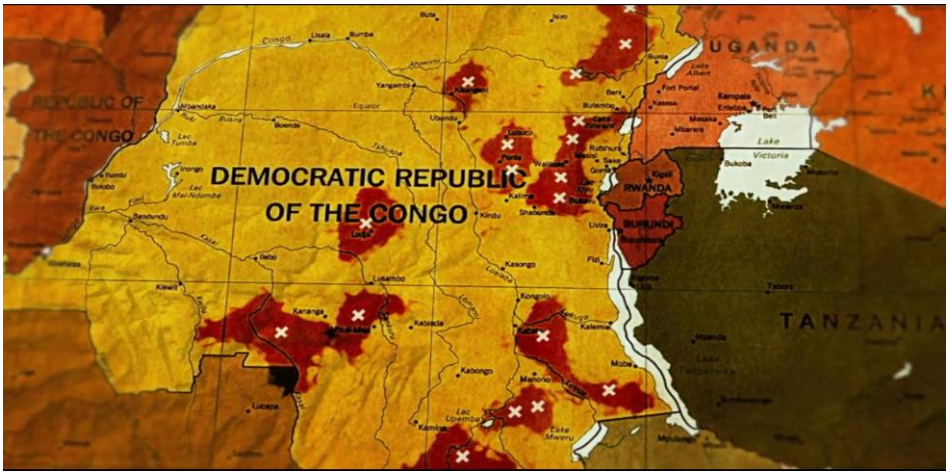
Entretanto, a referida autora também afirma que:

> [...] O homem é visto como essencial, a mulher, como inessencial. O primeiro é considerado sujeito, a mulher, o outro. O fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência. Como já se patenteou, sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há luta, há conflitos, que se expressam pela vingança, pela sabotagem, pelo boicote ou pela luta de classes (SAFFIOTI, 2015, p.139).

Mesmo sob dominação do patriarcado as mulheres vêm buscando formas de romper com esse sistema, procurando maneiras de fazer com que suas vozes ecoem, que não só sejam escutadas, mas principalmente legitimadas. As mulheres que criaram a Cidade da alegria representam isso, assim como as mulheres que se recuperam nesse centro também. Ao longo desse texto será possível perceber como elas o fazem.

3. 2 O estrupo como arma de guerra

Ilustração 6_ mapa da República Democrática do Congo com áreas em vermelho onde ocorrem estupros e mineração_ imagem retirada de *City of Joy*



Fonte: https://www.netflix.com/br/login

A instrumentalização do estupro como arma de guerra, o uso da violência sexual contra mulheres enquanto meio para atingir interesses econômicos, políticos, imperialistas, dentre outros, é uma das questões destacadas ao decorrer do documentário. Em *City of Joy*, a narrativa efetivada informa que através do estupro, milícias armadas financiadas por empresas de vários países dispersam as populações de seus povoados, com isso ocupam o território e exploram as riquezas das minas que ficam próximas das regiões ocupadas. O documentário apresenta o mapa ilustrado acima sobre estupro e mineração, onde é destacado que ocorrem muitos estupros ao redor das minas.

Christine Schuler- Deschryver discorre sobre o início da guerra em 1996, afirmando que havia uma confusão, pois não entendiam o que estava acontecendo, inicialmente acreditavam ser apenas uma guerra econômica, em que os países mais poderosos do mundo participavam, eles queriam criar uma confusão para poderem controlar a mineração. E havia diferentes grupos de milícias que trabalhavam para pessoas importantes e para as multinacionais espalhadas pelo mundo.

Há duas falas significativas de Christine Schuler- Deschryver sobre o uso do estupro como arma de guerra pelas milícias na RDC:

> [...] e algumas corporações usam as milícias, porque eles conhecem as florestas. Sabem como proteger as minas. Ninguém sabe quem é quem. Quem trabalha para quem. Qual é o exército, qual não é? Qual é a polícia, qual não

> é a polícia? e essas milícias são muito pobres. Eles não têm nada, então são como escravos. 'Mas eu tenho uma arma, posso comer. Eu posso estuprar' (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min).
>
> Imagine que, ao atacarem seu povoado, estupram suas filinhas. Estupram sua mãe, suas avós. E o que os sobreviventes fazem? Vão embora. E as milícias tomam os povoados. Quase sempre perto das minas (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min).

Nesse sentido, é preciso compreender como a violência sexual contra as congolesas se prolifera e desenvolve na República Democrática do Congo, assim como compreender como os crimes sexuais de guerra são concebidos pela comunidade internacional.

Com o fim da Guerra Fria e o ganho de força dos pensamentos feministas na esfera das relações internacionais, os crimes sexuais de guerra começaram a chamar a atenção da comunidade internacional como forma de um poder que progride e se constitui sobre os recursos de um povo, inscrevendo-se nos corpos das mulheres, isso ficou ainda mais perceptível com o sistemático uso do estupro como instrumento de limpeza étnica e política de genocídio, em vários conflitos durante a década de 1990, deslocando populações e desestabilizando a sociedade (LOSURDO; PASSOS, 2017,p. 154).

A guerra de 1996 na República Democrática do Congo e a situação em que deixou o país e sua população representa bem essa limpeza étnica e política de genocídio, e isso é destacado no próprio documentário através de uma das falas de Christine Schuler- Deschryver, onde ela observa que uma das coisas mais perturbadoras da guerra do Congo foi sua duração, a quantidade de pessoas que sofreram e a indiferença do mundo perante a isso. Pois, milhões de pessoas foram mortas, centenas de mulheres estupradas e torturadas.

É possível relacionar o que é destacado por Christine Schuler- Deschryver no documentário, sobre a guerra na RDC, as mortes dos cidadãos congoleses e o uso da violência sexual pelas milícias para dominação de territórios, com o que é discutido por Losurdo e Passos quando elucidam que:

> A violação dos corpos das mulheres pertencentes a determinadas localidades equivale à manifestação da soberania sobre o respectivo território, numa estratégia de aniquilamento da identidade dos indivíduos, desestabilização social e por vezes de genocídio, na qual a prática sexual é o ato que invade, mas que também domestica, colonializa e insemina, promovendo uma 'limpeza étnica' ao obrigar as mulheres a gerarem filhos do invasor [...] (LOSURDO; PASSOS, 2017, p.157) .

No documentário Christine Schuler- Deschryver afirma que não nomeia o estupro na RDC como estupro, pois para ela é *terrorismo sexual*. A ativista afirma que: "As mulheres são a força da família. Elas cuidam das crianças, dão à luz... e se destroem a mulher, destroem a comunidade."

Ainda em relação ao estupro, a mestra em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela Universidade Federal do Maranhão, Kennya Regyna Mesquita Passos e o professor do Programa de pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão, Federico Losurdo, destacam que (LOSURDO; PASSOS, 2017, p. 155):

> Ao contrário do que se imagina, os crimes sexuais, em sua maioria, não são cometidos por indivíduos portadores de patologias ou anomalias sociais. Seus perpetradores costumam ser pessoas comuns e socialmente adaptadas, cuja ação manifesta, por sua vez, a expressão de uma determinada ordem simbólica de poder (PIMENTEL; SCHRZITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998). Dito de outro modo, o estupro é uma prática alegórica, que conjuga em sua significação, controle, domínio e soberania, numa espécie de mandato decorrente de uma dada estrutura que coloca os indivíduos em posições hierarquicamente distintas, demarcadas pelo gênero (SEGATO, 2005).

Para a filósofa e ativista estadunidense Angela Davis:

> Se considerarmos que o estupro é simplesmente um subproduto da condição masculina, um resultado da compleição anatômica dos homens ou de uma estrutura psicológica masculina imutável, então como explicar o fato de que os países que hoje vivem uma epidemia de estupros são precisamente aquelas nações capitalistas desenvolvidas que enfrentam severas crises socioeconômicas e que estão saturadas de violência em todos os níveis? Os homens estupram porque são homens ou porque são socializados pela própria opressão econômica, social e política- bem como por um grau generalizado de violência social no país em que vivem- para impor a violência sexual às mulheres? (DAVIS, 2017-, p.48).

Segundo Davis o estupro é usado constantemente na tortura infligida a mulheres que são prisioneiras políticas de forças contrarrevolucionárias e de governos fascistas. Nos EUA a Ku Klux Klan, por exemplo, usava o estupro como arma de terror político. Para Davis o estupro está relacionado diretamente com as estruturas de poder em determinada sociedade, onde essa relação envolve construções complexas que manifestam a interligação da opressão de gênero, classe e raça característica da sociedade. A referida autora destaca que é preciso compreender a origem da violência sexual como sendo mediada pela violência e poder classistas, governamentais e raciais (DAVIS, 2017-, p.49).

Na RDC o estupro, segundo o documentário, é utilizado para ocupação de território,

desestabilização de comunidades e imposição do poder de milícias armadas. As principais vítimas dessa violência são as mulheres congolesas. Esse ataque direcionado, que tem um alvo definido, nos leva a pensar como o corpo feminino está sempre em perigo. Mesmo quando falamos desse corpo em um outro contexto, que não abarca o estupro como arma de guerra, ainda assim consideramos a contínua insegurança. É possível retomar a discussão realizada por Lerner, onde ela pondera que a exploração da mulher quando em comparação com a do homem se diferencia no sentido de uma subjugação sexual, no uso do corpo e na demarcação de papeis que ambos os sexos projetam na sociedade.

O primeiro papel social da mulher estabelecido pelo gênero foi ser trocada em acordos de casamento. Nas sociedades mesopotâmicas, no segundo milênio a. C. ocorria a venda para casamento ou prostituição das filhas de famílias pobres. Caso o pai ou marido não conseguisse pagar a dívida, sua esposa e filhos podiam ser colocados como garantia, tornando-se escravos por dívida ao credor. Tal acordo era tão forte em 1750 a. C., que a lei de Hamurabi estabeleceu uma certa melhoria no futuro das garantias, limitando seu trabalho a três anos, pois antes disso os serviços eram permanentes (LERNER, 2019, p. 262-263).

As mulheres são as principais vítimas de estupro, isso está relacionado ao lugar do feminino e do masculino nas relações sociais e na construção das identidades. Por meio do estupro o homem- sujeito, através da violência física, moral e psicológica transforma sua vítima em objeto, de onde retira o tributo da masculinidade (LOSURDO; PASSOS, 2017, p. 155-156):

> Apoderar-se do corpo da mulher é o que se espera da função viril. [...] O estupro é muito mais o lugar do exercício da afirmação da identidade masculina especular, em que a subjugação do corpo da mulher reassegura sua identidade masculina e reafirma o caráter sacrificial dos corpos das mulheres. Do estupro realizado tipicamente nas ruas, onde não importa quem é a mulher, mas apenas se busca a disponibilidade do corpo, ao estupro que nomeia como objeto uma mulher específica, a virilidade oscila entre a reafirmação por excesso da concepção da sexualidade masculina como único lugar de iniciativa e do apoderamento sexual do corpo do outro e o uso da concepção da sexualidade masculina como instrumento de reafirmar o poder social sobre o gênero feminino. A metáfora sexual serve à metáfora social na reafirmação do englobamento hierárquico do lugar simbólico do feminino em relação ao lugar simbólico do masculino (MACHADO, 2000, p.251 apud LOSURDO; PASSOS, 2017, p.156).

Losurdo e Passos evidenciam o quanto o estupro é uma forma de dominação simbólica, que por meio dele ocorre uma imposição de controle total da vítima, indo para além da dominação de seu corpo, e apontando para a tentativa de anulação do indivíduo violado/violada:

> O traço por excelência da soberania não é o poder de morte sobre o subjugado, mas sim sua derrota psicológica e moral, sua transformação em audiência receptora da exibição do poder de morte discricionário do dominador. É por sua qualidade de violência expressiva mais que instrumental – violência cuja finalidade é a expressão do controle absoluto de uma vontade sobre a outra – que a agressão mais próxima do estupro é a tortura, física ou moral. Expressar que se tem nas mãos a vontade do outro é o *telos* ou finalidade da violência expressiva. Domínio, soberania e controle são seu universo de significação. (SEGATO, 2005, p.256 apud LOSURDO; PASSOS, 2017, p.157).

É perceptível algumas das características simbólicas do estupro, como aquela em que ele funciona enquanto forma de reafirmação de um ideal da virilidade masculina, como dominação e manutenção de um poder do homem sobre as mulheres que alcança não só o âmbito físico e social, mas chega em um aparato político, criando uma hierarquia que diminui e inferioriza o feminino.

O doutor em Sociologia, Bas´Ilele Malomalo, discute que a violência outrora sofrida pelas mulheres africanas está relacionada com os resquícios da colonialidade, que não foram dissipados com o pós-colonização. O referido autor pondera que houve um processo de marginalização da mulher africana. Em meio a colonização ocorreu a hipersexualização do corpo dessa mulher pelos colonizadores, que trataram elas como objeto sexual (MALOMALO, 2019, p. 35).

Malomalo destaca que (MALOMALO, 2019, p. 35-36):

> Compreendo que as causas de violências e crimes cometidos contra mulheres na RDC contemporânea têm a sua explicação na história do continente africano e do próprio país na sua inserção na arena internacional de reprodução capitalista-racista-sexista e antiecológica. Ademais, o Estado colonial belga é um caso clássico para se compreender como operou a dominação do imperialismo colonial na África central, considerando-se as relações entre o genocídio, patriarcalismo, gênero e racismo, capitalismo predatório contra corpos negros e o meio ambiente (MAMA, 2004; PRUNIER, 2009; PÉANS, 2010; MOYROUD; KATUNGA, 2002).

Para Malomalo, os países africanos sofrem com os resquícios do período colonial, pois não conseguiram de fato romper com aspectos problemáticos desse episódio:

> Por ser alienados e não ter feito o dever de casa no sentido de confrontar seriamente a memória da necropolítica dos Estados escravistas e coloniais, os novos Estado-nações africanos, emergidos no século XX, não souberam lidar com as crises e reivindicações do seu povo, da sociedade civil e de partidos de oposição. Dentro desse contexto que se manipula as culturas importadas e locais, as etnicidades e identidades, em África, para se manter no poder (MAMA, 2004; ANSELLE, 2017; AGIER, 2015 apud MALOMALO, 2019, p. 36).

Segundo o referido autor existe uma máquina de guerra patriarcal baseada em uma lógica de masculinidade negativa na República Democrática do Congo, que possibilitou as guerras ocorridas no país desde 1996, tal maquina cuida dos interesses políticos e econômicos daqueles que se beneficiam de tudo isso (MALOMALO, 2019, p. 36).

> Portanto, o conflito presente na Uganda, a guerra de Ruanda de 1994 e a guerra da RDC que iniciou em 1996 geraram um ciclo de violência que permanece até hoje nos territórios de Grandes Lagos, leste da RDCongo. Esses conflitos têm afetado de forma brutal a população civil, de forma particular, as mulheres, crianças e jovens, meninas e meninos, e o meio ambiente (MOYROUD; KATUNGA, 2002; BRAECKMAN, 1999, 2009). Dito de forma específica, a militarização da região e a masculinidade negativa que atuam nela têm um peso de negação de vida de mulheres (MALOMALO, 2019, p. 38).

A conjuntura da RDC apresenta oportunidade para o uso da violência sexual como arma de guerra. Os conflitos antes entendidos como guerras regionais transformaram-se na Primeira Guerra do Congo (1996-1997) e Segunda Guerra do Congo. (1998-2003), onde várias rebeliões locais resultantes de motivações étnicas e territoriais camuflam a existência de disputas pela dominação de recursos minerais congoleses pelos Estados da região e milícias (MARTINS, 2014, p. 2).

> Hirsch e Wolf (2012), no *blog "Women under Siege"*, relacionam motivações apontadas por pesquisadores para o uso da violência sexual como arma de guerra por combatentes, entre elas, (I) humilhar e intimidar da forma mais profunda o adversário, (II) obter controle sobre comunidades, territórios e recursos naturais pela subjugação, (III) retaliar contra milicianos rivais e seus apoiadores, (IV) expressar raiva e frustração quanto à própria condição e (V) evitar violência por parte de superiores. No Congo, todos os lados do conflito – grupos com apoio estrangeiro, milícias locais e forças congolesas – são acusados de terem cometido abusos sexuais sistemáticos e violência gênero. (HRW 2014 apud MARTINS, 2014, p. 4).

Em um dos depoimentos mostrados em *City of Joy*, uma das mulheres que não tem seu nome exposto, fala sobre a violência que sofreu:

> Eles amarraram minha tia, pegaram uma faca e esfaquearam ela. Depois de esfaqueá-la coletaram o sangue dela. Depois de ver que ela estava morta, pegaram o sangue dela... e jogaram pela casa toda. Depois seis soldados vieram até mim. O primeiro me estuprou, depois o segundo, depois o terceiro e o quarto também. Depois do quarto, eu desmaiei. Me levaram para o Hospital Panzi e, ao chegar lá eu ainda não conseguia andar. Falei para minha mãe que não era louca, que eu só queria morrer. Eu rezei para morrer, mas não consegui. Mas também não conseguia viver (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min).

A frase final consegue captar bem como o estupro consegue anular a vítima. Quando a depoente verbaliza a incapacidade de viver após a violação, ela demonstra que essa violência utilizada como forma de imposição de poder e reafirmação de virilidade tem um mecanismo de invalidação daquela ou daquele que é violentado. Citando Segato, Losurdo e Passos discorrem que:

> [...] o homem abusa das mulheres que se encontram sob sua dependência porque pode fazê-lo, quer dizer, porque estas já formam parte do território que controla, o agressor que se apropria do corpo feminino em um espaço aberto, público, o faz porque deve, para mostrar que pode. Em um, trata-se de uma constatação de um domínio já existente; em outro, de uma exibição de capacidade de domínio que deve ser reeditada com certa regularidade e pode ser associada a gestos rituais de renovação dos votos de virilidade. O poder está, aqui, condicionado a uma mostra pública dramatizada amiúde em um ato predatório do corpo feminino (SEGATO, 2005, p.275 apud LOSURDO; PASSOS, 2017, p.157).

Segundo o doutor Denis Mukwege, de 1996 até 2018 cerca de 500 mil mulheres congolesas foram estupradas. O estupro é usado como "arma simbólica de guerra", objetivando alcançar interesses econômicos e políticos. Por meio da masculinidade bélica, esses homens têm acesso aos corpos das mulheres violadas, de seus familiares que se veem humilhados e do seu território. Muitas mulheres que sofreram violência sexual são rejeitadas por seus familiares, não só por esses entenderem isso como uma humilhação, mas também por nutrirem a ideia de que a mulher não se defendeu do seu abusador, esse imaginário machista compartilhado também em outras culturas cria uma inversão onde confunde a vítima com o violador. Em contrapartida a essa reação machista de lidar com o estupro, existem associações de mulheres e homens congoleses que desenvolvem ações para apoiar as vítimas. Investindo em

possibilidade de acesso a um tratamento de saúde física e mental, assim como de autonomia política e econômica (MALOMALO, 2019, p. 39).

A violência sexual contra as mulheres na RDC se apresenta de várias formas, dentre elas: escravidão sexual, violência sexual como instrumento de guerra, violências sexuais originadas devido a questões étnicas e violências sexuais derivadas de práticas rituais. Os crimes praticados contra congoleses e congolesas são massacres, trabalho escravo, sequestros, estupro, incêndios as casas nas aldeias, tomada de território das vítimas. Também ocorre a apropriação de terras, criações de animais, cultivos, dentre outros. Apesar da maioria das vítimas de crimes sexuais na RDC serem mulheres adultas e meninas, também sofrem com essa violência bebês, mães, avós e as vezes homens e meninos (MALOMALO, 2019, p. 40).

Outra questão importante é a das deslocadas e refugiadas. Mulheres que são obrigadas a se deslocar internamente ou fora do seu país e que sofrem violências. A uma feminização da migração africana, sendo que 51% dos refugiados são mulheres. Muitas dessas mulheres são sujeitas aos abusos, assédios sexuais, estupros dentre outras violências (MALOMALO, 2019, p. 42).

A violência sofrida pelas mulheres na República Democrática do Congo gera tanto a violação de seus corpos, como também o deslocamento das congolesas, que desamparadas deparam-se com uma dupla agressão, a efetivada pelo seu violador, e outa desferida pelo poder vigente que não ampara essa mulher.

3.3 Crianças- soldado: a violência infligida

Ilustração 7_ menino segurando uma arma_ imagem retirada de *City of Joy*.

Fonte: https://www.netflix.com/br/login

Também é preciso incluir na discussão a forma como essa violência contra as mulheres é assistida pelas crianças e adolescentes congoleses. Denis Mukwege em uma de suas falas no

documentário chama a atenção para a geração de meninos que presenciam tudo isso. Mukwege questiona se uma Criança que vê sua mãe sofrendo de forma assombrosa, sofrendo por causa de um homem, se "essa será uma criança normal"? se vai respeitar a mãe de alguém algum dia? Se respeitará a vida humana sabendo que é uma órfã porque seu pai foi morto na sua frente e sua mãe foi estuprada na frente dela?" "Essa criança respeitara a vida humana no futuro? Respeitara outra mulher? Respeitara os outros de uma forma geral?".

As perguntas feitas por Mukwege alertam para a possibilidade dessa violência se tornar um ciclo vicioso, tendo em vista que a quantidade de meninos se tornando soldados, ou reproduzindo atitudes violentas e violadoras é uma realidade na conjuntura da RDC.

Bell Hooks realizando um debate sobre a mulher na sociedade estadunidense nos ajuda a compreender um pouco sobre a socialização de garotos como "matadores". A referida autora destaca que:

> No início do pensamento feminista, ativistas frequentemente deixaram de comparar a violência de homens contra mulheres ao militarismo imperialista. Essa conexão com frequência era ignorada porque as pessoas que eram contra a violência dos homens muitas vezes aceitavam e até mesmo apoiavam militarismo. Enquanto o pensamento sexista socializar garotos para serem "matadores", seja no imaginário do bom garoto, nas brigas dos *"bad boys"* ou como soldados no imperialismo mantendo o poder coercitivo sobre nações, a violência patriarcal contra mulheres e crianças vai continuar [...] (HOOKS, 2020-, p.100).

Em uma conjuntura de guerra, onde a violência é o motor que rege o conflito, as crianças têm sua infância furtada. Ao longo de *City of Joy*, é possível ver meninos com armas em punho, pequenos soldados que presenciam e também efetuam as formas de agressão perpetradas pelos homens que compõem as milícias. Mas por que usar crianças em um conflito armado? E por que muitas crianças se tornam soldados, seja de forma "voluntária" ou não?

Mais de vinte milhões de crianças morreram em conflitos armados na década de 2000. Mais de três quartos dos conflitos armados contam com a presença de crianças, onde cerca de 80% são menores de 15 anos de idade. Em uma área de guerra a infância de uma criança é distinta de qualquer outra, pois para além de aniquilar uma estrutura básica para que a criança tenha uma vida digna, também destrói a estrutura social e familiar. isso limita suas possibilidades em assegurar sua sobrevivência e de sua família. Nesse sentido, relacionar as crianças com a guerra nos leva a compreender que o modo de vida delas está dentro de uma cultura de violência. É através da violência que as crianças são ensinadas a obter seu propósito. Em praticamente todas as atividades do dia-a-dia a violência se faz presente. Nesse contexto de

conflito, não tendo a personalidade formada ainda, as crianças são manipuladas e ressocializadas (CÓRIA, 2016, p. 37-41).

São chamadas de crianças soldado[19] aquelas que dentro do conflito são mensageiras, cozinheiras, carregam armas ou que participam de forma direta no campo de batalha. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), criança soldado se refere a:

> Criança menor de 18 anos, menino ou menina, que faça parte de qualquer espécie de grupo armado ou força armada, regular ou irregular, em quaisquer funções, inclusive, mas sem limitar-se a: cozinheiros, carregadores, mensageiros e qualquer um que acompanhe esses grupos em outra condição que não de membro da família. Isto inclui meninas e meninos recrutados para propósitos de sexo forçado e/ou casamento forçado. Essa definição não se refere apenas às crianças que portam armas (UNICEF, 2003, p. 16 apud CÓRIA, 2016, p. 41).

Os motivos para utilização de crianças em conflitos armados são muitos, dentre eles o fato delas serem mais facilmente doutrinadas e manipuladas, elas também têm mais facilidade para aprender, criando mais habilidades em um tempo menor quando em comparação com um adulto. As crianças aceitam riscos maiores e não contestam suas tarefas, não se opõem as ordens dos superiores. Os grupos armados conseguem adaptar a mentalidade delas fazendo com que suas atitudes e identidades andem em consonância com os objetivos da milícia.

A escolha de crianças também está relacionada com o fato delas serem rápidas e ágeis para determinadas tarefas, porque são pequenas, leves e menos visíveis o que as ajuda a se esconderem e esquivar com mais facilidade, isso colabora para a utilização delas como espiãs, para enterrar ou procurar minas terrestres, assim como para serem usadas como meninos-bomba. Do ponto de vista econômico o uso de crianças soldado é vantajoso para os grupos armados, pois os menores dificilmente são pagos, a participação deles no grupo ocorre como forma de sobrevivência. As crianças não recebem um salário, pois trabalham em troca de comida, segurança, roupa, condições básicas de vida (CÓRIA, 2016, p. 42).

O recrutamento violento não é a única forma de participação das crianças em grupos ou forças armadas, pois isso também pode ocorrer de forma voluntária. Essa adesão costuma ocorrer pela morte de familiares e a destruição das casas das crianças, assim como por ataques

[19] Uma sugestão de filme que trabalha com a questão das crianças soldado é Beasts of No Nation, no longa é apresentada a história de um menino que após a morte do pai por militantes, é obrigado a deixar sua família para lutar na guerra civil da África do Sul, transformando-se em um soldado.

constantes de grupos armados a comunidade, ou como forma de proteção da família de possíveis novos ataques. O assassinato de familiares pode gerar um sentimento de vingança que também aparece como fator para participação dos menores, estando eles alimentados pelo ódio ao grupo que matou seus pais. Há também um sentimento de poder e gloria desenvolvido pelas forças e grupos armados, no qual a criança ao se alistar recebe um status social no grupo, sem se dar conta do significado disso, a criança vê no recrutamento voluntário uma ascensão, a oportunidade de ser um senhor da guerra. É nessa perspectiva que a criança ao receber uma arma ressignifica aquele objeto como sua força. "A arma, dessa forma, é a simbologia do poder e o significado de uma vida melhor (CÓRIA, 2016, p. 43)."

Fernanda Matos Lira, discorre que o recrutamento de crianças simboliza uma ruptura da continuidade histórica, um alvoroço da ordem social e uma violação de normas morais. Em África uma crise do estado pós-colonial dá condições para a existência das crianças-soldado (LIRA, 2019, p. 20).

A referida autora destaca:

> Singer fala que as crianças que são recrutadas forçosamente são geralmente de grupos de risco: crianças de rua, rurais, refugiadas e deslocadas internamente. As que se alistam "voluntariamente" frequentemente pertencem aos mesmos grupos, incentivadas a fazê-lo pela pobreza, propaganda e alienação (o que pode ser considerado violência psicológica). A pobreza juntamente com a normalização da violência pode ser um incentivo para a busca por algum tipo de controle sobre suas vidas e as situações que enfrentam e também a se juntar a grupos armados em busca de proteção. A gravidade da situação é que começam a se repetir ciclos de violência que colocam as crianças em ainda maior risco, seja de sofrerem os diversos tipos de violência, seja de as cometerem por serem forçadas ou por sentir que aquilo pode trazer algum senso de justiça (SINGER, 2006, p. 45 apud LIRA, 2019, p. 22).

Para Lira o recrutamento voluntário não é real, pois as crianças são levadas a acreditarem que necessitam fazer parte de grupos armados, devido a conjuntura de violência estrutural, e variados fatores que compõe esse quadro, como por exemplo serem órfãs, crianças expulsas de casa, crianças de rua, dentre outras fragilidades e situações que as colocam em uma situação de vulnerabilidade (LIRA, 2019, p. 22).

Como discutido, a participação de crianças como soldados em contextos de guerra parte de inúmeras questões que elucidam a complexidade do envolvimento dos menores com grupos e forças armadas. Está diante da brutalidade e agressão, ser vítima dela e posteriormente agente de tais ações cria um ciclo de violência. As mentes desses jovens são consumidas por ideais

que não lhes pertence, mas que lhes são impostos, a personalidade, as atitudes e a forma como esses meninos se portam com as mulheres e com as demais pessoas, tem sido moldada a partir de uma conjuntura de violência.

> Importante também destacar é a vida da criança após seu recrutamento. Sendo ele voluntário ou não, após a sua entrada a criança passa por uma série de treinamentos, que funciona como um rito de iniciação. Em alguns casos as crianças são obrigadas a matar membros da família como forma de romper todos os laços da vida civil. Outros elas bebem sangue, sacrificam ou torturam outros soldados e são expostas a cenas horrorosas. Essas experiências, quando em grande número e com o decorrer do tempo, se tornam banais para as crianças, fazendo com que elas se tornem insensíveis ao sofrimento tanto delas, quanto dos outros (FAÇANHA, 2011; MACHEL, 1996 apud CÓRIA, 2016, p. 44).

Se tratando da RDC, o uso de crianças como soldados ocorre desde 1996. A Aliança das Forças Democráticas para Libertação do Congo (AFDL), deu início ao treinamento militar com milhares de crianças, servindo como exemplo para outros grupos armados. Devido à pressão internacional para dar fim ao recrutamento infantil, Laurent Kabila, emitiu um decreto presidencial manifestando o propósito do governo de desmobilizar grupos infantis do exército congolês. Quando Joseph Kabila chega ao poder ele age da mesma forma que seu pai, ou seja, em teoria proíbe a utilização de crianças-soldado, mas na prática o que se tem é diferente disso (SIQUEIRA, 2020, p.11).

O recrutamento e uso de crianças pela polícia, forças armadas e grupos armados foi proibido em 2009 na RDC. De acordo com o Relatório Anual do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Criança e Conflitos Armados, em 2010 e 2011 houve o recrutamento de 447 e 266 crianças, respectivamente, e a libertação de 1656 menores das milícias e exército do governo em 2010, e 1244 crianças soltas em 2011. Entretanto, com o reaparecimento do conflito no leste da RDC e com a criação do M23 em 2012, o período de diminuição do recrutamento infantil acaba. A ofensiva M23[20] induziu a deserção de inúmeros oficiais das Forças Armadas da RDC, prejudicando a capacidade das forças de segurança do Congo. Isso levou a um estado de ilegalidade e insegurança demarcados por ataques constantes e violentos contra civis e diversos grupos armados. Nessa conjuntura as crianças foram afetadas, pois o uso de menores, o recrutamento, assassinato e mutilação deles aumentaram (CÓRIA, 2016, p.75).

Algumas ações foram realizadas para punir o uso de crianças em conflitos armados na

[20] Movimento 23 de Março, também denominado Exército Revolucionário Congolês.

RDC, como em 2016 quando foram presos 15 integrantes das FARDC[21] e 5 da Polícia Nacional Congolesa devido o recrutamento e uso de crianças. também houve a condenação de 41 indivíduos por três anos de prisão à pena de morte por violência sexual contra crianças. O governo deu assistência às crianças que estavam associadas a grupos armados e vítimas de violência sexual. No ano de 2017 abriram na RDC uma linha telefônica na qual as vítimas de violência sexual pudessem pedir ajuda e o governo desenvolveu ações para identificar e jugar os violadores (LIRA, 2019, p.39).

É pertinente trazermos para o debate as crianças-soldados, porque como é trabalhado por Lira, a identidade assumida por meninos que compõe grupos armados está relacionada a uma "masculinização militarizada", que é prejudicial não só para eles, mas também para as meninas, que são as principais vítimas de violência sexual. Se tratando das meninas soldado, em circunstancias de vida ou morte elas são colocadas em posições de abuso dos seus corpos para não serem mortas. Lira, discutido sobre a simbologia do estupro para os meninos e para os homens, destaca que:

> O estupro acaba por ser uma “conquista” de uma identidade guerreira masculina e uma objetificação da mulher cujo único fim era o sexo, consequentemente sendo feito em qualquer mulher que estivesse desprotegida, não importando que elas tinham, identidade ou afinidade política com aqueles perpetradores. O que eles queriam, de fato, era apenas se aproveitar do momento, da situação, e daquelas meninas e mulheres que eles viam como disponíveis. Elas não podiam negar, eram forçadas. Apenas não realizavam tal ato se o namorado ou marido tivesse um cargo mais alto do que o dele, talvez, mas em respeito a ele e não à mulher (UTAS, 2005, pp. 418-425 apud LIRA, 2019, p.24).

Portanto, em meio ao conflito em curso na RDC, várias crianças têm sido usadas por milícias e até mesmo forças oficiais de segurança do país, cabendo aqui ressaltar o processo de desenvolvimento de uma identidade masculina pautada na violência e que perpetua ações agressivas e violadoras contra mulheres e meninas. Esses meninos, ditos soldados, tem sua mente e corpo adaptados de acordo com interesses de grupos que os insere na guerra. Os meninos soldados nascem de uma estrutura ambígua, no sentido de que eles são vítimas, mas também algozes da violência, afinal são o resultado de um treinamento para combate que os afeta tanto fisicamente quanto psicologicamente.

[21] FARDC- Forças Armadas da República Democrática do Congo.

3.4 Denis Mukwege

Ilustração 8_ Denis Mukwege_ imagem retirada de *City of Joy.*

Fonte: https://www.netflix.com/br/login

Em meio a violência alarmante contra as mulheres na RDC, surge um nome importante, que vem trabalhando para combater a violência sexual no país e ajudar no processo de recuperação das vítimas de estupro. Denis Mukwege, é um médico ginecologista, cofundador da Cidade da Alegria e fundador do Hospital Panzi, em Bukavu, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2018, juntamente com Nadia Murad, por suas ações para acabar com o uso da violência sexual como arma de guerra em conflitos armados.

Em *City of Joy* é apresentado o Hospital Panzi, para contar um pouco da história de Mukwege. O médico no documentário afirma que começou a trabalhar no ano de 1983, no Hospital de Lemera, como diretor do lugar. Mukwege fala sobre o ano de 1994 e cita os soldados vindos de Ruanda, também conta um pouco sobre o ano de 1996 quando o hospital foi atacado resultando na morte de 33 pacientes e profissionais da equipe médica. O documentário discorre sobre a destruição do hospital de Lemera. Denis Mukwege afirma que se sentiu mal por um tempo devido ao que aconteceu e quando se recuperou foi para Bukavu, lugar onde reformou duas casas e as transformou no Hospital Panzi. Segundo o médico a primeira pessoa para quem ele prestou assistência médica no hospital foi uma vítima de violência sexual, após terem estuprado essa pessoa, atiraram nela. O médico destaca que de imediato concebeu aquilo como uma “selvageria de algum louco”, mas que posteriormente se

deu conta que não se tratava disso e sim do uso do estupro como arma de guerra.

Mukwege, afirma que no Hospital Panzi já cuidaram de mais de 40 mil mulheres, e que algumas delas perderam vesículas, vaginas e seus retos. O médico relata que no final dos anos 90 quando começou a trabalhar com as mulheres, passou a entrevista-las e que os números de mulheres violadas aumentavam cada vez mais. Mukwege afirma que aquele foi um período difícil, pois ele não dormia, tinha espasmos no coração, e temia pela própria filha. O médico destaca que ninguém o ouvia quando ele falava que viu vaginas destruídas, pois pensavam que estava louco e zombavam dele, em meio a isso o Mukwege pensou em ir embora do Congo.

Para Denis Mukwege, foi através de uma visita da ativista Eve Ensler ao Hospital que ele percebeu a necessidade de continuar e não desistir. Nessa visita de Ensler ela conversou com as mulheres que foram vítimas de violências e em seguida todos que estavam presentes começaram a dançar, essa ação foi muito importante para Mukwege, porque através dela, ele afirma que percebeu a enorme força daquelas mulheres e o motivo pelo qual ele precisava lutar com elas.

Mukwege ao lado de Christine Schuler Deschryver e Eve Ensler tem tido uma atuação imprescindível na luta pelos direitos humanos de mulheres que sofreram violações na República Democrática do Congo, realizando um trabalho de recuperação dessas mulheres visando reconstituir a integridade física e psicológica das mesmas.

Os direitos humanos são direitos intrínsecos a todos os seres humanos, independente de etnia, religião, nacionalidade, sexo, idioma, dentre outros. Os direitos humanos englobam o direito à vida e à liberdade, o direito ao trabalho e à educação, a liberdade de opinião e de expressão, etc. É determinado pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos as obrigações dos governos de atuarem de determinadas formas ou de se abster de certos atos, com o intuito de viabilizar e proteger os direitos humanos de sujeitos ou grupos (CARDOSO, p. 1).

A garantia de direitos base para a dignidade dos indivíduos foram furtados de muitas mulheres congolesas, por distintos grupos armados na República Democrática do Congo. Um dos objetivos da cidade da alegria é fazer com que tais direitos sejam tomados de volta, reconstituídos através da atuação de Mukwege, Christine Schuler Deschryver, Eve Ensler, e principalmente das mulheres que lutam para viver.

O documentário expõe que em setembro de 2012 Mukwege foi até Nova York defender os direitos das mulheres congolesas e pedir por justiça no país. Quando ele retornou para sua casa na RDC, haviam homens armados o esperando. Esses homens tinham feito as filhas de Mukwege de reféns. Um dos indivíduos que participou do ataque atirou no médico, eles

queriam mata-lo, mas ele conseguiu sobreviver. Após isso Mukwege ficou receoso por sua segurança e de sua família, o que os fez irem embora do país. Mukwege conta que depois de dois meses longe, as mulheres começaram a escrever dizendo: “volte, podemos proteger vocês.” E naquele momento ele pensou: “É muita coragem, mas não é o suficiente contra homens armados.” Porém, o médico afirma que no dia que as mulheres decidiram levar frutas e vender sua produção para pagar pela passagem dele para o Congo, mulheres que viviam com uma renda baixíssima, menos de um dólar por dia, isso fez com que Mukwege voltasse, pois segundo ele não era possível resistir a força dessas mulheres. No dia 14 de janeiro de 2013 Denis Mukwege retornou, e foi preparado um grande evento para recebe-lo, as pessoas estavam felizes com o retorno dele, e comemoraram a sua chegada.

Através de uma das falas de Christine Schuler e do próprio Denis Mukwege, em *City of Joy*, é possível perceber como cada passo de Mukwege deve ser dado com muita precaução e resguardo.

Christine Schuler- Deschryver:

> Hoje, Dr. Mukwege perdeu sua liberdade. Porque desde aquele atentado, não houve uma investigação. Então nem sabemos quem foi. Ele vive como prisioneiro. O tempo todo ele anda com sete guarda-costas. Ele só vai à cidade da esperança. Da cidade da esperança para o hospital, e só. Mas ele fez isso pelas mulheres do Congo, e é por isso, creio eu que as mulheres do Congo o respeitam demais (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min).

Denis Mukwege:

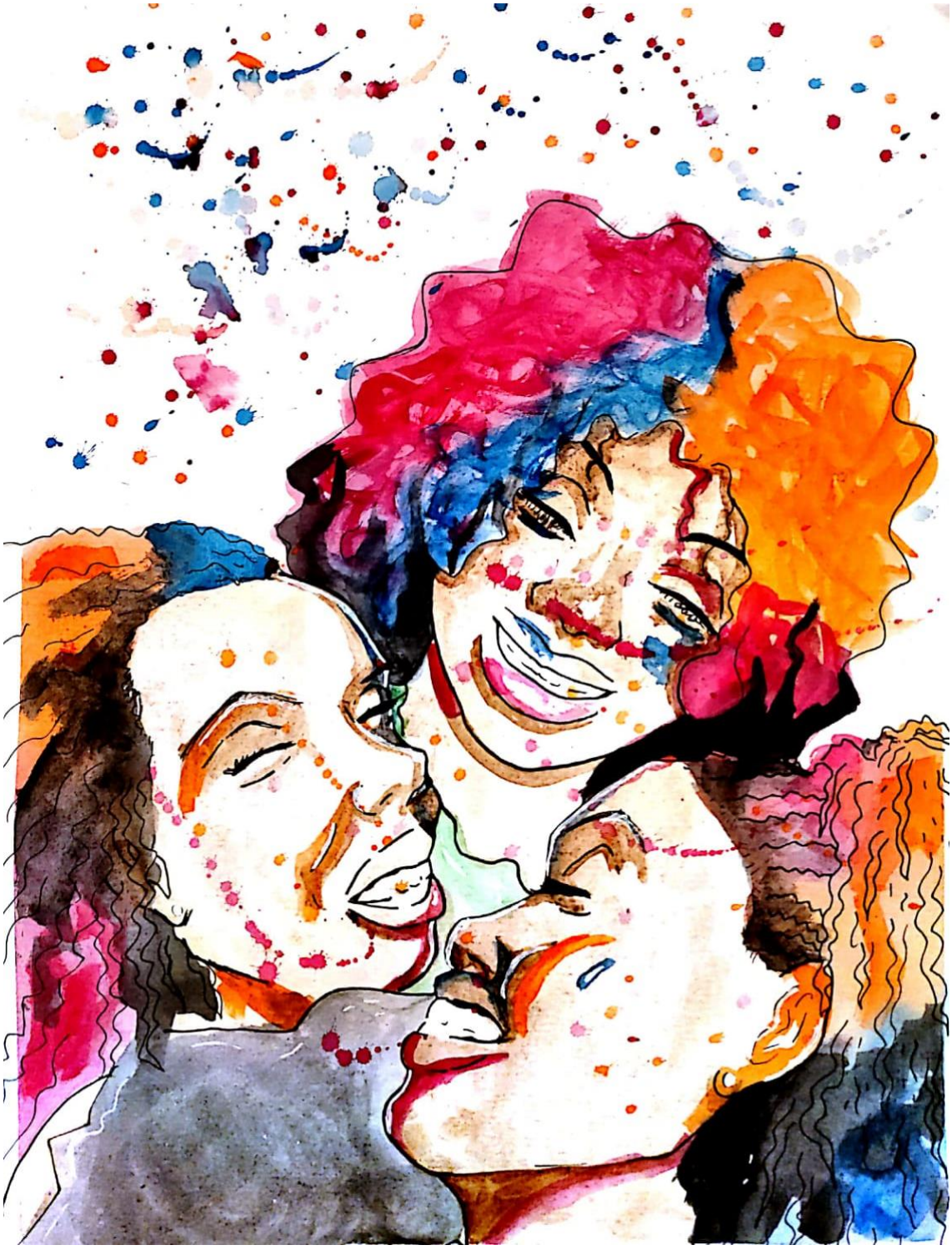
> O perigo é permanente. A qualquer momento tudo pode acontecer. Recebi ameaças de morte. Tive que mudar minha vida. Me mudei da minha casa e moro no hospital (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min).

Denis Mukwege tem realizado um trabalho de ativismo com o centro de reabilitação, e por mais ataques e ameaças que tenha recebido, ainda assim ele dá continuidade à sua atuação na Cidade da Alegria. A antropóloga Magdalena Bialoborska e o sociólogo Miguel de Barros pontuam que “As ações de ativistas se manifestam de formas diversas, em ações individuais ou coletivas, que propõem mudanças das circunstâncias econômicas, sociais e políticas” (BARROS; BIALOBORSKA, 2020, p.9).

No sentido do que é discutido por Barros e Bialoborska sobre as ações ativistas, é

possível notar que o que tem sido realizado por Denis Mukwege abarca tais pontos levantados pelos referidos autores, pois no documentário uma das principais questões destacadas é a busca pela ressocialização das mulheres que sofreram abuso, fazer com que sejam inseridas novamente na sociedade, instruir essas mulheres, dando oportunidade para que elas possam se reconstituir. Isso é realizado tanto através do tratamento médico com Mukwege, assim como também com as dinâmicas e aulas realizadas no centro. A Cidade da alegria é tanto uma casa como uma escola para elas, e as pessoas que trabalham naquele local desempenham um papel fundamental no processo de recuperação dessas mulheres.

Ilustração 9_ desenho_ congolesas.



Fonte: ALENCAR, Hildavilly Kairon Santos de. Caldas Novas, 2021.

4. “OCUPE ESPAÇO E DIGA EM ALTO E BOM SOM ‘VAGINA’”: APRENDIZAGEM E RECONHECIMENTO SOBRE O CORPO FEMININO

Há uma relação de troca entre a Cidade da alegria e as mulheres congolesas que passam por aquele lugar. Onde elas dão vida ao centro e ele dá vida a elas. No início do documentário é introduzida uma apresentação da Cidade da alegria, como um centro que surgiu para mulheres sobreviventes de estupro e de violência de gênero na República Democrática do Congo, objetivando transformar essas mulheres em líderes. Todas as mulheres, desde as que desenvolvem trabalhos no centro, como Christine Schuler Deschryver e Eve Ensler, até as que foram para a Cidade da alegria se recuperar, como é o caso de uma mulher chamada Jane, fazem parte da construção daquele espaço.

Através da história de Jane é possível compreender que a Cidade da alegria não é um lugar de tristeza, lamentação e dor, por mais que boa parte das mulheres que ali estejam tenham experienciado tudo isso, a Cidade da alegria se tornou um lugar de (re) construção, e de perspectiva. O próprio nome do espaço reflete isso.

Em uma parte do documentário Eve Ensler em conversa com Denis Mukwege conta-lhe sobre uma pessoa que ficou incomodada com o nome do centro, porque ali as mulheres eram vítimas, portanto “alegria” não seria a palavra apropriada, no que Mukwege responde a Ensler, que essa era uma má interpretação, pois um dos objetivos deles naquele lugar é levar alegria, e ela afirma que é exatamente isso, pois aquelas mulheres não têm que ser infelizes pelo resto da vida. O que Ensler pontua dá movimento à narrativa construída no documentário sobre a Cidade da alegria e sobre aquelas mulheres, pois o filme apresenta um ambiente de aprendizado, que procura fazer com que as mulheres estejam saudáveis e conscientes da sua força e capacidade de estudar, trabalhar, de viver.

Jane é apresentada em *City of Joy*, ela afirma que soube do Hospital e foi para Bukavu e o Hospital Panzi. Jane esclarece que foi operada várias vezes por muitos anos no Hospital. Ao longo do documentário ela faz um relato sobre a violência que sofreu e sobre seu processo de luta pela sobrevivência:

> Eu lembro que eu estava na casa do meu tio, dormindo. Eles nos levaram... para floresta. Arrancaram as genitálias do meu tio, seus braços, suas pernas. Furaram os olhos dele e deixaram ele vivo. Depois me estupraram e me deixaram amarrada numa árvore. Me deixaram naquela árvore por quase dois meses. Meus braços incharam. Eles cortaram meu tio e o cadáver dele caiu em mim. Me deixaram lá. Eu não podia nem me mexer. Quando os soldados bons

> nos encontraram, três de nós já tinham sido assassinados. Eu já estava gravida de um mês. Eles me levaram. Eu estava muito debilitada... quando cheguei em casa, ninguém estava lá. Quando eu tentava dormir eu tinha pesadelos. Eu estava tão assustada. Quando estava gravida de seis meses, a milícia me raptou de novo. Me acertaram na barriga com o facão... A bolsa estourou e tive que dar à luz ali. Me ajudaram no parto, mas quebraram minha pélvis durante o parto. O bebê saiu deteriorado. Quando andei tive que arrastar minhas pernas. Minha barriga estava muito inchada. Havia restos do bebê presos por dentro, que não tinham saído. Eu sentia muita dor, todo santo dia. Quando voltei fiquei na casa dos vizinhos. Saia um cheiro ruim da minha boca e da vagina. Meus vizinhos souberam na igreja que um helicóptero fazia buscas por pessoas sofrendo como eu. Foi difícil para todos me moverem, porque todo meu corpo estava podre. No final, tiveram que me levar numa cesta. Me colocaram numa cesta grande e colocaram nas costas de um homem, e foi assim que chegamos ao aeroporto (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min).

Denis, afirma que quando Jane chegou no hospital eles achavam que ela não iria sobreviver.

Jane relata que:

> No dia que cheguei ao Panzi, cheguei inconsciente. Eu conseguia ouvir, mas não podia falar. Eu fiquei lá por sete anos (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min).

Denis Mukwege afirma:

> ela (Jane) é uma mulher que tentaram destruir fisicamente, moral e espiritualmente..., mas apesar de tudo isso ela foi forte para dizer: ‘Nós vamos viver, vamos viver pelos outros (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min).

Enquanto o médico fala, o documentário *City of Joy* mostra Jane e outras mulheres cantando e dançando na Cidade da alegria. Em determinado momento Jane aparece no meio de uma roda dizendo o seguinte:

> Nós nos amamos devido à nossa dor e a conexão entre nós. Nunca acreditei que teríamos está cidade da alegria. Não podemos chamar de lar o lugar de onde viemos. Não lembrávamos de muitas coisas. Eu não sabia nem minha idade. Quando perguntaram: “Onde nasceu?”, não respondi, pois, minha cabeça estava vazia. Tudo foi destruído quando a violência chegou até nós (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min).

Mukwege se referindo a Jane pontua:

> Ela não tem filhos nem família. Está sozinha, mas sempre lutou pelos outros. E acho que esse amor, esse desejo por lutar pelos outros, mesmo quando tudo foi destruído... eu acredito que é o símbolo da luta das mulheres congolesas (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min).

Após a fala dele aparece Jane abraçando e brincando com uma das mulheres em City of Joy.

Quando o documentário em meio aos relatos de toda violência e dor sofrida por Jane, apresenta as falas de Mukwege, de outras pessoas da Cidade da alegria e da própria Jane, afirmando que ela está ressignificando sua história e lutando por seu presente ao reivindicar um futuro, ele cria uma narrativa sobre como as mulheres na Cidade da alegria demonstram resistência, retirando desse grupo a ideia de vítimas, por mais que tenham sido, e as colocando em outras posições. O fato do documentário intercalar os relatos sobre Jane, com o cotidiano dela na Cidade da alegria é uma forma de demonstrar isso, pois em vários momentos ela aparece rindo e interagindo com as outras mulheres.

Ilustração 10_Jane_ Imagem extraída do documentário *City of Joy.*

Fonte: https://www.netflix.com/br/login

4. 1 Dinâmicas de aprendizagem sobre o corpo

Ilustração 11_ Eve Ensler realizando uma dinâmica com as mulheres da Cidade da alegria_ Imagem extraída do documentário *City of Joy.*

Fonte: https://www.netflix.com/br/login

Como é apresentado na imagem acima, retirada do documentário, em *City of Joy* é mostrado algumas aulas e dinâmicas realizadas com as mulheres, uma delas é organizada por Christine Schuler- Deschryver e Eve Ensler. Ensler se dirigindo as mulheres da cidade da alegria que participavam da dinâmica afirma:

> Hoje quando Jane estava falando você sentiu a força da liderança. Não sentiu? O modo como ela tomou o centro do salão. Cada uma de vocês vai tomar o centro com sua voz, consigo mesmo (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min).

Estão Christine Schuler- Deschryver, Eve Ensler e Jane no centro de uma roda composta pelas mulheres. Christine Schuler- Deschryver, se referindo a Jane pondera:

> Mesmo sem ouvir a palavra dela. Vê-se a força dos gestos dela (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min).

Christine Schuler- Deschryver incentiva as mulheres que estão ali a falarem com força e convicção, e não andarem cabisbaixas. Eve Ensler destaca que quando Jane está ali diante delas, todas as ouvem porque ela se impõe e sabe que tem o direito de existir, porque ela sabe o que experienciou e isso lhe dá legitimidade pelo resto da vida para fazer o que quiser, em seguida ela pede para as mulheres que estavam sentadas ouvindo, se levantarem, e lhes diz: “Ocupem espaço”. Nesse momento todas dão um passo à frente e fazem o que lhes foi orientado. Eve Ensler reafirma: “Ocupem de novo”, “um passo à frente! Ocupem espaço”. E as mulheres são retratadas no documentário muito animadas, andando, rindo e dançando, se espalhando pelo salão.

Ocupando espaço, tomando o ambiente sem receio ou timidez, as mulheres da Cidade da alegria estão construindo sua autonomia e se afirmando naquele centro para, posteriormente, fazer o mesmo na sociedade. A dinâmica realizada nos leva à uma analogia na qual essas mulheres estão lutando por seu lugar de pertencimento, se preparando para conquistar espaços e se compreenderem como capazes de fazer isso.

A professora de História, Dayane Augusta Santos da Silva debate que o vocábulo feminismo e a luta pela igualdade de direitos como resultado de conquista coletiva das mulheres ocorre por volta do século XIX. Segundo a autora há escassos estudos sobre como as mulheres em África "reagiam" aos costumes impostos a elas naquele período. Entretanto, é possível perceber a força dessas mulheres por meio da forma como se organizavam as estruturas familiares com linhagens matriarcais (SILVA, 2021, p. 270).

Silva também destaca que: "Os feminismos africanos são construídos em África e na Diáspora e embora remetam para a ideia de uma voz única, coletiva, dizem respeito a realidades específicas informadoras da diversidade do continente, composto por 54 países" (SILVA, 2021, p. 275). Nesse sentido, para a referida autora é necessário repensar a categoria "mulher” e a subordinação de gênero diante das experiências africanas, pois por vezes a incompreensão ocidental das realidades no continente africano levam a distorções (SILVA, 2021, p. 276).

Para Silva:

> É fato que independentemente do continente ou da raça, as mulheres padecem da opressão e exploração em vista de sua condição como mulher. O que as intelectuais africanas, ativistas, mulheres autodeclaradas feministas africanas e as mulheristas africanas assinalam, resguardadas suas nuanças, é que os discursos que envolvem as mulheres africanas não podem escapar de outras questões históricas, como por exemplo, a questão do colonialismo, da escravidão e do etnocentrismo (SILVA, 2021, p. 281).

Como é ponderando por Silva, entender a questão da mulher em África implica em se ater ao fato de que é um continente plural, em que cada país possui especificidades e uma conjuntura distinta, para além disso, também é necessário compreender o processo de colonização, suas rupturas e continuidades no continente e em cada região dele. Se tratando da República Democrática do Congo, podemos notar que há uma permanência do processo de exploração do país e de sua população por parte de nações ricas tanto do ocidente como do oriente que impulsionadas pelo capitalismo são coniventes e perpetradoras de violências contra as mulheres do país. Os resquícios deixados pela colonização criaram uma história marcada pela corrupção e desigualdade na República Democrática do Congo.

É importante salientar que as ações desenvolvidas pelas mulheres na RDC, e o documentário *City of Joy* se preocupa em relatar esse processo. Eve Ensler estimula as mulheres a se expressarem, falarem sobre suas experiências e contarem sua história, objetivando fazer essas mulheres terem voz e que essa voz consiga ressonância. Ensler diz para as mulheres em uma das aulas no City of Joy que quando ela escreveu *The vagina Monologues*[22], todos disseram "não diga a palavra vagina", por todos os lugares que ela fosse "Não diga a palavra vagina". E Eve Ensler afirma que dizia "vagina, vagina, vagina, vagina" e depois de alguns anos, muitas mulheres começaram a dizer o mesmo. Em meio a isso ela afirma que não era só falar a palavra: "vagina", mas que ao fazer isso a verdade romperia o silencio, mudando o mundo. E que as pessoas ainda lhe diziam "Pare de dizer a palavra vagina". No que Ensler respondia "quando todas as mulheres estiverem livres eu vou parar de dizer a palavra vagina". Ensler afirma que o mesmo serve para aquela comunidade, pois quando todas as mulheres forem livres só assim elas poderão parar de falar.

Ao Eve Ensler afirmar que quando uma mulher pronuncia a palavra vagina a verdade rompe o silêncio ela leva essas mulheres ao entendimento de que não devem temer seus corpos, pois ao mesmo tempo que uma sociedade machista transforma o corpo feminino em um "local de inibição" que quando desvendado e compreendido pela própria mulher é tido como espaço de vergonha, essa sociedade também usa esse corpo a seu bel-prazer, sujeitando essa mulher a relações de dominação e sexismo. Nesse sentido, o corpo feminino é usado contra a mulher, e quando a mulher rompe com tal imposição ela obtém conhecimento sobre si mesma e a violência que lhe é infligida.

Em uma aula ministrada por Denis Mukwege ele explica para as mulheres que o nome do órgão genital feminino se chama vagina. E pergunta por que aquelas mulheres tinham tanta

[22] Espetáculo teatral escrito por Eve Ensler.

vergonha da palavra? Uma delas responde que as ensinaram que é um pecado dizer tal palavra. E ele questiona se quando falava "mão" era algo ruim. A mulher responde que não, mas que quando se diz vagina é pecado. Denis Mukwege lhes diz:

> vocês se preocupam que isso é ruim. Que é pecado. Quantas nunca viram? [...] você nunca poderá ser você se você não aceitar a si mesma (City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min).

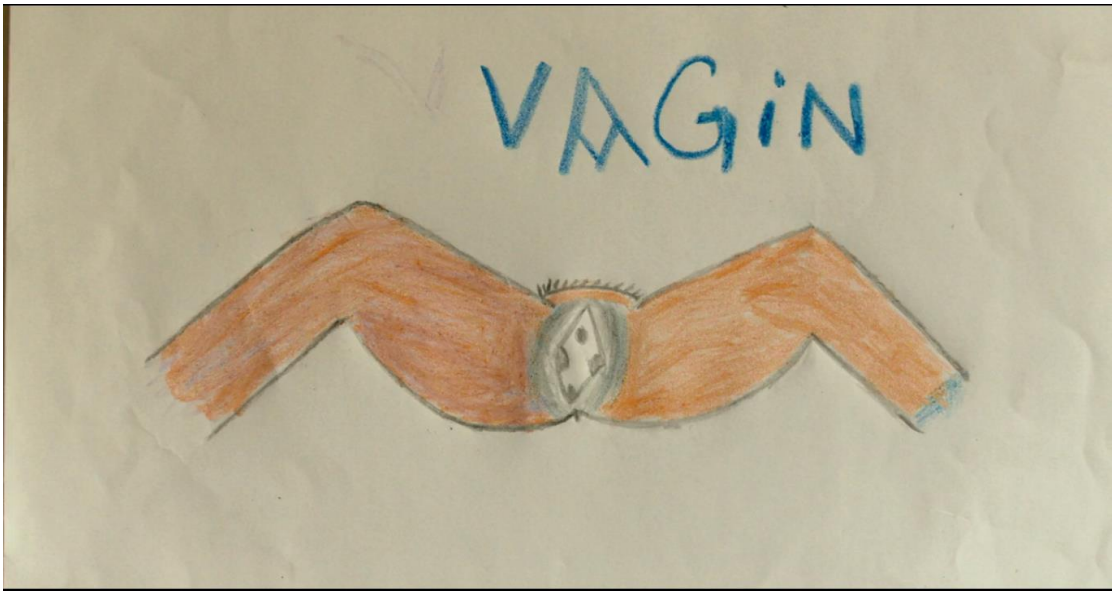
Após a aula de Mukwege, Bachu Bahati, gerente da Cidade da Alegria- é mostrada no documentário conversando com as mulheres sobre como elas se sentem com relação a sua própria aparência. Ela fala sobre o questionamento feito pelo médico a respeito de quantas daquelas mulheres usaram o espelho para ver a vagina, e pergunta quem já viu. Algumas levantam a mão dizendo que já olharam. E Bahati questiona uma delas sobre o que viu quando olhou para própria vagina, a mulher responde que viu algo queimando (todas começaram a rir).

Em seguida Bahati diz para ela falar com firmeza e sem vergonha e a mulher descreve o que viu, em seguida as outras mulheres fazem o mesmo. Bachu Bahati esclarece que todas elas devem aprender a amar a si mesmas, e afirma que elas têm um órgão muito importante e lindo e, que não precisam ter medo de olha-lo. Depois disso ela lembra as mulheres que Denis Mukwege passou uma atividade, em que elas deveriam desenhar a si mesmas, e Bahati dá um espelho para cada uma. Depois é mostrado os desenhos feitos pelas mulheres das suas vaginas.

Portanto, a dinâmica realizada cria uma liberdade e confiança para que as mulheres possam se olhar sem medo, pois por meio das aulas e debates no centro elas estão aprendendo que não precisam sentir vergonha de seu próprio corpo, percebendo que o imaginário onde falar sobre sua vagina é pecado deve ser rompido, porque ele é uma construção que limita e delimita a autonomia da mulher. Através do que é mostrado em *City of Joy*, é possível observar como essas mulheres estão reconstituindo sua autoconfiança e autoestima, ocupando espaços e obtendo um conhecimento sobre si mesmas.

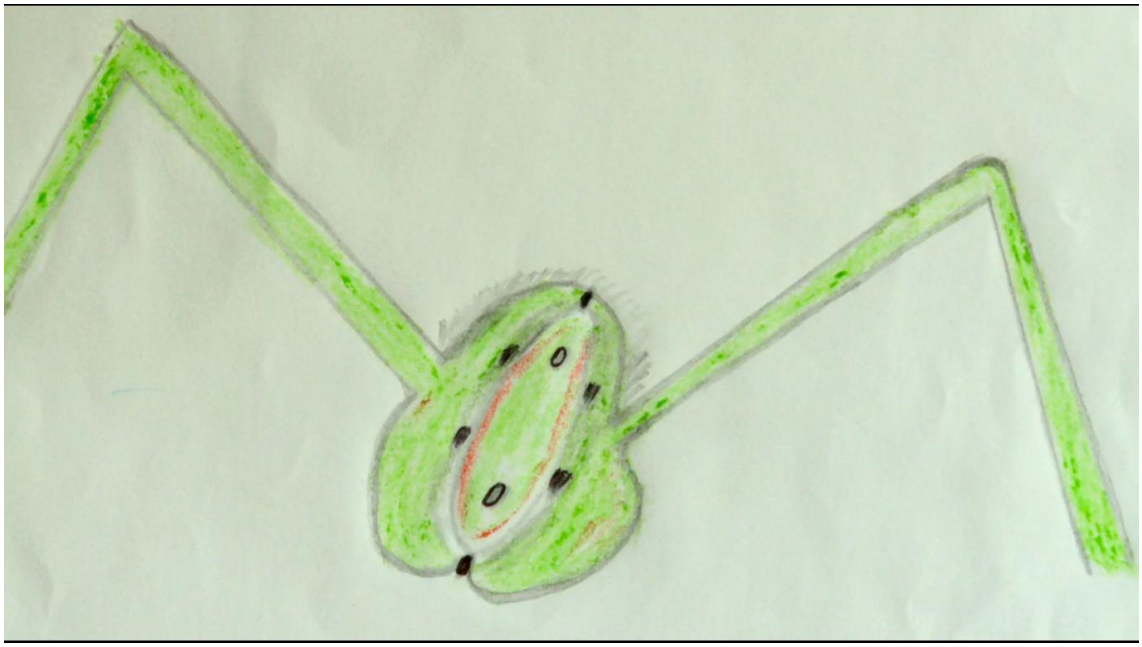
Destacamos três desenhos de vaginas feitos pelas mulheres da Cidade da Alegria durante uma dinâmica realizada no centro:

Ilustração 12_ desenho 1 de uma vagina feito por uma das mulheres da Cidade da Alegria_ Imagem extraída do documentário *City of Joy*



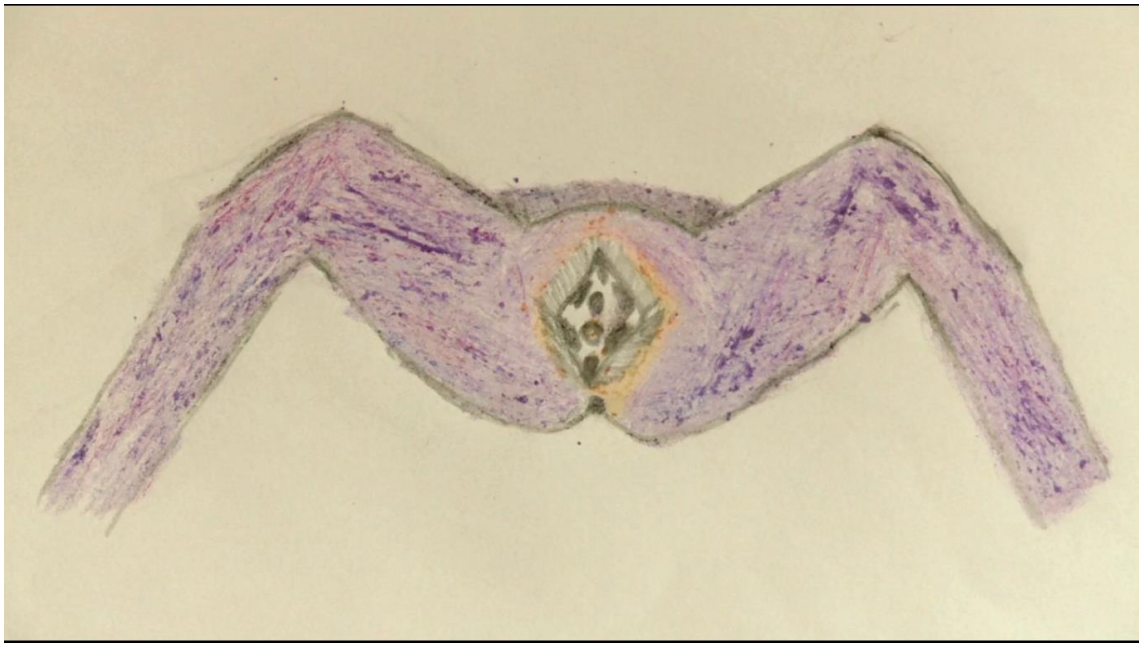
Fonte: https://www.netflix.com/br/login

Ilustração 13_ desenho 2 de uma vagina feito por uma das mulheres da Cidade da Alegria_ Imagem extraída do documentário *City of Joy*



Fonte: https://www.netflix.com/br/login

Ilustração 14_ desenho 3 de uma vagina feito por uma das mulheres da Cidade da Alegria_ Imagem extraída do documentário *City of Joy*



Fonte: https://www.netflix.com/br/login

4.2 Debates sobre o corpo e a sexualidade em sala de aula

No decorrer do documentário é possível conceber a Cidade da alegria como um lugar não só de cura, como também de aprendizagem. Os trabalhos realizados no centro e as aulas para que as mulheres conheçam seu próprio corpo evidenciam isso. "*City of joy*" aborda temáticas importantes e que podem/ devem ser discutidas em sala de aula, dentre elas a sexualidade.

Maria Celeste Rocha, Diná Guimarães de Faria e Emmi Myotin destacam que:

> [...] o corpo é muito mais que um conjunto de músculos, ossos e vísceras. Ele é todo seu entorno, as sensações e sentidos que dele se têm, seus reflexos, suas roupas e acessórios que o adornam, as imagens que dele se produz, o silêncio que por ele fala a educação de seus gestos, enfim é um sem limite de possibilidades a serem descobertas por meio desse corpo. [...] falar do corpo é falar de identidades, dada a centralidade que ele adquiriu na cultura em que vivemos (FARIA; MYOTIN; ROCHA, 2012, p. 58).

Se tratando dos adolescentes, o corpo deles passa por um processo de transformações físicas e psicológicas fazendo com que precise de atenção. Tais alterações corporais percebem e revelam as mudanças que estão ocorrendo. Nesse sentido aparecem questões relacionadas ao

corpo como a sexualidade e a construção da imagem corporal e sua aceitação social, pautada na interação do corpo com o meio ambiente, o culto ao corpo, estereótipos e os padrões estéticos de beleza que são capazes de trazer sofrimento para esses sujeitos (FARIA; MYOTIN; ROCHA, 2012, p. 50-51).

A escola e a família são importantes na construção do conhecimento do adolescente sobre seu corpo. Inúmeras vezes os jovens ficam confusos a respeito das transformações que ocorrem no seu corpo não sabendo lidar com questões relacionadas a sua sexualidade e com as novas sensações geradas por seus corpos, por vezes isso ocorre graças as informações dadas pela família, levando muitos adolescentes a um estado de confusão e dúvidas, pois temas vinculados à sexualidade e corpo são vistos como tabu por algumas famílias. enquanto isso, nas escolas essa temática é trabalhada de forma superficial e ordenada como assunto das áreas de biológica e da saúde. Em meio a isso, a falta de informações sobre seus corpos faz com que vários jovens tenham dúvidas que podem gerar riscos ligados a questões como a aceitação do próprio corpo e a maneira como os adolescentes encaram os conceitos da estética e vivem sua sexualidade (FARIA; MYOTIN; ROCHA, 2012, p. 52-53).

A (LDB) n° 9394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, apresenta a importância do respeito às diferenças sociais, e de maneira subtendida que o acesso à educação é para todos não importando como se expressam ou como são (JUSTINA; LIMA; MEGLHIORATTI, 2019, p. 5).

> I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]
> IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância (BRASIL, 1996, Art. 3º apud JUSTINA; LIMA; MEGLHIORATTI, 2019, p. 5).

É possível encontrar nos (PCNs), (BRASIL, 1997; BRASIL, 1998; BRASIL, 2000; BRASIL, 2002) Parâmetros Curriculares Nacionais, uma valorização em conhecer a diversidade, desaprovando discriminações geradas pelas diferenças que vigoram nos meios sociais. Tais documentos exprimem aspectos como o cuidado com o corpo e a saúde, trabalhados na educação sexual (JUSTINA; LIMA; MEGLHIORATTI, 2019, p. 8).

O pesquisador Wellington Soares de Lima e as professoras Fernanda Aparecida Meglhioratti e Lourdes Aparecida Della Justina, trabalhando com o PCN de 1997 destacam que:

> O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o

> desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades a ambos. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero (BRASIL, 1997, v. 10, p. 84 apud JUSTINA; LIMA; MEGLHIORATTI, 2019, p. 8).

Os PCNs (BRASIL, 1997; BRASIL, 1998) abordam a compreensão sobre a sexualidade e a identidade sexual. Tais PCNs também trabalham aspectos da história da sexualidade buscando eliminar estereótipos de gênero e valorizando a tolerância que possibilita o desenvolvimento de atividades sem separação de gênero, sugerindo que as dimensões psicológicas, fisiológicas e sociológicas da sexualidade precisam ser debatidas (JUSTINA; LIMA; MEGLHIORATTI, 2019, p. 9).

> Os PCNs (BRASIL, 1997; BRASIL 1998) possuem uma estruturação também em temas transversais os quais devem perpassar por todas as outras disciplinas. Dessa forma, o tema transversal Orientação Sexual traz reflexões no âmbito da sexualidade sejam elas em aspectos biológicos (hormônios, anatomia, fisiologia, etc.) ou sociais (homossexualidade, estupro, identidade de gênero, etc.). Portanto, ao contrário do que é exposto na pesquisa de Vieira e Matsukura (2017), ao verificarem que o referido tema fica apenas a cargo das disciplinas escolares de ciências e biologia, a sexualidade não cabe apenas a estas disciplinas escolares, mas sim a todas, sendo que cada qual irá abordar os aspectos que lhe competem (JUSTINA; LIMA; MEGLHIORATTI, 2019, p. 9).

A temática orientação sexual aparece como transversal, principalmente nos volumes de Ciências Naturais dos PCNs (BRASIL, 1997; BRASIL, 1998). Segundo Justina, Lima e Meglhioratti, há poucos termos ligados à sexualidade e quando aparecem, estão relacionados aos aspectos biológicos e de saúde. Isso acontece porque a sexualidade é apresentada como intrínseca a saúde e a vida, trabalhando o sistema reprodutor e a propagação de doenças sexualmente transmissíveis (JUSTINA; LIMA; MEGLHIORATTI, 2019, p. 9).

Para Justina, Lima e Meglhioratti:

> Nos PCN+ que são orientações complementares aos PCN de 2000 (ambos do Ensino Médio), o cuidado com o aluno permanece e conteúdos voltados ao debate de gênero ganham mais espaço, em especial no volume Ciências

> Humanas e suas Tecnologias, nas quais problematizam as diferenças e representatividades de gênero e o respeito a diversidade. Analisamos os dois volumes voltados para as Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, um dos PCN (Ensino Médio) e outro dos PCN+, que incluem as disciplinas que normalmente são responsabilizadas por abordar a temática sexualidade, em especial a disciplina de Biologia (VIEIRA; MATSUKURA, 2017). No PCN de 2000 encontramos apenas uma vez a palavra sexo, sendo esta no estudo de genética. A sexualidade e as questões de gênero foram citadas no volume dos PCN+ de 2002, todavia, consideramos a abordagem sútil e sem maiores esclarecimentos sobre os caminhos a serem percorridos pelo professor, tendo em vista a profundidade que é necessária para o respectivo público de adolescentes (JUSTINA; LIMA; MEGLHIORATTI, 2019, p. 9).

Segundo os referidos autores o tema sexualidade na disciplina de Biologia aparece com um certo esvaziamento no ensino médio. As questões de gênero também são debatidas no volume de Ciências Humanas, porém os professores das áreas de Ciências e Biologia precisam se ater ao fato de que discutir sexualidade apenas pela linha biológica não é o bastante para a educação e para cidadania. De imediato a sexualidade aparece nas escolas para o cuidado com a saúde, notando que as crianças possuem curiosidades sobre a sexualidade e em vários casos as informações acerca do tema são equivocadas, fomentando conceitos deturpados. De qualquer forma a sexualidade aparecera no universo escolar, seja contra ou a favor da vontade dos profissionais desse ambiente, ela pode se expressar contendo sinais de provocação e protesto se manifestando de maneiras variadas pelos alunos oriundos de ambientes e atitudes de repressão ao trabalhar o tema. Nesse sentido é importante a informação e formação dos estudantes para compreender a sexualidade em seus aspectos biológicos, psíquicos e socioculturais. A escola deve problematizar e proporcionar reflexões buscando que o estudante aumente seus conhecimentos sobre a sexualidade, possibilitando o respeito e autoconhecimento (JUSTINA; LIMA; MEGLHIORATTI, 2019, p. 10).

Visando a Educação infantil e o Ensino Fundamental é homologada em dezembro de 2017 a (BNCC) Base Nacional Comum Curricular. Ela possui embasamento na LDB 9394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no PNE (Plano Nacional de Educação) e nas DCNEB (Diretrizes curriculares Nacionais da Educação Básica). A BNCC contém competências gerais para a educação básica que buscam a autonomia dos estudantes e o respeito à diversidade, objetivando uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Se tratando da disciplina de História, esta área na BNCC estaria encarregada das questões de violência contra as diferenças sexuais, estimando a empatia e o respeito (BRASIL, 2017b) (JUSTINA; LIMA; MEGLHIORATTI, 2019, p. 13).

> "(EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência" (BRASIL, 2017, p. 431 apud JUSTINA; LIMA; MEGLHIORATTI, 2019, p. 13).

Segundo o PCN, a orientação sexual na escola permite o conhecimento e a valorização dos direitos reprodutivos e sexuais, assim como também colabora para a prevenção de problemas como gravidez indesejada e abuso sexual. Se tratando da prevenção ao abuso sexual com jovens e crianças, preocupa-se em facilitar a apropriação do corpo, desenvolvendo a consciência de que seu corpo lhes pertence e que só pode ser tocado por outro com seu consentimento ou por razões de higiene e saúde (PCNA, S. d., p.293). Segundo o referido PCN:

> Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o "ficar" e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura (PCN, S. d., p.293).

O PCN destaca a importância da sexualidade discutindo sua manifestação nos indivíduos:

> A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois, além da sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental das pessoas. Manifesta-se desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento humano, sendo construída ao longo da vida. Além disso, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito. Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Educação, Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, Biologia, Medicina e outras. Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade, entendida de forma bem mais ampla, é expressão cultural. Cada sociedade desenvolve regras que se constituem em parâmetros fundamentais para o comportamento sexual das pessoas. Isso se dá num processo social que passa pelos interesses dos agrupamentos socialmente organizados e das classes sociais, que é mediado pela ciência, pela religião e pela mídia, e sua resultante é expressa tanto pelo imaginário coletivo quanto pelas políticas públicas, coordenadas pelo Estado. A proposta de Orientação Sexual procura considerar todas as dimensões da sexualidade: a biológica, a psíquica e a sociocultural, além de suas implicações políticas (PCN, S. d., p.295).

É proposto pelo PCN que ao trabalhar com Orientação Sexual a escola deve incluí-la no seu projeto educativo, tendo uma definição objetiva dos princípios que deverão encaminhar o trabalho, assim como clareza na elucidação para a comunidade escolar comprometida com o processo educativo dos estudantes. A escola deve se preocupar em trabalhar vários pontos de vista, crenças e valores presentes na sociedade e amparar o aluno na construção de um ponto de auto referência através da reflexão, sendo preciso salientar que a escola não substitui, nem concorre com a função da família, mas complementa. Os distintos temas da sexualidade precisam ser abordados dentro do limite da ação pedagógica, sem ser invasivo com a intimidade e o comportamento do aluno ou do professor. Nesse sentido, essa ação deve ajudar os estudantes a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve permanecer como vivência pessoal, exceto alunos que precisem de atenção individual, devem receber auxílio separadamente do grupo pelo professor ou orientador, e caso necessário encaminhado para atendimento especializado (PCN, S. d., p. 299-300).

É destacado pelo PCN que:

> [...] optou-se por integrar a Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais, através da transversalidade, o que significa que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos por Orientação Sexual encontram-se contemplados pelas diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, o posicionamento proposto pelo tema Orientação Sexual, assim como acontece com todos os Temas Transversais, estará impregnando toda a prática educativa. Cada uma das áreas tratará da temática da sexualidade por meio de sua própria proposta de trabalho. Ao se apresentarem os conteúdos de Orientação Sexual, serão explicitadas as articulações mais evidentes de cada bloco de conteúdo com as diversas áreas (PCN, S. d., p. 307).

Portanto, é importante discutir temáticas como a sexualidade tanto para autoconhecimento dos estudantes, como para prevenção de doenças, abusos e, também porque é algo que os constitui, nesse sentido é preciso cuidado e conhecimento na abordagem do tema. É possível trabalhar temáticas ligadas a sexualidade através de livros, jogos, exercícios, artigos e filmes, como é o caso do documentário *"city of joy*", por meio dessa ação a escola estará amparando e contribuindo para o entendimento e desenvolvimento crítico dos alunos acerca do tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da República Democrática do Congo é construída por anos de dominação. O país que esteve sob os comandos do rei da Bélgica, Leopoldo II, no século XIX, experienciou um processo sanguinário de exploração. Com a Conferência de Berlim (1884- 1885) o território africano tornou-se propriedade do rei belga, um tipo de colônia particular, na qual o monarca tinha total poder de mando e desmando. Neste período os produtos que geravam riqueza para a economia colonial eram o marfim e a borracha, extraídos por meio do trabalho forçado dos congoleses.

Em 1908 o território, que hoje é conhecido como República Democrática do Congo, é transformado em colônia do Estado belga, o então Congo Belga, apesar de obter uma nova nomenclatura, não traz mudanças na situação da população congolesa que permanecia vivendo um violento processo de dominação. No ano de 1960 ocorre a independência do Congo, porém, esse processo que parecia ser o início da retomada de autonomia do país e de sua população, não significou de fato uma ruptura, pois em 1961, Patrice Lumumba, primeiro ministro do Congo e forte representante da luta anticolonial foi assassinado por forças rivais. Após sua morte o país passa por uma guerra civil.

Em 1965 ocorre um golpe de Estado que coloca no poder o general Mobuto Sese Seko, iniciando uma ditadura de trinta e dois anos no país. Esse período é marcado por uma grande corrupção e um forte autoritarismo. Mobuto foi apoiado por importantes países do Ocidente. Em 1996- 1997 tem-se uma guerra interestatal em formato de guerra civil, que leva a derrocada de Mobuto e a ascensão de Laurent- Désiré Kabila que se autoproclama presidente do Zaire, rebatizando o país de República Democrática do Congo, e dando início a um governo bastante similar ao de Mobuto, reprimindo toda oposição, através de prisões e assassinatos.

Nesse sentido, a República Democrática do Congo possui um passado marcado por uma colonização extremamente violenta, duas guerras civis, e governos ditatoriais e corruptos que chegaram ao poder com o apoio de países ocidentais como Bélgica, EUA e França, que devido a interesses capitalistas preocupavam-se em manter certa influência dentro do país africano.

É importante compreender todo esse processo para poder discutir sobre o documentário *City of joy*, pois logo no início do filme uma das questões levantadas por ele é o passado da República Democrática do Congo, especificamente a guerra de 1996. Em *City of joy* a memória da história congolesa, apresentada através dos depoimentos de Denis Mukwege e Christine Schuler Deschryver está intrinsicamente ligada com os processos experienciados na

contemporaneidade.

O fato de o país ainda conviver com a interferência de potências estrangeiras, que retiram recursos naturais e contribuem para o desenvolvimento de conflitos internos é um aspecto da continuidade histórica da exploração do Congo. O resultado disso no presente é o mesmo apresentado pelo passado, sob um novo contexto e conjuntura, mas com os mesmos sujeitos, a população congolesa é quem lida com toda a violência e corrupção nutrida pelo imperialismo e o capitalismo.

No recorte feito por esse trabalho realizamos um debate sobre como o documentário *City of Joy* faz uma leitura cinematográfica do processo de recuperação das mulheres congolesas violentadas sexualmente por milícias armadas da República Democrática do Congo que atuam no país em meio a já referida conjuntura do mesmo.

O documentário estudado cria uma narrativa que explica a situação do país, de certa forma denuncia as violações sofridas pelas congolesas e mostra um lugar de cura, que é a Cidade da alegria. *City of joy*, por meio dos depoimentos, apresenta as histórias de várias mulheres que sofreram diversos tipos de violência física e psicológica, jovens e senhoras que perderam seus familiares e tiveram seus corpos violados.

A violência sexual sofrida por essas mulheres congolesas demonstra o uso do estupro como arma de guerra. Os grupos armados dentro da República Democrática do Congo, financiados por grandes nações que ambicionam os recursos naturais do país, através da violação criam uma desestabilização no cerne das comunidades, que tem como base as mulheres. Isso leva a um deslocamento da população e desintegração da família.

A soberania e o domínio de países distintos sobre territórios da República Democrática do Congo, ocorre através da violação dos corpos femininos efetivado por grupos armados no país. O estupro na República Democrática do Congo é usado como mecanismo de manutenção do poder hegemônico de determinados grupos, em detrimento de outros, nesse caso, as mulheres. Portanto, a violência sexual apresenta-se como uma ordem simbólica de poder, onde o controle e a dominação são mecanismos de sustentação da exploração.

O documentário aqui analisado mostra ao espectador como a violência sexual não está relacionada com uma patologia, como muitas vezes é apresentado na sociedade, mas sim com formas de subjugação e dominação pautadas na estrutura de gênero, tendo em vista que as mulheres são as maiores vítimas desse tipo de violência. Como forma de poder, que no caso da República Democrática do Congo atinge setores políticos, sociais e também econômicos.

Apesar de apresentar a sistemática violência sofrida pelas mulheres congolesas, o

objetivo de *City of joy*, de acordo com a analise desenvolvida nesse trabalho, é discutir todo o processo de recuperação, de cura e fortalecimento dessas mulheres por meio do conhecimento e da aprendizagem sobre o seu corpo. A Cidade da alegria é descrita e mostrada como um lugar de conhecimento e reconhecimento. O tratamento realizado no hospital liderado por Denis Mukwege busca reconstituir fisicamente os corpos feridos, as dinâmicas e aulas desenvolvidas no centro procuram recompor psicologicamente cada uma delas. Outro fator perceptível no documentário é a convivência entre essas mulheres, que possuem experiências parecidas em determinados aspectos e distinções e particularidades em outros, no entanto, o relato de cada uma ampara o coletivo, pois todas tiveram que vivenciar a perda e a violência. Esse processo de fala e escuta consegue integrar as mulheres no grupo.

O documentário possui uma narrativa otimista elucidando o trabalho efetivado na Cidade da alegria. Os sorrisos e danças, as brincadeiras e discussões contribuem para isso. Ao final de *City of joy* é apresentado um evento de formatura realizado na Cidade da alegria para se despedir da turma de mulheres que estavam no centro, dando início assim, a um novo momento na vida de cada uma. É mostrado no documentário uma das mulheres saindo da Cidade da alegria e seguindo a estrada, posteriormente é apresentada a situação das mulheres depois que saíram do centro.

Zawadi, que desde a faculdade passou a trabalhar como advogada para sobreviventes de violência de gênero, é a primeira, depois, Jackie que deu início a hortas comunitárias no Congo Ocidental e faz parte da equipe de segurança da Cidade da alegria; Sandra que concluiu o ensino médio e cursa enfermagem; Rosseau que saiu da casa da alegria para gerir uma casa de apoio para mulheres idosas que foram separadas de suas famílias, Jane que se tornou assistente social e líder da cidade da alegria.

O documentário destaca que mulheres que chegaram machucadas, em amplos sentidos, na Cidade da alegria, agora saem de lá com objetivos, perspectivas e atuando na sociedade congolesa. *City of joy* informa que a cada ano, 180 mulheres se formam na Cidade da alegria, ou seja, o centro tem tido um papel essencial para a reintegração social das mulheres congolesas atingidas pelos conflitos no país.

No muro da Cidade da alegria tem-se a seguinte frase pintada: “transformar dor em força”. O ideal é que as mulheres congolesas não tenham que ser fortes, não precisem criar mecanismo para suportar toda a violência sofrida. Mas a atual conjuntura do país fez disso uma necessidade. É preciso um amplo olhar sobre essas mulheres e a República Democrática do Congo, pois compreender a sistemática violação das mulheres daquela sociedade nos atenta

para a necessidade de pensar a violência contra as mulheres de uma forma geral. Pois se na RDC a agressão e violência sexual são uma realidade, em outros lugares do mundo, tanto em países entendidos como pobres, como em países desenvolvidos, também o é.

REFERÊNCIAS

1. Fontes

City of Joy- Onde vive a esperança. Direção de Madeleine Gavin. Rep. Democrática do Congo; EUA: Netflix, 2018. 1 h 16 min. Disponível em:< https://www.netflix.com/br/login>.

2. Bibliografia

AMIM, Samir. O Imperialismo, passado e presente. **Tempo**, n. 18, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:< https://www.scielo.br/j/tem/a/Fzm4BXPHmV6GGbBdFvwpPSh/?lang=pt>. Acesso em 15/ 08/ 2021.

ARÓSTEGUI, Julio**.** A época dos grandes paradigmas. In: **A pesquisa histórica**: teoria e método. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda, Bauru, SP: Edusc, 2006.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Revista Dados**- Revista de Ciências Sociais, v. 60, n. 2; Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:< https://www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhdVDdYPtGrWN/abstract/?lang=pt>. Acesso em 11/ 08/ 2021.

BARBOSA, Luciana Mendes; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Congo: no "coração" da África o dilema entre independência e ditadura. Ano, 4, n.5, **Conjuntura Internacional**, 2007. Disponível em:< https://docplayer.com.br/84710819-13-12-congo-no-coracao-da-africa-o-dilema-entre-independencia-e-ditadura-p-01.html>. Acesso em 13/ 09/ 2020.

BARBOSA, Victor Tavares**.** A República Democrática do Congo e os conflitos na região dos grandes lagos. **Revista FD**. v.3, n.4, 2017. Disponível em:<https://www.faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/neari/article/view/612/530>. Acesso em 13/ 09/ 2020.

BARROS, José D´Assunção. CINEMA-HISTÓRIA: Múltiplos aspectos de uma relação. **Revista dispositiva**, v.3, n 1, 2016. Disponível em:< http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/11551>. Acesso em: 17/ 10/2020

BARROS, Miguel de; BIALOBORSKA, Magdalena. Ativismos em África: Introdução. **Cadernos de Estudos Africanos**, n.40, 2020. Disponível em:< https://journals.openedition.org/cea/5153?lang=pt>. Acesso em 19/ 09/ 2021.

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Livraria Brasiliense Editora S.A, 1 ed.1980.

BIZAWU, Kiwonghi. **O sistema de segurança da ONU e os conflitos nos grandes lagos: Análise das resoluções do conselho de segurança da ONU sore a República Democrática do Congo**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em:< http://server05.pucminas.br/teses/Direito_BizawuK_1.pdf>. Acesso em 10/08/2020.

BORON, Atilio A. A questão do Imperialismo. In: **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Editora CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2007. Disponível em:< http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsdl/collect/clacso/index/assoc/D1449.dir/cap23.pdf>. Acesso em 15/08/ 2021.

CAMPOS, Rodrigo Duque Estrada; GONÇALVES, Camila Helena Pereira; RIEGER, Fernando Camara. Poder e Identidade na África: o Imperialismo e suas Consequências para o Continente. **REVISTA PERSPECTIVA**, 2011.
Disponível
https://www.academia.edu/8031393/Poder_e_Identidade_na_%C3%81frica_o_Imperialismo_e_suas_Consequ%C3%AAncias_para_o_Continente. Acesso em 15/08/2021.

CARDOSO, Luciane Torres Santiago. Direitos Humanos da Mulher. **Revista OABRJ**, Rio de Janeiro. Disponível em:< https://revistaeletronica.oabrj.org.br/>. Acesso em 16/ 09/ 2021.

CASANOVA, Pablo González. O Imperialismo, hoje. **Tempo**, n°18, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:< https://www.scielo.br/j/tem/a/X95rVmKVbNxyvbfZSHZfZxf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 15/ 08/ 2021.

CASTELLANO, Mayka; NORONHA, Iara; PINHO, João Pedro. "Netflix, eu te amo!": o capital emocional no relacionamento entre a empresa de streaming e os consumidores- fãs. **Revista Fronteiras**- estudos midiáticos, Unisinos, setembro/ dezembro, 2018. Disponível em:< http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2018.203.12>. Acesso em 03/09/ 2020.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. A condição da mulher na África tradicional**. III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais**- olhares diversos sobre a diferença**,** Paraíba, 2011. Disponível em:< http://itaporanga.net/genero/3/01/03.pdf>. Acesso em 21/ 01/ 2019.

CÓRIA, Arianne Kern de Dutra. **O recrutamento infantil à luz da teoria das novas guerras: o caso da república democrática do congo**. Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais, UFSC, Florianópolis- SC, 2016. Disponível em:< https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168417>. Acesso em 17/ 06/ 2021.

CODATO, Henrique. Cinema e representações sociais: alguns diálogos possíveis**. Verso e Reverso**, janeiro- abril, 2010. Disponível em:< http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/44>. Acesso em: 17/ 10/2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e política**. Boitempo, 1° edição; São Paulo, 2017.

DIAS, Guilherme Moreira. **As Nações Unidas como ator de segurança internacional: do peacekeeping tradicional às iniciativas de estabilização na República Democrática do Congo e na República Centro Africana**. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em:< https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/206643/001113370.pdf?sequence=1>. Aceso em 10/10/2020.

DIAS, Juliana Braz; FILHO, Wilson Trajano. O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social. **Anuário Antropológico**, v. 40, n. 2, 2015. Disponível em:< https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6551>. Acesso em 21/ 08/ 2021.

FARIA, Diná G. de; MYOTIN, Emmi; ROCHA, Maria C. Corpo Jovem: O que a escola ensina?. **Revista Ponto de Vista**, vol. 4, n. 1, Minas Gerais, 2007. Disponível em:< https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/9748>. Acesso em: 10/ 10/2021.

FONTOURA, Natalia R. **Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) PUC- RIO, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:< http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0710402_09_pretextual.pdf>. Acesso em 21/ 01/2019.

GOMES, Livia Daiane. **A origem do patriarcado: da veneração à opressão da mulher.** 16° CBAS; Brasília, 2019. Disponível em:< https://docplayer.com.br/218608835-16o-congresso-brasileiro-de-assistentes-sociais.html>. Acesso em 16/ 06/ 2021.

GRESPAN, Jorge; PINSKY, Carla Bassanezi (Org). Considerações sobre o método, et al, In: **Fontes Históricas**. 2° ed.; 1° reimpressão, Contexto, São Paulo: 2008.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. Paz e Terra, 29° edição; Rio de Janeiro/ São Paulo, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Rosa dos Tempos, 12° edição; Rio de Janeiro, 2020.

IOP, Elizandra. Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais**. Visão Global**, v. 12, n. 2, p. 231-250, jul./dez; Joaçaba, 2009. Disponível em:< https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/623>. Acesso em 15/03/ 2021.

LAGNY, Michèle. O cinema como fonte de história. In: **Cinematógrafo**: um olhar sobre a história, NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian (Org), Ed. Da UNESP, Salvador: 2009.

LERNER, Gerda**. A criação do patriarcado, História da opressão das mulheres pelos homens**. Editora Cultrix; São Paulo, 2019.

LIMA, Ari Lima. "Quelle Est Votre Tribu?" Identidade, Diferença e Modernização na República Democrática do Congo. BOITATÁ, **Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL**, n. 29, jan.- jun. Paraná, 2020. Disponível em:< https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/boitata/article/view/39718>. Acesso em 17/ 09/ 2021.

LIMA, W. S.; MEGLHIORATTI, F. A.; JUSTINA, L. A. D. A Sexualidade no ambiente escolar: regulamentações e orientações nacionais. In: SOARES, A. S. F.; MARTELLI, A. C.; GARCIA, D. A. (Orgs.). **Olhares às sexualidades e aos gêneros**, Pedro & João Editores. São Carlos, 2019.

LIRA, Fernanda Matos. **Agencialidade de crianças-soldado na República Democrática do Congo: entre agencialidade e violência estrutural**. Dissertação- Mestrado em Estudos Africanos, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Coimbra, 2019. Disponível em:< https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19538/1/master_fernanda_matos_lira.pdf>. Acesso em 17/ 06/ 2021.

LIRA, Fernanda Matos. **O desafio à proteção das crianças-soldado na República Democrática do Congo.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais) – UniCEUB - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em:< https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/8959/1/21219621.pdf>. Acesso em 20/ 06/ 2020.

LOSURDO, Federico; PASSOS, Kennya Regyna Mesquita. Estupro de guerra: o sentido da violação dos corpos para o direito penal internacional. **Revista de gênero, sexualidade e direito**, v. 3, n. 2, p. 153 – 169, Jul- Dez; Maranhão, 2017. Disponível em:< https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/2535>. Acesso em 20/ 06/ 2021.

MACEDO, Marcelle Christine Bessa. A exploração de coltan e os conflitos no leste da República Democrática do Congo. v. 5, **Revista Neiba**, 2016. Disponível em:< https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/28072/20396>. Acesso em 15/10/ 2020.

MACHADO, Letícia W. **As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos: participação nos conflitos locais.** Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:< http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graducao/PEPI_DISSERTAO__LETICIA_WITTLIN_MACHADO.pdf>. Acesso em 21/01/2019.

MALOMO, Bas`llele. Fronteiras de violências nos corpos das mulheres na república democrática do congo. **Sociedade em Debate,** v. 25, n. 1 - Edição Especial, p. 29-46; Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em:< https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2529>. Acesso em 23/ 06/ 2021.

MARTINS, Pedro Alexandre Nobre Santos. **A crise do Congo vista pela imprensa portuguesa (1960-1965)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL. 2014. Disponível em: < https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9041/1/Tese%20Pedro%20Martins.pdf>. Acesso Acesso em 22/10/ 2020.

MASONGELE, Genick Mbaki. **Imperialismo: do mundo para a colonização do Congo**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Fundação Universidade Federal do Tocantins, UFT Campus Universitário de Palmas, Palmas, 2016. Disponível em:< https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/200/1/Genick%20Mbaki%20Masongele%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 10/11/2019.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz**.** O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **XVI Encontro Regional de História**- ANPUH- Rio; Rio de janeiro, 2014. Disponível em:< http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf>. Acesso em 16/ 03/ 2021.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. UNESCO, Brasília, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **A República Democrática do Congo – RDC**. Disponível em:< https://docplayer.com.br/6289773-A-republica-democratica-do-congo-rdc.html>. Acesso em: 16/10/2020.

NASCIMENTO, Evelyn Rosa do. **Entre o silêncio e o Reconhecimento:** o processo de independência e os movimentos de libertação no Congo- EDC (1956-1960). Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Ciências Humanas e sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:< https://tede.ufrrj.br/jspui/bitstream/jspui/3218/2/2015%20-%20Evelyn%20Rosa%20do%20Nascimento.pdf>. Acesso em 05/09/ 2019.

NKRUMAMAK, Kwame. **Neocolonialismo, último estágio do imperialismo**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática**. Estudos Afro-Asiáticos,** Ano 25, n° 3, 2003. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/eaa/v25n3/a03v25n3.pdf>. Acesso em 21/ 01/ 2019.

PEREIRA, Márcia Moreira; SILVA, Maurício**.** Percurso da Lei 10639/03: Antecedentes e Desdobramentos. V.14, **Revista Linguagens e cidadania**, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em:< https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/23810>. Acesso em: 01/ 10/2021

PINTO, Luciana. O historiador e sua relação com o cinema**. Revista Eletrônica O Olho da História**, n.6, julho, 2004. Disponível em:< http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/luciana.pdf>. Acesso em 21/01/ 2019.

REZENDE, Lucas Pereira. As Revoluções Africanas e o Papel das Operações de Paz das Nações Unidas: O caso da República Democrática do Congo. **Revista Unicuritiba**.2010. Disponível em:< http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/276/250>. 19/01/ 2019.

ROSSINI, Mirian de Souza. As marcas da História no cinema, as marcas do cinema na História, **Anos 90**, n° 12, Porto Alegre, 1999. Disponível em:< https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6596/3917>. Acesso em: 15/ 09/2020

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. Expressão popular, 2° edição; São Paulo, 2015.

SCHVARZMAN, Sheila. Cinema literatura e sociedade, **Cadernos de Ciências Humanas**, v. 10, n 17, jan/jun, p.15-40, 2007. Disponível em:< file:///C:/Users/User/Downloads/786-Texto%20do%20artigo-2901-1-10-20151124%20(1).pdf>. Acesso em: 17/ 10/2020

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares nacionais-Orientação Sexual**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso em: 30/09/2021.

SILVA, Dayane Augusta Santos da. Gênero e Feminismo (s) Africano (s). **Revista Transversos**, n. 22, ago.; Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:< https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/58416>. Acesso em 12/ 09/ 2021.

SILVA, José Alexandre da. **O Ensino de História a partir do cinema documentário:** possibilidades com “O dia que durou 21 anos”. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de História)- Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2021. Disponível em:< https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3409>. Acesso em: 14/ 10/2021.

SILVA, Igor Castellano da. Guerra e Construção do Estado na REP. Democrática do Congo**: A definição militar do conflito como pré-condição para a paz**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2011. Disponível em:< https://lume.ufrgs.br/handle/10183/31730>. Acesso em: 07/ 05/2020.

SIQUEIRA, Bruna. **Análise da efetividade dos documentos internacionais de proteção à criança: o caso da República Democrática do Congo**. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Basília, 2020. Disponível em:< https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14156>. Acesso em 17/ 06/ 2021.

TCHINHAMA, Laurindo Paulo Ribeiro. **Peacebuilding e Democratização:** uma análise da construção da paz na República Democrática do Congo. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em:< https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20914/1/PeacebuildingDemocratizacaoAnalise.pdf>. Acesso em: 07/ 05/2020.

UMBA, Tagus Kumbu. **A projeção chinesa na África subsaariana: situação da República Democrática do Congo**. Monografia (Trabalho de Conclusão de curso em economia) - Centro sócio econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em:< https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/174338/Monografia%20do%20Tagus.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. 08/ 05/2020.

VALTERRA, Maria Cervera. El caso de la República Democrática del Congo: efectos perversos de la globalización en un estado falido. **Anuario Español de Derecho Internacional**, Universidade de Navarra, n. 30, Espanha, 2014. Disponível em:< https://dadun.unav.edu/handle/10171/40075>. 08/ 05/2020.

VISENTINI, Paulo Fagundes**. República Democrática do Congo**. O livro na rua, Thesaurus editora. Brasília, 2010. Disponível em:< http://funag.gov.br/loja/download/774-Livro-na-rua-Congo.pdf>. Acesso em 10/ 10/2020.

YEMBA, Bovick Wandja. Euráfrica: Integração após o processo colonial? Reflexões a partir da experiência do Congo Belga. **Revista Multiface**, V.5, n 2, Belo Horizonte, 2017. Disponível em:< https://vistas.face.ufmg.br/index.php/multiface/article/view/4289>. Acesso em 10/ 10/2020.